

REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Alexandre Honig Gonçalves

Autopub
Editora 

A faded background image showing two men from behind, working with a large pile of cardboard boxes and debris. The man on the left is wearing a blue t-shirt and jeans, and the man on the right is wearing a white t-shirt and a cap. They appear to be sorting through the waste. The text "REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS" is overlaid in the center.

REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Souza - Ufopa
Editor-Chefe

Profa. Msc. Andria Raiane Coelho Campos - Semec-STM
Prof. Msc. Éfrem Colombo Vasconcelos Ribeiro - IFPA
Prof. Msc. Jorge Carlos Silva - Ulbra
Profa. Msc. Vaneza Nascimento de Oliveira Mélo - FICS
Profa. Dra. Irlana Jane Menas da Silva - UEFS
Profa. Msc. Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira - Unip
Profa. Dra. Rejane Harder - UFS
Prof. Msc. André de Araújo Moraes - Unesp

Na Autopub Editora, estamos comprometidos em moldar o futuro da publicação, combinando a criatividade humana com o potencial da inteligência artificial.

Equipe Autopub

ALEXANDRE HONIG GONÇALVES

REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Belém-PA
Autopub Editora
2024

© 2025 Edição brasileira
by Autopub Editora
© 2025 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

Autopub Editora
CNPJ 54.303.895/0001-62
Telefone: 9198473-5110
contato@autopubeditora.com
Ed. Rogélio Fernandez Business Center - Tv. Quintino Bocaiúva, 2301 - Batista Campos,
Belém - PA, 66045-315
www.autopubeditora.com

Editor-Chefe
Prof. Dr. Ednilson Ramalho
Diagramação e design gráfico
Autopub
Revisão de texto
Autor

Bibliotecária
Janaina Karina Alves Trigo Ramos-CRB
8/9166
Produtor editorial
Rosy Borges

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G633

Redes de movimentos sociais / Alexandre Honig Gonçalves. – Belém: Autopub, 2025.

Livro digital
126 p.

ISBN 978-65-83093-41-7

DOI 10.46898/autopub.526f7f45-58db-4c6f-8721-08399b991ceb

1. Movimentos sociais. 2. Catadores de recicláveis. 3. Redes sociais. 4. Políticas públicas. 5. Mercosul. 6. Brasil. 7. Argentina. I. Gonçalves, Alexandre Honig. II. Título.

CDD 361.8
CDU 316.42:331.101.262(81:82)

Índice para catálogo sistemático:

I. Movimentos sociais – Catadores – Brasil e Argentina.

SIGLAS E ABREVIATURAS

FACCyR	<i>Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores</i>
CLACSO	Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CTEP	Confederação de Trabalhadores da Economia Popular
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Indicadores de Clima Econômico
IE	Índice de Expectativas
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina</i>
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Índice de Satisfação com a Situação Atual
IVS	Índices de Vulnerabilidade Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Capítulo 1	
SUSTENTAÇÃO ARGUMENTATIVA	24
Capítulo 2	
CONJUNTURA: CENÁRIO INTERNACIONAL, BRASIL E ARGENTINA.....	26
Capítulo 3	
MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES.....	64
Capítulo 4	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
SOBRE O AUTOR	124

INTRODUÇÃO

A priori, para compreender as questões relacionadas aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, como movimento social instituído no Brasil e na Argentina e suas redes, devemos caracterizar um estudo comparado acerca destes elementos. Para tanto, torna-se necessário edificar um panorama contextualizado, contemporâneo, acerca destes movimentos sociais a partir de um aspecto mais geral, com a finalidade de observá-los adequadamente enquanto objeto de estudo e análise.

Por conseguinte, abordamos os temas que orbitam essa realidade, buscando argumentos que nos levem a um entendimento que siga para além dos pontos fortes e fracos, potencialidades e debilidades enquanto movimento social, frente aos cenários sociais, políticos, econômicos e culturais que os cercam e que estes são partícipes.

Desta feita, a partir dos levantamentos, argumentos e constatações, decidiu-se pela **pergunta de pesquisa** que norteou os esforços dessa investigação. Qual é a situação dos movimentos sociais nacionais já instituídos e suas redes dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil (BR) e na Argentina (ARG)?

Assim sendo, a partir do incremento dos procedimentos metodológicos pertinentes, o **objetivo geral** deste trabalho é verificar a situação movimentos sociais nacionais já instituídos e suas redes dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil (BR) e na Argentina (ARG).

Para tanto, buscou-se constituir este juízo por meio dos seguintes **objetivos específicos**: (a) identificar as formas de vinculação características entre os movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG) entre si e, com outros atores institucionais do cenário, tais como: governos, instituições privadas, organizações não governamentais, organizações internacionais e outros movimentos sociais; (b) verificar como as políticas públicas dos Estados específicos e do MERCOSUL implicam na atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG); (c) analisar as correlações entre o cenário geral da política e da economia (local e internacional) nos Estados e os desdobramentos sobre a atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG).

Nesse sentido, para se apresentar esta proposta, a Introdução está segmentada em três blocos com finalidades distintas, mas que em sinergia conformam um importante cenário geral e ponto de partida à compreensão da pesquisa que se segue.

A saber, o primeiro bloco de texto diz respeito ao contexto geral acerca dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis e seus movimentos sociais já instituídos. A segunda parte versa sobre o método, as técnicas e os procedimentos de pesquisa utilizados ao longo deste estudo. Já a terceira peça traz consigo as informações concernentes à lógica e organização do próprio trabalho.

Desta feita, cabe destacar que, a **contextualização** que se segue, se assemelha muito com o caso brasileiro especificamente e, as referências por vezes, corroboram com esta ideia. Entretanto, este é um fenômeno mundial e, é a partir desse aspecto geral que construímos este trabalho, uma vez que este contexto é reflexo direto das formas e conteúdos relacionados ao capitalismo e as dinâmicas de consumo e, mais nomeadamente, em como se manifestam objetivamente estas contradições nas cidades e implicam os atores sociais agregados às dinâmicas e contradições associadas a estas.

Por conseguinte, pode-se destacar que os problemas ambientais decorrentes da falta ou da inadequada gestão dos resíduos sólidos e dos resíduos sólidos urbanos (RSU) têm, mundo afora, se asseverados de maneira importante colocando em risco ecossistemas específicos, o meio ambiente global e, por conseguinte, as coletividades humanas.

Este tema era um elemento constante nas agendas da academia, da política e da mídia, uma vez que os infortúnios relativos à inobservância ao tópico são persistentes e impertinentes, possuindo potencial para alcançar e alterar a dinâmica social e econômica “normal” de uma determinada população. Todavia, atualmente, este e outros temas têm sido secundarizados por conta das preocupações relativas às diversas crises que acometem as questões políticas e econômicas dos Estados e dos mercados como um todo. Entretanto, ainda que com esse contexto atribulado, os trabalhadores e trabalhadoras catadores de materiais recicláveis têm realizado um grande serviço de utilidade pública às cidades e suas populações, uma vez que estes atuam diretamente e ininterruptamente na coleta de materiais para reciclagem que, caso prosseguissem ao descarte, ocupariam ainda mais espaço em aterros sanitários e lixões, diminuindo sua vida útil (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013).

Do ponto de vista acadêmico o mote da gestão de resíduos sólidos urbanos e a questão dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis associados a este íterim vêm sendo explorados e pesquisados por meio de diversos prismas metodológicos, convertendo-se em um importante objeto de estudo a várias áreas do conhecimento e da ciência. Porém, ainda há uma assimetria com relação aos conhecimentos gerados em função deste fenômeno e a aplicação destes de forma efetiva, seja na seara técnica, política ou social (DIAS, 2016).

Sobre a desmedida geração de RSU, Rodrigues (1998), já destacava que este processo se estabelece, uma vez que tem havido, ao longo do tempo histórico pretérito, uma desmedida apropriação e transformação da natureza, exibindo de modo simbólico e pragmático as ações de produção e consumo que se retroalimentam, invariavelmente, gerando resíduos ao longo desta ordem e, RSU.

Desta feita, frente a este cenário, o ofício realizado pelos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, consiste em catar, separar, transportar, acondicionar e, em algumas situações, pré-beneficiar os RSU com algum valor e preço no mercado de recicláveis, para que estes sejam reinseridos nos processos produtivos por meio da reutilização, transformação ou recuperação de seu potencial. Há de se considerar que estas ações trazem consigo benefícios positivos à natureza, a sociedade e ao mercado como um todo (MAGALHÃES, 2012).

Entretanto, o segmento social dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis pode ser compreendido como sendo um grupo subalterno e marginalizado que passou a integrar a paisagem urbana das cidades, das pequenas às metrópoles, sendo considerados como um fenômeno social que tem acompanhando coetaneamente, ao longo do tempo histórico todo o processo de urbanização das cidades ao redor do planeta. Isto ocorre, uma vez que as urbes são, por excelência, o espaço construído em que a configuração territorial é agregada à social, de modo indissociável. Portanto, é no espaço urbano que se constituem os sujeitos que se apropriam da natureza para edificação de saberes e práticas, inclusive as produtivas e as de consumo que invariavelmente geram RSU.

Evidente que o debate acerca dos RSU extrapola em muito os limites das cidades e, compreendem a própria forma de como as sociedades se relacionam com a natureza. Todavia, são nestas que se expressam os problemas decorrentes deste cenário, influenciando negativamente o transcorrer da vida pública e privada, os espaços comuns

e individuais, que se expressam na cotidianidade dos cidadãos e nas suas diferentes maneiras de produzir e apropriarem-se do espaço urbano (RODRIGUES, 1998).

Nesse sentido, o universo de trabalhadores que se reconhecem como sendo catadores de materiais recicláveis possui relações de trabalho fortemente marcadas pela informalidade, com baixa escolaridade, baixa cobertura previdenciária e acesso a rede de serviços assistenciais públicos, residentes em áreas urbanas com graves deficiências de infraestrutura domiciliar e segurança pública (SILVA; GOES e ALVAREZ, 2013).

Assim sendo, homens, mulheres e crianças inseridos nesta atividade laboral estão sujeitos a condições de vida e trabalho precárias e árduas, fatos que lhes consomem intensamente seus corpos e por fim, a própria vida (KRAH, 2015).

Harvey (2018) indica que esta desvalorização que atinge o trabalhador de forma geral, no mundo todo, afeta seu significado de portador da mercadoria força de trabalho, uma vez que os salários ou ganhos caem sistematicamente, declinam a saúde e o bem-estar deste sujeito, mesmo quando estes trabalhadores mantêm suas habilidades e capacidades de trabalho. Quando esta situação se mantém por longo período de tempo, a desvalorização da força de trabalho e a depreciação do seu valor podem levar a destruição física da classe trabalhadora como um todo.

Mais especificamente, com relação aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, há de se destacar que, de modo geral, este grupo é constituído por indivíduos que encontram nessa atividade laboral sua única alternativa possível para realizar seu propósito de subsistência por meio do trabalho como atividade econômica possível, dadas as restrições sociais, políticas, econômicas e estruturais que lhes são infringidas pela sociedade. A existência destes sujeitos mundo afora é um indicador objetivamente verificável da vulnerabilidade social a que um indivíduo pode estar exposto. Fato causado por meio de ações inadequadas ou inações do poder público e da sociedade, mesmo que o trabalho destes traga consigo importantes contribuições à sustentabilidade do espaço urbano e à economia de modo geral (GONÇALVES, 2006).

Estes trabalhadores catadores deveriam ser considerados agentes econômicos relevantes, uma vez que provêm às empresas formais materiais a serem reciclados, com baixo custo e, por conseguinte, auferindo bons níveis de lucratividades para as cadeias produtivas associadas e, ainda, contribuindo positivamente para o sistema de gestão público de RSU nas cidades (DIAS, 2016). Todavia, não são considerados como tal.

Desta feita, outra característica associada a esta atividade laboral é que, historicamente, tem se realizado por meio de relações informais. Não permitindo que os trabalhadores catadores tivessem acesso aos parcos direitos trabalhistas existentes. E com a reforma trabalhista do Brasil (Lei Nº 13.467 de 2017), aprovada pelo governo do Presidente Michel Temer, agora estes trabalhadores não possuem acesso a nenhuma proteção social por parte do Estado. Pois, quase não há mesmo o que acessar. Esta situação muito é drástica, já que estes trabalhadores estão submetidos, ao longo de suas jornadas de trabalho, a inúmeros riscos a sua integridade física, ficando totalmente desguarnecidos de amparo do Estado no caso de acidentes ou doenças que os impossibilite de trabalhar, de sustentar a si e as suas famílias.

E, como se não bastasse esta dura realidade de precariedade do exercício laboral, estes atores sociais ainda sofrem com preconceitos relativos à natureza de suas atividades. Por trabalharem com o que a sociedade chama de “lixo”, lhes são canalizados um ódio de classe que se dirige somente aos trabalhadores catadores, desconsiderando a responsabilidade pretérita e efetiva dos produtores, dos consumidores e dos Estados, que geraram e descartaram estes resíduos sólidos e RSU inadequadamente, transformando-o em um problema socioambiental. Mas, parece que este problema só existe por causa da ação e existência dos catadores. Portanto, são considerados como sendo um problema e, não, parte da solução deste.

Assim sendo, estes trabalhadores catadores enfrentam uma situação paradoxal. Enquanto são considerados os responsáveis pela recuperação dos RSU como mercadoria de interesse para iniciativa privada, sendo alçados em discursos à condição de importantes agentes ambientais e econômicos, paralelamente, são completamente marginalizados e hostilizados pelas sociedades e Estados, sendo relegados a espaços geográficos suburbanos e, ainda, excluídos do mercado de consumo e da dinâmica das relações sociais (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013).

A sanha por lucros à custa da exploração da natureza e do trabalho dos catadores de materiais recicláveis se reproduz incessantemente por meio de práticas segregacionista, hipócritas e preconceituosas. Portanto, este é mais um exemplo em que se recicla a luta de classes, tão propalada como sido superada em nossa sociedade contemporânea (ALVAREZ, 2013).

Nesse sentido, Mészáros (2009), destaca e adverte que esta excessiva valoração do capital que atrela produção e consumo à degradação do trabalho e da natureza fundamenta consequências destrutivas, que se intensificam devido ao inerente distanciamento da produção voltada às necessidades sociais distintas daquelas dominantes, que estão exclusivamente voltadas à desmedida reprodução do capital e, do valor do consumo pelo consumo, encobrendo e ludibriando com os artifícios do consumo e do luxo as possibilidades de que as sociedades alcancem o equilíbrio entre seus fatores produtivos, diminuindo a vida útil e subutilizando em alta velocidade até mesmo bens duráveis, fortalecendo e alavancando a taxa de utilização decrescente dos produtos. Desta feita, estas contradições entre o capital, a natureza e o trabalho evidenciam a exaustão do modelo de organização da produção que, nesse sentido, destaca a submissão das necessidades humanas ao poder alienante da expansão do próprio capital, que desumaniza o trabalho, transformando-o em mercadoria barata e explora intensamente o meio ambiente, fomentando, dia após dia, o colapso do próprio sistema capitalista, tal qual se compreende e vivencia atualmente.

Neste contexto, é pertinente citar Harvey (2018), que a partir de seus estudos e reflexões sobre Marx (2017), pode nos indicar que no interior do sistema capitalista, todos os métodos para se alavancar a força produtiva social do trabalho se aplicam em função da exploração do trabalhador, enquanto indivíduo mesmo. Uma vez que todos os meios para se ampliarem a produção e a lucratividade decorrente desta, automaticamente convergem para uma situação de dominação por parte do produtor capitalista. Este trabalhador é multilado (simbolicamente e, por vezes, fisicamente), transformando-o em um ser parcial, degradado ao ponto de ser considerado apenas um mero apêndice da máquina que opera. Desta forma, aniquilam o conteúdo de seu trabalho, transformando-o em um suplício, alienam o trabalhador até mesmo em escala espiritual, induzindo-o a desejar esta condição desumana. Transformam o tempo de vida do trabalhador, em tempo de trabalho, arrastam sua família sob a opressão do capital.

Segue-se que na mesma medida em que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, com salários altos ou baixos, piora. A própria dinâmica deste capitalismo ocasiona uma acumulação de miséria da mesma magnitude da acumulação de capital. Portanto, onde há riqueza e luxo, no polo oposto, há escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral do sujeito trabalhador e da classe trabalhadora (HARVEY, 2018).

Ainda segundo Harvey (2018), se o trabalho vivo é fonte de valor e lucro, substituí-lo por trabalho morto ou robotizado não faz sentido político ou econômico. Esta é uma contradição central do capitalismo, que mina sua própria capacidade de se manter em trajetória de crescimento equilibrado ao longo do tempo.

Ainda segundo Mészáros (2002), o poder e o discurso sedutores do capital desqualificam e anulam ostensivamente os questionamentos acerca das condições sob as quais tais “avanços e progressos” são obtidos, obscurecendo suas implicações danosas, uma vez que estas têm se apresentado como sendo o padrão e a base das ações das sociedades e Estados capitalistas contemporâneos. Destarte, mais especificamente, o atual modelo de organização para produção e consumo mundial induz de modo acelerado e crescente a geração de resíduos de todo tipo e, com a busca pela elevação nas taxas de crescimento e desenvolvimento econômico a tendência é o agravamento dos problemas socioambientais associados negativamente a esta situação não apenas em escala local, mas, mundial.

Harvey (2018) nos indica que na medida em que o capital está perpétua e necessariamente envolvido na construção e reconstrução de vontades e desejos, ele cria uma ponte vital entre o indivíduo e o mercado capitalista. Nesse sentido, os capitalistas propõem-se a mudar constantemente os rumos da economia em seu benefício próprio e, para tanto, lançam mão de estratégias que buscam mudar a alma do sujeito consumidor e daquele trabalhador e, nessa função têm obtido êxito, visto como é senso comum que “não há alternativas”.

Mesmo havendo uma evidente contradição entre a crescente produção, o consumo e sua correlação com o aumento da exclusão social e dos impactos sociais decorrentes, o fato é que existe um aparato ideológico, político, econômico e midiático que sustentam fortemente a atual forma do sistema produtor de mercadorias. O que nos deixa claro que para o sistema do capital não importa nada além de sua própria reprodução ampliada, sendo totalmente indiferente ao aproveitamento e ao destino das coisas produzidas e das pessoas envolvidas ao longo das cadeias produtivas e de consumo (GONÇALVES, 2006).

Adicionalmente aos elementos sociais, ambientais e políticos citados, existe outro ponto importante a ser considerado neste cenário, a questão econômica vinculada aos serviços de gestão de RSU concedidos pelos Estados à iniciativa privada e, os impactos que isso gera ao meio ambiente e a coletividade. Sendo esta prática de gestão considerada

a “padrão”, compreende-se que os erros, desacertos, inadequações e ineficiências técnicas relacionadas ao tema, estão vinculados diretamente a este exercício, o que deveria ser considerada uma afronta aos cidadãos, uma vez que este processo de “gestão” dos RSU vem sendo reduzido à realização do transporte dos RSU da frente das casas e, direcionados a um lixão, sem tratamento algum, colocando em risco o meio ambiente local e o global e, por conseguinte os seres humanos viventes que, inclusive, têm custeado compulsoriamente este quadro, sem obter o serviço adequado e seus resultados esperados.

Deste modo, atendendo somente aos interesses das organizações que lucram, com este processo, sem ofertar efetivamente muito em troca. E, esta é uma situação generalizada (WIEGO, 2013; ONYANTA, 2012).

Desta feita, muitas inovações são concebidas, inclusive, para desempoderar o trabalhador tanto no mercado, quanto no processo de trabalho. Tecnologias que substituem a mão de obra são uma arma crucial na luta de classes. Uma vez que o capital, de maneira aberta e tendencial, proclama e maneja a maquinaria como potencia hostil ao trabalhador e, esta situação se converte na arma mais poderosa para a repressão das periódicas revoltas, greves e manifestações contra a autocracia do capital (HARVEY, 2018).

Em contrapartida, os trabalhadores catadores, mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas, vêm buscando se organizar em movimentos sociais, cooperativas, associações e redes, com o objetivo de alcançar maior visibilidade junto aos Estados, a iniciativa privada e a sociedade, reforçando sua identidade, sua importância, simbólica e pragmática, inclusive, galgando algum poder de negociação junto aos demais atores institucionais que os cercam. Há de se notar que o desenvolvimento deste cenário não é homogêneo ao longo do tempo histórico ou, dos lugares em que este fenômeno se manifesta, nem é um quadro estático, uma vez que ganha o contorno da dinâmica social e política que o envolve.

Sobre este mote cabe destacar que Dias (2016), nos indica, que desde o Século XIX, nos países mais desenvolvidos economicamente, a coleta e tratamento dos RSU ficou a cargo dos Estados, sendo que esta tarefa fora compreendida como sendo estratégica ao fomento das atividades produtivas e, esteio ao equilíbrio socioambiental destes países, mesmo que de forma burocrática e com debilidades em sua aplicação.

Há de se destacar que na Europa, a gestão dos RSU faz parte efetiva do processo de planejamento urbano, em que diversas legislações possuem como elemento basal o princípio de minimização dos impactos negativos destes RSU na saúde pública e no meio ambiente, sendo estabelecidas regras para se tornar a valorização e a eliminação destes o mais sustentável possível. Adicionalmente, sobre este exemplo, é possível indicar que todas as etapas de um sistema de gestão de RSU devem ser integradas, não apenas entre si, mas, sobretudo, com a estrutura urbana em que estão inseridas (MANARINO; FERREIRA; GANDOLLA, 2016).

Diferente do exemplo supracitado, nos países em fase de desenvolvimento, os governos prosseguem seus mandatos, sistematicamente negligenciando este assunto, gerando e possibilitando a ocorrência de desequilíbrios ambientais importantes e, por vezes, irreversíveis, que afetam tanto a população e os ecossistemas locais, quanto o meio ambiente global.

No Brasil, por exemplo, mesmo diante das disposições legais e orientações para que se priorizem ações de reaproveitamento e reciclagem, os RSU descartados no País, quase que em sua totalidade, prossegue às unidades de disposição final. A ABRELPE (2017) indica que mesmo o cenário da gestão de RSU permanece estagnado, com um viés negativo nos seus principais índices e componentes.

Inclusive, as disposições elencadas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) do Brasil ainda carecem de aplicação prática e efetividade em todas as regiões do País. Entretanto, a ausência de recursos para custear as mudanças previstas em Lei tem perpetuado um considerável e crescente déficit neste processo e, tem sido a tônica dos governos atuais em relação a esta situação (ABRELPE, 2017).

Entretanto, existem mudanças em curso com relação à forma pela qual os catadores devem ser vistos e percebidos pela sociedade. Situação que é fruto, em larga medida, da própria luta e resistência dos catadores, que vêm se organizando em prol de seus objetivos de classe (MAGALHÃES, 2012).

Todavia, ainda segundo Magalhães (2012), há de se destacar que, mesmo havendo algumas iniciativas relacionadas às políticas públicas em favor dos trabalhadores catadores, ainda são parcas e trazem consigo orientações majoritariamente direcionadas àqueles trabalhadores que estão organizados, excluindo àqueles autônomos ou informais. Este é um elemento a ser pensado criticamente, já que não são todos os trabalhadores que

desejam se associar a um grupo e prosseguir seu trabalho segundo uma lógica de organização institucional. E esta escolha deve ser respeitada e amparada, uma vez que o resultado do soldo é, positivamente o mesmo, entretanto, forçar um sujeito excluído a se integrar ao sistema que o rejeitou é, no mínimo, contraditório.

Mas, na mesma medida, deve-se destacar que as cooperativas, associações e movimentos sociais dos trabalhadores catadores servem como instrumento de respaldo ao grupo que, ao se unirem, agregam em si maiores capacidades técnicas, administrativas e, sobretudo, forças políticas e de mobilização, sendo, inclusive, um instrumento de emancipação social, uma vez que estes coletivos atuam como sendo ferramentas de administração, autogestão e cooperativismo, buscando fortalecer o sentimento de solidariedade entre os partícipes do grupo, buscando irromper em parte com o individualismo gerado pelo capitalismo, sendo que estas ações são norteadas pelos princípios da economia solidária e em redes de cooperação ativas (ABREU, 2007).

Por sua vez, a cada dia mais países estabelecem seus marcos regulatórios para o desenvolvimento das atividades relacionadas a reciclagem, em que atores como os trabalhadores catadores possuem papel fundamental. Nesse sentido, sua organização, métodos e técnicas devem estar apurados para atender a crescente demanda pelos materiais recicláveis e por mão de obra especializada (ILO, 2014).

Esta nova conjuntura pode vir a ser a base ao incremento de novas formas de trabalho destinadas aos trabalhadores catadores, em que haverá reconhecimento por parte do Estado e da iniciativa privada com relação a seu papel estratégico na gestão dos RSU, o fomento de um diálogo mais profícuo com a sociedade de maneira geral, a partir do empreendimento de atividades laborais seguras e saudáveis, com benefícios de assistência e previdência e, uma remuneração justa e adequada ao perfil e importância da atividade ao meio ambiente e a coletividade (WETPHAL; PFEFFER, 2013).

Evidente que este é um quadro ainda em formação, muita luta, resistência e trabalho devem vir de encontro aos trabalhadores catadores e sua classe laboral. Os desafios a este segmento social tão heterogêneo e disperso; são inúmeros e vinculados à realidade de sua própria cidade ou país e, os processos de integração econômica, política, social e cultural, cooperação e redes prosseguem a cada dia seu rumo, enfrentando muitas dificuldades (AGC, 2012).

Assim sendo, toda essa diversidade de fatores e situações que caracterizam o universo dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, suas formas de organização e suas redes, trouxeram consigo a justificativa e a evidente necessidade ao desenvolvimento desta pesquisa científica, a fim de que esta possa configurar-se como sendo mais um referencial teórico-metodológico que permita a construção de reflexões acadêmicas pertinentes acerca do cenário social na qual este grupo focal se insere e, por sua vez, possa fundamentar ações positivas e propositivas em prol destes trabalhadores.

Mesmo diante deste quadro em que o contexto geral acerca do tema e os objetivos da pesquisa foram devidamente descritos e apresentados, compreendemos que ainda é pertinente destacar ao leitor deste texto que o foco de análise desta investigação está centrado nos movimentos sociais nacionalmente organizados já instituídos e institucionalizados pelos trabalhadores catadores de materiais recicláveis do Brasil e da Argentina, respectivamente: o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (FACCyR). Portanto, esta pesquisa não traz em seu escopo e objetivos a descrição e análise acerca de alguma Associação ou Cooperativa de trabalhadores catadores em específico, mas sim, em caráter ampliado e geral. Interessam-nos neste caso, examinar suas organizações e formas de representatividade e institucionalidade em uma escala geopolítica superior.

Observando e ponderando estes atores institucionais e sua escala de atuação política, buscamos estabelecer um quadro analítico diferenciado, uma vez que é por meio da ação destes que se dão as relações de todo o grupo com os Estados e, outros agentes sociais, por meio de suas redes. Desta forma, estas instituições são elementos-chave e irradiadores de tomadas de decisões que se aplicam aos demais membros do grupo e, possuem impacto nas estratégias, ações e resultados alcançados por estes trabalhadores catadores ao longo de todo território nacional em que atuam.

Apresentados os elementos, é possível ainda, justificar esta pesquisa por meio dos argumentos de Bringel e Echart (2008), que nos indica que dimensões importantes das práticas dos movimentos sociais que emergem no novo Século, exigem um esforço de se superar as perspectivas pretéritas e disciplinares exclusivas da Sociologia e das Ciências Políticas. Desta feita, incorporar a Geografia, que é fundamental ao entendimento das relações entre os protestos, natureza e território e a construção de espaços de democracia

radical fundamentados nos exercícios espaciais destes movimentos sociais. As Relações Internacionais, também se perfazem como sendo mais um importante esteio teórico para o tema, uma vez que nos permite aprofundar o estudo na dimensão global das conjunturas e cenários que cercam os movimentos sociais, suas redes e ações coletivas transnacionais.

Com relação ao **método, as técnicas e aos procedimentos de pesquisa** utilizados neste estudo é pertinente destacar que frente ao característico e complexo contexto em que o problema desta pesquisa se insere e, em igual medida, a fim de dar conta de responder plenamente aos objetivos propostos.

Decidiu-se por uma pesquisa descritiva de caráter exploratório, em que se busca descrever, também, o cenário acerca de um determinado fenômeno em estudo (GIL, 2009).

Por sua vez, a perspectiva abrangente que orienta este trabalho apoia-se no método dedutivo, que é um procedimento lógico de raciocínio que, a partir da análise de dados genéricos e ampliados, se segue ao conhecimento particular e específico acerca do objeto de estudo em questão. Deste modo, este se apresenta como sendo uma forma ordenada de entendimento acerca de dados e noções singulares do objeto de estudo que, por sua vez, são conduzidos e combinados para que conformem um cenário geral, derivado da sinergia e do entendimento dos fatores observados e analisados especificamente (FACHIN, 2006).

Além disto, aplicamos o método do estudo de casos múltiplos, em que se procura compreender e estabelecer uma narrativa equilibrada acerca do problema de pesquisa e do objeto de estudo como um todo, constituindo-se conexões que, de outro modo não seriam observadas e descritas adequadamente (FACHIN, 2006; YIN, 2010). O incremento deste método é norteado com a finalidade de que se obtenham dados, argumentações e considerações comparáveis e generalizáveis, a partir de uma abordagem *cross-case* (YIN, 2010).

Ainda segundo Yin (2010), os estudos de caso são adequados às pesquisas cujos objetivos buscam compreender algum fenômeno social em profundidade, permitindo a compreensão deste frente a importantes condicionantes contextuais. Uma vez que são dois os estudos de caso, múltiplos, então, os resultados devem ser considerados ainda mais vigorosos e robustos.

Além disso, foi utilizado o método do estudo comparado, que consiste em investigar elementos, fenômenos ou fatos e, por conseguinte, explicá-los segundo suas semelhanças e diferenças. Este é um modo para se examinar e se refletir acerca dos objetos em questão por meio de dados concretos (FACHIN, 2006).

Para fins de seleção dos casos da pesquisa, este se fundamentou sobre as orientações da amostragem teórica, uma vez que esta prática não procura uma representatividade estatística, mas sim, selecionar, mesmo que de forma intencional, casos que sejam mais relevantes para o entendimento do fenômeno, do objeto, do contexto e das teorias e conceitos aplicados nas análises dos resultados obtidos (FLICK, 2009).

Para tanto, especificamente, em uma primeira fase, houve um levantamento exploratório bibliográfico de dados secundários, acerca dos temas propostos neste trabalho. Esta ação se seguiu a partir da consulta em livros (clássicos e contemporâneos), artigos científicos, acessados a partir de bases de dados nacionais, Periódicos CAPES, e internacionais, EBSCO e SCOPUS; Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado, buscados em repositórios de Universidades nacionais: Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), dentre outras, e internacionais: *Universidad de Buenos Aires* (UBA), Universidade de Lisboa (ULISBOA), dentre outras.

Os indicadores e publicações que fundamentam a presente abordagem são preferencialmente provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Instituto Nacional de Estadística y Censur de la República Argentina* (INDEC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLASO) e da Organização das Nações Unidas (ONU), como sendo importantes fontes para construção e composição desta pesquisa e seus argumentos.

Em fase posterior, desenvolveram-se os trabalhos de campo utilizando questionários semiestruturados como principal ferramenta metodológica para coleta de dados primários, por meio de entrevista em profundidade. Estes foram voltados para os representantes dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina (Anexos A e B). Com suas respostas, buscou-se compreender a situação dos movimentos sociais nacionais formais e suas redes já

instituídas desta categoria de trabalhadores nestes países, no intuito de responder ao objetivo central e aos específicos desta pesquisa.

As entrevistas foram registradas por recursos de gravação, a fim de garantir a completude dos dados oferecidos pelos respondentes (áudio gravação: aparelho de telefone celular: *Samsung A8*). Somados, há 79 minutos de tempo de gravação de áudio.

Cabe destacar que a narrativa discursiva estabelecida por meio das entrevistas coletadas, edifica um texto dissertativo, composto por meio da transcrição, enquanto método. Este que nos indica e permite que a partir de um texto ou de um discurso específico, o interlocutor estabeleça novas aparências estéticas à transcrição, mantendo inalteradas as qualidades, objetivos, significados e prerrogativas propostos pela obra e pelo autor original. Sem abrir mão de nada, buscando inclusive fidelidade para com o original. Entretanto, ajusta-se o novo material a uma realidade utilitária específica ou, ainda, ao formato escrito convencionalmente demandado pela ocasião (TOSIN, 2011). Cabe destacar que, de modo específico, a tradução do discurso em espanhol para o português foi livremente estabelecida pelo autor.

Por conseguinte, o trabalho de campo fortaleceu a compreensão e o alcance dos objetivos da pesquisa. Especificamente, estas ações se materializaram nas cidades de São Paulo (no Brasil) no dia 14 de Julho de 2018 e, em *Buenos Aires* (na Argentina) no dia 15 de Novembro de 2018. A opção por estes locais deu-se em função da localização e instalação dos escritórios sede dos movimentos sociais estudados.

Cabe destacar que ao longo das ações de campo, o pesquisador realizou observações diretas. Essas que são extremamente pertinentes e úteis, uma vez que agregam valor à percepção dos fatos e, ainda, busca identificar situações relevantes que, por ventura, passam despercebidas pelos respondentes em seus relatos.

Neste sentido, pode-se indicar que a característica das fontes de evidência do levantamento dos dados obtidos nesta pesquisa se deu de modo essencialmente qualitativo. Flick (2009) indica-nos que esta opção metodológica vincula-se diretamente ao problema de pesquisa abordado, uma vez que estes tipos de dados e informações são mais adequados à captação, estudo e posterior interpretação dos fatos e fenômenos a partir da perspectiva complexa que envolve o processo. Desta maneira, os objetos componentes da pesquisa não são reduzidos a simples variáveis, mas observados e

elevados ao *status* de elemento único, mas, multiforme e dinâmico frente ao contexto na qual se inserem ou, são inseridos.

Na dinâmica para análise dos dados, os casos foram analisados individualmente, permitindo aproximá-los segundo as teorias e conceitos escolhidos como sendo o plano de fundo desta pesquisa. Isso feito comparou-se os casos a partir de uma análise *cross-case*, o que permitiu identificar elementos generalizáveis entre o fenômeno observado e as teorias.

Por conseguinte, a generalização dos achados da pesquisa deu-se de modo analítico que, segundo Yin (2010), é uma forma de se verificar a possibilidade de replicação e validação das teorias envolvidas nos casos.

As categorias de análise dos dados foram orientadas pelo objetivo geral da pesquisa e pela literatura envolvendo os temas pertinentes. Em especial, destacou-se alguns dos mais importantes pontos de verificação e balizamento desta investigação: a. unidades de comparação; b. números de casos; c. contexto das variáveis; d. área geográfica; e. dimensão temporal. Estes componentes de análise são citados por Pinillos, Fanelli e Schreiner (2015), como sendo os principais, mais importantes e mais utilizados vetores de observação, exame e interpretação de dados no que diz respeito ao incremento de estudos comparados que abordam fatos e fenômenos sociais e políticos na América Latina, adicionalmente, levou-se em conta a questão do território, por se tratar de uma pesquisa no campo da Geografia.

Eisenhardt (1989) nos indica que a etapa de análise é a mais importante dentro da lógica da pesquisa científica. No entanto, se mostra como sendo a parte mais difícil e complexa de todo o processo. Assim, utilizando-se as categorias de análise elencadas previamente, os dados foram examinados por meio da técnica da análise de conteúdo. Procedimento este em que se busca compreender o que está sendo dito sobre determinado assunto (VERGARA, 2012).

Neste trabalho, realizou-se a análise comparativa de múltiplos casos cruzados (*cross-case*), por meio do exercício de comparação. Nesta etapa foram observadas e destacadas as similaridades e disparidades que os casos em tela compartilham entre si, gerando considerações teóricas gerais que possibilitam a identificação de regularidades e transformações nos fenômenos observados.

Por conseguinte, verificando o uso dos métodos e técnicas de pesquisa auferidas durante as fases de execução desta investigação, é possível indicar que neste trabalho acadêmico foram combinados dados primários e secundários como sendo fontes e esteio ao alcance dos objetivos propostos preliminarmente. Assim sendo, Eisenhardt (1989), afirma ser normal e, mesmo desejável, que estudos de caso combinem diferentes métodos de coleta como, neste caso: entrevistas e observações, para que se obtenham evidências robustas. Ainda segundo Eisenhardt (1989), recorrer a múltiplos métodos de coleta permite uma triangulação entre dados, contexto e teorias que fortalecem substancialmente os resultados e interpretações alcançados, buscando superar as limitações metodológicas inerentes a utilização de um único método de coleta, conferindo maior e melhor validade científica a pesquisa como um todo (IKEDA, 2009; FLICK, 2009).

Portanto, é preciso destacar que pesquisas interpretativas como esta são rigorosas, na medida em que se constroem suas argumentações de maneira lógica e, apoiadas por evidências. Assim sendo, esta pesquisa científica buscou se concentrar em cumprir plenamente as exigências metodológicas adequadas, a fim de reduzir drasticamente distorções e assimetrias no decorrer do estudo que, por ventura, pudessem comprometer a validade e a qualidade dos resultados obtidos e suas análises.

Acerca da **lógica e organização** deste trabalho, podemos indicar que, no Capítulo 1 sobre a sustentação argumentativa, está o cerne conceitual desta pesquisa, há uma análise da conjuntura internacional e um panorama a respeito da situação social, política e econômica contemporânea no Brasil e na Argentina (1.1); a posteriori, versamos acerca dos movimentos sociais e sobre as redes de modo geral, em ambos os casos sob uma perspectiva geográfica (1.2); ainda há a delimitação conceitual sobre os resíduos sólidos urbanos (RSU) e, suas características de gestão e gerenciamento (1.3). Este último tema é um importante exercício para o cômputo geral desta pesquisa e, está alocada neste trecho com a finalidade de perfazer-se como ponto de inflexão e nexos entre o contexto geral, os conceitos sobre movimentos sociais e redes e, os estudos de múltiplos casos que se aproximam.

No Capítulo 2, situam-se os estudos de múltiplos casos acerca dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis. Abordam-se, e descrevem-se as atividades da Aliança Global de Catadores e, a Rede Latino-americana e do Caribe de Recicladores (2.1); o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: MNCR,

no Brasil (2.2) e, acerca da *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores: FACIR*, na Argentina (2.3).

No Capítulo 3, edifica-se um estudo comparado dentre a situação destes movimentos sociais no Brasil e na Argentina.

Nas Considerações Finais, apresentam-se os apontamentos derradeiros em que estão descritos a síntese dos fatos, as implicações e as sugestões para o desenvolvimento de novas pesquisas que possam vir a cobrir as fragilidades metodológicas e temporais desta, edificando mais um passo a frente em relação ao progresso do pensamento geográfico e, especificamente, dos movimentos sociais e redes de trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina. Além disso, neste capítulo estão presentes as reflexões sobre os fatos e as teorias abarcadas neste trabalho. Este ponto traz luz aos argumentos que foram racionalizados a partir da sinergia de cada elemento desta pesquisa, configurando uma abordagem única e atualizada sobre os temas.

Adicionalmente, os Anexos (A e B), trazem na íntegra os questionários semiestruturados utilizado nas entrevistas, o primeiro em português e, o segundo em espanhol. Ainda, no Anexo (C), está a transcrição integral da Carta de Brasília, do Movimento Nacional dos Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil.

The background image shows two individuals, likely waste sorters, working with a large pile of discarded materials. They are using long-handled tools to sift through the waste. The scene is brightly lit, suggesting an outdoor or well-lit industrial setting. The overall image has a faded, semi-transparent appearance, serving as a backdrop for the text.

Capítulo 1

SUSTENTAÇÃO ARGUMENTATIVA

Construir e sustentar cientificamente a análise dos fenômenos por meio de argumentações e dados secundários é um grande desafio frente à complexidade dos temas que orbitam ininterruptamente acerca dos cenários políticos, sociais e econômicos de Brasil e Argentina. Adversidade que se demonstra ainda mais importante e presente em um texto que busca se estabelecer como sendo o plano de fundo das discussões que se darão ao longo deste trabalho e, que prosseguirá lado a lado aos estudos multicasos que compõem esta pesquisa, são inúmeros os temas, as dinâmicas, os fatos e as abordagens possíveis de serem utilizadas ao longo deste raciocínio e desta composição crítica acerca de conteúdos tão amplos e complexos que se perfazem de grande importância tanto do ponto de vista simbólico, quanto pragmático com relação ao cotidiano das sociedades brasileira e argentina e, aos movimentos sociais em questão.

Desta forma, neste segmento do trabalho, estão descritos, pensados e discutidos alguns fenômenos contemporâneos que consideramos possuírem implicações nas formas de vivência e atuação da sociedade civil, dos movimentos sociais suas redes como um todo, entre os quais destacamos essas condições para os movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

Ainda que o rol de temas escolhidos possa ser reflexo de um exercício arbitrário de escolha, cabe a ressalva de que estes se apresentam e se mantêm adequados, frente às leituras e interpretações decorrentes do referencial teórico específico e da opção epistemológica associada a esta pesquisa e, ainda, à interpretação de seus resultados. Assim sendo, não são escolhas aleatórias, sim intencionais e seguem uma racionalidade teórico-metodológica e científica específica, a fim de se alcançar os objetivos propostos.

The background image shows two individuals, likely of African descent, engaged in sorting through a large pile of waste. The person on the left is wearing a blue t-shirt and dark pants, while the person on the right is wearing a white t-shirt and a dark cap. They are using long-handled tools to move and sort through the debris, which includes plastic bags, cardboard, and other household waste. The scene is set outdoors, with a bright, slightly hazy background suggesting a sunny day. The overall tone of the image is one of labor and environmental concern.

Capítulo 2

CONJUNTURA: CENÁRIO INTERNACIONAL, BRASIL E ARGENTINA

Acerca da conjuntura internacional atual, os fenômenos a serem dissertados a seguir são: a) crises econômicas; b) crises de representação política.

Crises econômicas podem ser consideradas como sendo fenômenos portadores de numerosas e dramáticas implicações nas esferas política e social, repercutindo de maneira direta no papel de como o Estado intervêm em sua macroeconomia. Mesmo levando-se em consideração que o discurso e a prática de políticas neoliberais fortalece, no campo teórico e ideológico, uma dinâmica de não intervenção no mercado. No entanto, há um grande paradoxo neste quadro e, um distanciamento abissal nas frentes em que os Estados têm sido mínimos (na condução da proteção social), mas têm sido extremamente fortes, presentes e constantes (nos mercados financeiros e produtivos), deixando cidadãos em geral e contribuintes atônitos e perplexos com este modo de atuação estatal assimétrico e cínico (DELGADO; GRADIN, 2017).

A irrupção das crises econômicas, apesar de causar desespero a todos àqueles envolvidos na produção e realização do valor, é um triunfo total para as forças do antivalor, uma vez que nestes períodos os ativos retornam a seus proprietários, estas deixam em seu alvorecer uma massa de ativos completamente desvalorizados que podem ser adquiridos a preços irrisórios por quem possui capital para pagar por eles (HARVEY, 2018).

Do ponto de vista histórico, na constituição dos Estados modernos, seus governantes possuíam, ao menos em discurso, uma noção de que o Estado deveria se esforçar para trazer amparo aos seus cidadãos e as suas instituições, considerando inclusive a importância das políticas territoriais como sendo fundamentais para coesão e fortalecimento do Estado. Por sua vez, o modo keynesiano de controlar os ciclos econômicos explicava esta perspectiva, indicando que a composição de empresas estatais em pontos estratégicos das cadeias produtivas, combinadas às políticas fiscais e monetárias direcionadas às áreas de investimentos estratégicas conduzidas pelo setor público, tais como: transporte, comunicações e infraestrutura. Consideradas vitais ao crescimento da produção em larga escala e do consumo em massa, formatariam as bases do Estado de bem-estar social que, a princípio, representou uma importante base nas áreas da saúde, educação, segurança e previdência social. Nesse cenário os Estados assumem para si um papel de agente essencial na condução do crescimento e do

desenvolvimento socioeconômico das nações, por meio do fomento a geração do emprego e circulação e distribuição da renda, além de criar importantes esteios para os setores comerciais, financeiros e industriais de seus países no próprio setor privado (MEDEIROS, 2009).

Contudo, a imposição do neoliberalismo como sendo a única ideologia e método acerca da condução da reestruturação produtiva, por meio da flexibilização da produção e das relações de trabalho, passou a enfatizar e a sedimentar o terreno em que políticas extremamente nocivas às sociedades são implementadas por atores políticos e econômicos, voltados exclusivamente aos interesses das classes hegemônicas, acarretando um espectro de incertezas, instabilidades e precariedades, que foram sendo estendidas a todo corpo social (ROSANVALLON, 1984). Notem que esta é uma referência antiga. De tal modo, a prática não é nada inovadora, mas, certamente é constante. Vide como se repete ciclicamente ao longo do tempo histórico.

Cabe destacar que para que este sistema tenha se tornado hegemônico foi necessário que a enunciação de conceitos fundamentais se enraizasse de modo tão profundo no senso comum a ponto de ser tomada como correta e fora de todo e qualquer tipo de questionamento. Para tanto, foi necessário constituir um grande aparato técnico e conceitual que se demonstre natural, quase “divino”, tornando-se um indutor das tomadas de decisões das instituições e dos instintos humanos, edificando as formas como o mundo social se comporta (HARVEY, 2007).

O desenvolvimento geograficamente desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica entre diferentes países e formações sociais, testemunha o caráter experimental e desumano das soluções neoliberais e explica, em grande parte, os intrincados caminhos por meio dos quais as forças políticas, as tradições históricas e os arranjos institucionais acabaram por perder sua representatividade e legitimidade frente a esta ideologia (HARVEY, 2007).

Nesse sentido, a gradativa informalidade¹ que assola os empregos e a perda de direitos sociais já adquiridos, paralela a forte concentração econômica sob o controle de

¹ O setor informal pode ser caracterizado, de forma geral, como sendo um conjunto de unidades não agrícolas envolvidas na produção de bens e serviços, com o objetivo principal de geração de emprego e rendimentos para os indivíduos envolvidos. Estas unidades operam geralmente com baixo nível de organização, com pouco ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção e uma escala reduzida. As relações de trabalho, quando existem, baseiam-se a maior parte das vezes no

poucos agentes, expõem cidadãos e trabalhadores a vivenciarem o encolhimento das funções estatais de proteção ao emprego, à renda, a subsistência e ao progresso econômico dos sujeitos e da coletividade.

Este processo de reestruturação enunciado pelas políticas neoliberais está, de forma ampliada, induzindo ao alargamento do setor informal das atividades produtivas, com especial atenção ao labor. Desta feita, o setor informal não é mais um simples depositário de força de trabalho que atua autonomamente. Ao contrário, essa autonomia é quebrada e, gradualmente cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize, justamente, dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, intrinsecamente conectados e subordinados ao setor formal. Desta forma, estas atividades informais não são apenas permitidas, mas, vêm sendo fomentadas, visto como vão sendo conduzidas pelo capital e pelos capitalistas, uma vez que podem até ser mais lucrativas que as atividades formais, tendo em vista os diferentes nexos (integração e subordinação) que mantêm com a expansão e acumulação de capital, que, em igual medida, também libertam os capitalistas das relações trabalhistas (THOMAZ JR, 2002 *apud* RODRIGUES, 2008).

Em contrapartida este cenário fora minimamente mitigado, por fortuitas, mas, polêmicas políticas focais de redistribuição de renda. Contudo, a propalada crise financeira e econômica mundial que se arrasta desde 2008 e, não estamos versando exclusivamente sobre o panorama brasileiro, apesar de parecer, mas sim, de um quadro geral, global, tem concebido o fastígio do desequilíbrio de forças no núcleo do sistema capitalista mundial. Abarcando neste campo a crescente vinculação e dependência das economias aos mercados financeiro e de capitais que, a cada novo colapso periódico, têm se revelado sem base material e vínculo algum com a economia real. Entretanto, como possuem grande capacidade de adaptar-se e se manter na ativa, permanece reordenando-se e progredindo, à custa do próprio perfil do mercado, que os têm como sendo elementos

emprego ocasional, no parentesco e nas relações pessoais e sociais, mais do que acordos contratuais com garantias formais (KREIN; PRONI, 2008). Contudo, cabe destacar que contemporaneamente, este cenário é ainda mais complexo, uma vez que aglutina em si realidades heterogêneas em diversos países. Uberização, legalidade/ilegalidade, imigração e circuitos do trabalho informal, precarização e informalização do trabalho formal, marginalidade e centralidade são elementos que dão as formas do panorama contemporâneo do trabalho (MARQUES, et. all., 2018).

essenciais e indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades específicas (MEDEIROS, 2009).

Entretanto, esta condição é tão delicada e volátil que a via de difusão fundamental de crises e avanços macroeconômicos, no mundo todo, tem se dado por meio das expectativas e especulações de agentes econômicos privados, em que “climas extremamente abstratos, subjetivos e duvidosos” podem colocar em risco o progresso e o equilíbrio financeiro; o crescimento e a sustentabilidade macroeconômica das nações de modo importante e, por vezes, permanente (GENTIL; MARINGONI, 2009).

Cabe destacar que as políticas vinculadas ao neoliberalismo são extremamente fracas na alavancagem macroeconômica dos Estados e estímulo ao crescimento econômico. Harvey (2007) cita a *World Commission* (2004), que já indicava que as taxas de crescimento dos países ocidentais ao longo dos anos 1960 alcançavam, em média, cerca de 3,5%, ao ano. Mesmo nos difíceis anos 1970 elas não decresceram abaixo dos 2,4%, em média, ao ano. Contudo, a partir dos anos 1980 e chegando aos primeiros anos de 2000, em que as práticas neoliberais já se encontravam em franca aplicação, o nível médio de crescimento da economia dos países do ocidente, alcançavam um índice de 1,4% ao ano. Demonstrando como o choque neoliberal, não teve uma implicação a altura de seu discurso, figurando como fraco. Mais a frente, poderemos observar os dados macroeconômicos de Argentina e Brasil, que atestam este argumento.

No entanto, ao final das sucessivas crises, o pensamento neoliberal não tem sido derrotado e não se alteram os paradigmas que orientam os papéis dos Estados e dos capitalistas. Desta feita, os discursos e as práticas pró-ajuste das contas públicas voltam amplificados e travestidos de salvação, quando de fato, são mais uma dose extra de mecanismo de concentração de riquezas. As obras de assistência aos mercados financeiros e às empresas privadas, normalmente às grandes, prosseguem em curso acelerado e, por conseguinte, pacotes de intervenções para minorar os efeitos das crises em setores específicos deixam os Estados cada vez mais endividados. Uma vez que, mantida a predominância da reprodução financeira do capital, lastreada na dívida pública, é cada vez maior a pressão pela manutenção de taxas de juros elevados, ou ainda, a subida destes ao longo do tempo. Estabelecendo que os governos implantem um círculo vicioso em que o Estado, sobrecarregado de encargos financeiros e, em prol dos rentistas, aplique medidas de ajuste fiscal, com novas rodadas de reformas para diminuição de direitos

sociais, carreando todos os ônus da desventura neoliberal para quem nada ganhou e, ainda perdeu, ao longo do período de financeirização da economia (VAZ, 2009).

Nesta perspectiva, as crises são sempre violentas soluções momentâneas das contradições já existentes no cenário e, são estas erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado. Todavia, a reconstrução do capital por ele mesmo é insegura e possui limites. E o mercado financeiro global impõe uma acumulação de dívidas. Todavia, esta reivindicação sobre o valor da produção futura pode sobrepujar a própria capacidade de se produzir e realizar valor e mais-valor no futuro. Nesse sentido, Harvey (2018) nos adverte que as dívidas, mesmo que devidamente resgatadas, impõem uma obrigação de pagamento que pode comprometer qualquer tipo de futuros alternativos. E, portanto, a servidão por dívida agrilhoa o futuro das pessoas, assim como de economias inteiras.

Mas, em face de índices macroeconômicos tão anêmicos e, implicações sociais das mais terríveis que há. Como esta ideologia se manifesta em políticas e práticas de Estados, governos e da iniciativa privada mundo afora?

Harvey (2007) cita dois elementos principais: a) o neoliberalismo foi acompanhado de uma crescente volatilidade no interior do capitalismo global. O sucesso de uns poucos escondia o fracasso no resto do mundo. Os episódios periódicos de crescimento, entremeados de intensas fases de destruição criativa, acompanhadas de crises políticas, econômicas e sociais, em que repetidas ondas de ajuste estrutural e austeridade fiscal levaram a paralisia econômica; b) o neoliberalismo era e, ainda é um grande sucesso do ponto de vista das classes altas que, vêm nesta opção ideológica e suas práticas, uma forma de restaurar seu poder hegemônico, alçando-as a condição de elites políticas e econômicas de seus países.

Em contrapartida, ainda segundo Harvey (2007), estas duas condições incrementam o aumento da desigualdade social dentro de um território e, isso lastreado pela retórica de que as próprias classes baixas ou subalternas são responsáveis pela sua desventura.

Nesse sentido, o cenário de crescente desigualdade social se agravará ainda mais, embora provocado por outros mecanismos de exclusão e manipulação financeira. Portanto, os ricos enriquecem cada vez mais, enquanto os pobres padecem ainda mais pela necessidade de pagarem suas dívidas e, isto vale tanto para empréstimos pessoais,

quanto coletivo ou, mesmo, estatais. E, esta dinâmica se assevera de forma ainda mais evidente nos países pobres (HARVEY, 2018).

Em contrapartida, o controverso inconveniente descrito no panorama supracitado, até que é assaz despretensioso, uma vez que ao se resgatar financeiramente os diversos tipos de manipuladores financeiros que geram as crises, sem alterar as regras do jogo, volta-se sempre para trás, em uma situação igual a que gerou a crise anterior. Não se resolvem os problemas de fundo do cenário, estes nem são discutidos ou aviltados. Portanto, ao em vez de colocar mais recursos em sistemas desequilibrados e perniciosos, o mais acertado seria dinamizar a economia pela base produtiva e social. Assim sendo, não se trata, portanto, de recolocar o trem nos trilhos para que voltemos aos “bons dias” dos especuladores e, sim, repensar o sistema da alocação racional dos recursos em função das prioridades sociais, econômicas, culturais e, inclusive, ambientais das populações do planeta.

Pode-se notar que a crise atual é resultado de um processo de instabilidade econômica mundial que se iniciou há mais de uma década, cujas características centrais em, absolutamente nada, foram alteradas até o presente momento histórico. Desta feita, prosseguem inalterados e completamente livres os mecanismos de especulação financeira nos mercados financeiros e de capital. Que, novamente, estão mais fortalecidos enquanto agentes financeiros hegemônicos, demonstrando que os governantes dos Estados não possuem qualquer interesse ou, já não podem mais inverter essa lógica. Assim sendo, esse somatório de crises não impulsionou transformações significativas em lado nenhum, do ponto de vista econômico. Em contrapartida, trouxe impactos sociais negativos, com a criação de empregos de baixa qualidade, ampliação da desigualdade de renda e queda dos rendimentos da massa assalariada mundo a fora (ANTUNES, 2018; DIEESE, 2011).

Nesse sentido, a provocação maior à reflexão e discussão é que paradoxalmente, somente uma crise real, inventada ou pressentida, possui os atributos e o poder de induzir mudanças sociais, institucionais, econômicas, políticas e culturais verdadeiras e duradouras. Todavia, quando estas ocorrem, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição e, para tanto, as classes dominantes desenvolveram, ao longo do tempo, “alternativas” às políticas existentes, mantendo-as vivas e acessíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável. Sobre essas mudanças, nos

referimos àquelas da doutrina de choque econômico, em que tão logo uma crise se instala, os governos e seus patrocinadores agem rapidamente, impondo mudanças súbitas e irreversíveis, antes que a sociedade, abalada pelo fato em tela, possa reagir de alguma forma (KLEIN, 2008). Essa forma fundamentalista de capitalismo precisa das crises para prosseguir e segue fomentando-as mundo a fora para manter-se em constante ascensão.

Assim sendo, nestes cenários de incertezas, algumas das violações mais infames dos direitos civis e humanos são estabelecidas por regimes de governo ditos democráticos, com o desígnio fulgente de terrificar a sociedade, a fim de se criarem os cenários e as prerrogativas para introdução das reformas radicais em prol do livre mercado exclusivamente (KLEIN, 2008).

Como exemplo contemporâneo, podemos citar o caso dos Estados Unidos da América, que sob a presidência de Donald Trump tem alcançado resultados macroeconômicos positivos frente ao panorama da economia mundial. Gerando um número de empregos (302 mil) acima do consenso (185 mil) do próprio mercado norte-americano para o período analisado (dezembro de 2018). (BRADESCO, 2019; BANCO ALFA, 2019).

Em contrapartida, o relatório da ONG Anistia Internacional (2018), que analisa o mesmo ano, indica que os Estado Unidos são o país com maior registro de violações aos Direitos Humanos, tanto dentro, quanto fora de seu território nacional. Os temas em que são implementadas políticas e ações que atentam contra a dignidade humana, transcorrem um longo rol e, a cada ponto, uma série de casos atrozes poderiam ser descritos. Direitos dos refugiados e migrantes; direitos das mulheres; direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgênicos e intersexos; segurança e combate ao terrorismo; tortura e outros maus-tratos; uso excessivo da força; violência com armas de fogo; pena de morte. Para citar apenas alguns números deste quadro, somente em 2017 foram indicadas a deportação forçada de 800 mil pessoas do território nacional. Entre janeiro e agosto de 2017, as autoridades norte-americanas detiveram 17 mil crianças mexicanas dentre mais de 26 mil pessoas que viajavam em família. Destas, inúmeras crianças foram separadas de seus pais durante o cárcere, sendo mantidas em celas. Muitos desses imigrantes mexicanos ficaram detidos durante meses, sem acesso a cuidados de saúde ou aconselhamento jurídico. E, esta política é uma realidade de extrema violência que vem sendo empregada desde os anos 1970 (CREWDSON, 1983).

Ainda, em um ato simbólico e expressivo do desdém norte-americano pelos Direitos Humanos é que este país abandonou o Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2018 (RUIC, 2018).

Com relação à Argentina, o mesmo relatório da ONG Anistia Internacional (2018), indica-nos que também existem processos contínuos e históricos de não atendimento aos Direitos Humanos por parte do Estado, neste país. Os direitos dos povos indígenas; a impunidade do regime militar; as mudanças nos direitos dos refugiados e migrantes; os direitos sexuais e reprodutivos e a violência contra as mulheres, figuram como sendo temas de completo desinteresse por parte dos governos, que não destinam os recursos necessários à implementação de ações de combate ou mitigação dos problemas citados.

Com relação ao Brasil, a Anistia Internacional (2018, p. 88-89) destaca que:

Diversas propostas que ameaçavam os direitos humanos e retrocediam adversamente as lei e políticas existentes avançaram em sua tramitação no processo legislativo. A violência e os homicídios aumentaram afetando principalmente jovens negros. Conflitos por terras e recursos naturais resultaram em dezenas de mortes. Os defensores dos direitos humanos não foram protegidos efetivamente pelo Estado. A polícia respondeu a maioria dos protestos com força excessiva e desnecessária.

Ainda, o relatório da ONG indica que há outros temas que contém algum conteúdo de risco a manutenção dos Direitos Humanos no Brasil. Assim sendo, mudanças legais, constitucionais e institucionais; monitoramento internacional; liberdade de manifestação; conflitos por terra; conflitos por terra; direitos dos povos indígenas; direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e intersexos; liberdade de religião e crença; direitos das crianças; condições prisionais; forças policiais e de segurança. Para cada um destes itens, há um extenso levantamento numérico de mortes e atrocidades associado.

Adicionalmente, este quadro foi sendo ampliado da pior forma possível pelo governo do Presidente Michel Temer, em sua gestão, somente no primeiro ano de governo, foram implementadas a suspensão ou a extinção de pelo menos 365 direitos pela população brasileira, um golpe por dia (RODRIGUES, 2017).

A agricultura familiar; a cultura; a educação; a habitação; a assistência social; a política indigenista; os direitos humanos; os direitos trabalhistas; a saúde; a previdência; as privatizações e a PEC 55, do congelamento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos.

Temas como estes foram secundarizados ou, passaram a ser conduzidos à revelia dos interesses da população brasileira. Uma situação que somente conduziu o País a uma maior fragmentação política e social e a um péssimo cenário econômico (RODRIGUES, 2017).

Mas, ficou ainda pior. Durante as eleições do ano de 2018, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso e impedido de participar do pleito. Jair Bolsonaro foi eleito. Ao longo de toda sua carreira política, foi considerado uma figura excêntrica e folclórica no Congresso Nacional, sujeito de pouca importância política, era mais famoso por suas declarações estapafúrdias, carregadas de todo tipo de preconceito, do que por sua atuação política efetiva (CIOCARRI; PERSICHETTI, 2018).

Mas, desde o início de sua campanha eleitoral aglutinou em si, com seus discursos e suas ações o que há de pior na política democrática e no exercício republicano. Este sujeito exacerbou ao máximo imaginável, a violência, o ódio e a espetacularização de suas performances. Aliado ao apoio de religiosos, da mídia corporativista burguesa, que direta ou indiretamente o auxiliou nesta tarefa, arrasando o Partido dos Trabalhadores e, de uma multidão de pessoas desiludidas com a política nacional, ascendeu ao poder, levando consigo uma trupe de deputados, senadores e ministros completamente enlouquecidos, desonestos e, em alguns casos, sociopatas convictos. Diuturnamente, este grupo, tem atentado contra os direitos humanos e a dignidade do povo brasileiro (MESSEMBERG, 2017; LIMA et. all., 2017). Retomaremos este assunto mais a seguir.

Neste panorama uma circunstância se torna recursiva, esta ideologia dinâmica e flexível em suas formas de agir e de se apresentar, sempre mudando de nome e de identidade visual. Contudo, em todas as suas encarnações e fantasias, compartilham um ideário fixo e o sacro pacto com a trindade da política liberal e conservadora de sempre: eliminação da esfera pública, total liberdade para as corporações e mínimo gasto social. Riquezas para uns poucos, pobreza para a maioria.

Do ponto de vista teórico, estético e prático a doutrina do choque econômico é o atalho predileto para o alcance pleno do progresso e da glória capitalista. Entretanto, no decorrer da implantação deste método, o que surge é algo muito diferente. A aliança determinante e poderosa entre algumas poucas corporações de grande porte e uma camada de políticos corruptos. O nome mais apropriado para este princípio que suprime as raias dentre os governos e o grande capital não é exatamente liberal, conservador ou

capitalista, mas sim corporativo, desonesto e devasso, estabelecido por meio da infelicidade, violência e coerção de todo tipo (KLEIN, 2008), em que a maioria da população vive sua existência sob um eterno e sofrível estado de tensão e crise (BAUMAN; BORDONI, 2016).

Adiante, frente à desregulamentação do capital, a expectativa ao surgimento de novas crises financeiras e monetárias cada vez mais profundas e drásticas torna-se cada dia maior do que antes, uma vez que a acumulação flexível passou a desempenhar uma função coordenadora dos rumos das macroeconomias e dos próprios Estados, nunca antes notada (MEDEIROS, 2009).

Entretanto, o ritmo da criação de uma dívida global sugere a existência de uma economia global que deve crescer cada vez mais por meio dos artifícios e miragens da criação de antivalor nos múltiplos sistemas monetários regionais do mundo. É provável que boa parte dessa dívida seja tóxica, dissimulada pela criação de mais dívida e, por conseguinte, não está claro de onde virá o valor que resgatará esse montante que vem crescendo incessantemente (HARVEY, 2018).

O FMI (2019) indica que a dívida global atual, incluindo governos e empresas privadas, atingiu em 2018 o valor de US\$ 164 trilhões, o recorde de US\$ 184 trilhões foi em 2017. Este volume representa 225% do PIB de todo o planeta naquele ano.

Por conseguinte, uma acumulação irrestrita de capital fictício, coordenado pelo mercado financeiro global, implica que cada vez mais esse valor apaga até o último rastro de toda conexão com o processo real de valoração do capital e, mesmo, do trabalho (HARVEY, 2018).

Este sistema de créditos é uma forma imanente do modo de produção capitalista e um dos poderes-chave que movem a acumulação de capital infundável. Marx (2017) já considerava o sistema financeiro o ápice das tendências fetichistas do capitalismo.

Assim sendo, podemos descrever que o neoliberalismo, mesmo com o nome de doutrina do choque, possui uma base extremamente conservadora, contraditórias aos ideais de liberdade, que significou ao longo do tempo histórico um viés geopolítico, que traz consigo sua ideologia específica, a partir de um catálogo de ações como: FMI e Banco Mundial como centros de propagação e implantação do fundamentalismo do livre comércio; recolonização, em uma estratégia imperialista promulgada pelos Estados Unidos; fortalecimento do braço coercivo do Estado, que vai do apoio aos golpes na

América Latina ao fortalecimento das guerras supostamente “antiterror”; disciplinarização dos sindicatos e ataques aos movimentos sociais; financeirização de tudo, com o pleno domínio das finanças sobre outras áreas da economia. Estabelecendo uma retórica baseada na identidade ideal de consumidor e, em outras dimensões estético-teóricas que buscam eclipsar os conhecimentos pautados na dialética, nas reflexões sobre poder e exploração do trabalho; ainda, há a falsidade ideológica do livre comércio, que não suplantou os protecionismo e, somente serviu para dilatar as fronteiras da periferia econômica mundial para as mercadorias dos países centrais (HARVEY, 2008).

Desta feita, por meio da paulatina recuperação da economia mundial, mudanças institucionais e um novo equilíbrio de forças devem ocorrer, internas e externas aos Estados e suas economias, uma vez que a situação de estagnação pode ser revertida por ela mesma, uma vez que as demandas individuais prosseguem inalteradas e as instituições e os empreendedores devem iniciar um novo ciclo econômico em função da própria conjuntura e escassez que os envolve.

Contudo, Harvey (2018) nos aponta que adotar políticas de austeridade neoliberal, piora ainda mais a situação macroeconômica dos países e, isso possui implicações sociais graves. Inclusive com revezes sobre produção, emprego e renda no Brasil e na Argentina, por exemplo.

Do ponto de vista prático, neste cenário a renda dos trabalhadores entra em estagnação. Mas o neoliberalismo prossegue em seus objetivos e, a seguir a sociedade é desproletarizada, isto é, o trabalho assalariado é substituído cada vez mais por *freelancers* isolados e, em larga medida, precarizados; mais o valor de uso escapa da forma trabalho e os criadores de valores de uso acabam não sendo recompensados em termos de valor de troca, que é realizado unicamente pelos próprios capitalistas (HARVEY, 2018).

Em suma, com esta dissertação acerca destes panoramas econômicos e seus desdobramentos sociais e políticos de larga dimensão, o que podemos delinear e prognosticar em termos de futuro presumível é um período especial, em que as trajetórias históricas dos diversos Estados que compõem o anárquico cenário internacional podem convergir ou divergir fortemente entre si, determinando a possibilidade de uma nova divisão no destino do mundo. Mas, a História, com toda sua complexidade pode nos surpreender com fatos e trajetórias diferentes a cada instante, tanto para o bem como para o mal (MORAIS, 2009).

Em suma, o espaço e o tempo de disputa pela reorganização e condução de um novo padrão de funcionamento das economias nacional e internacional prosseguem abertos e, essa é a boa notícia. Por outro lado, o risco é que o *mainstream*, saudosos de períodos anteriores, prossiga vorazmente buscando recolocar nos trilhos e fazer andar um trem que já não tem mais para onde ir (DIEESE, 2011).

Adiante, acerca das **crises de representação política** nos Estados, em que se aplicam princípios democráticos à sociedade, podemos iniciar a discussão lembrando que em relação à representação, os líderes políticos são como signos simbólicos, que representam o objeto ou a causa de um modo idealizado. Todavia, esta representação é uma intermediação entre o fenômeno e seu interprete e, por conseguinte, a desconfiança com relação a estes intermediários é que vêm se tornando tão ampla que, as sociedades contemporâneas passaram a desprezar estes ícones. Contudo, este é o distanciamento que o próprio sistema político representativo edificou entre o Estado, os governos e as sociedades. Assim sendo, esta representatividade política na democracia liberal vem arruinando sua estima devido à própria arbitrariedade, frieza e distância, simbólica e física, com que se relacionam com as sociedades. Desvalorizando-se diante da população, por pretender lidar com a comunidade de pessoas reais de maneira totalmente abstrata e paralela à própria condição material da realidade objetiva, seus anseios e necessidades (CAMARGO, 2011).

Por sua vez, nos últimos trinta anos, a democracia liberal viveu uma fantástica expansão no mundo, com o colapso e encerramento de regimes autoritários e totalitários mundo afora, Brasil e Argentina inclusos neste exemplo. No entanto, neste mesmo período de tempo histórico em que houve este avanço rumo a uma maior participação social nos processos decisórios dos governos eleitos, contraditoriamente, em igual medida, vem ocorrendo também, um retrocesso. A deterioração da adesão popular às instituições representativas democráticas. Sendo que é possível detectar uma crise aguda com relação ao sentimento de estar sendo adequadamente representado, fato que compromete os laços simbólicos e práticos que idealmente deveriam conectar eleitores e cidadãos aos seus políticos, candidatos, partidos e, de forma mais ampla, aos poderes Constitucionais e aos Estados. Este fenômeno tem ocorrido por toda parte, de maneira mais ou menos direta e explícita, atingindo novas e velhas democracias eleitorais (MIGUEL, 2003).

Nesse sentido, ainda segundo Miguel (2003), esta situação pode ser observada a partir de três fenômenos objetivamente verificáveis: a) declínio do comparecimento eleitoral; b) desconfiança com relação às instituições do Estado e, c) esvaziamento dos partidos políticos. Para além destes pontos, há ainda, o alheamento decisório eleitoral, que engloba as formas pelas quais os cidadãos se recusam a optar por um partido ou candidato, por meio da abstenção, do não-alistamento eleitoral, do voto nulo, ou, ainda, do voto branco (RAMOS, 2001).

Portanto, este indica-nos que por trás da fachada democrática dos rituais de obediência a vontade popular, cristalizou-se o domínio e a hegemonia dos interesses de uma minoria muito específica que monopoliza totalmente as decisões chave e os rumos políticos, econômicos e, mesmo culturais em que seguem as nações. Esta minoria que arregimenta em suas fileiras outros elementos e grupos de interesse em prol de seus objetivos específicos, dominando totalmente o Estado e sua burocracia em prol da manutenção e reprodução de seu poder econômico e político e, ainda a cristalização do *status quo*.

Nesse sentido, a democracia, que é um conceito e um preceito importantíssimo para as civilizações ocidentais, prossegue sendo alçado a uma condição de utopia e idealização e, desta forma, raras vezes é alcançada e concretizada no mundo real, muito menos em agrupamentos tão numerosos e complexos quanto os Estados-nações (DAHL, 2000).

Inclusive, Mbembe (2018) já indica-nos que o capital financeiro conseguiu sua hegemonia sobre o mundo mediante a anexação do núcleo dos desejos humanos e, no processo, transformou-se em teologia secular global. Combinando atributos de uma tecnologia e uma religião, desta forma baseia-se em dogmas inquestionáveis, com a liberdade individual, o livre mercado e propriedade privada, etc. Todavia, cada um desses artigos de fé está sob ameaça real, uma vez que esta democracia liberal já não é mais conveniente ao capitalismo financeiro. O choque entre estas duas ideias e princípios deve ser o acontecimento mais significativo da paisagem política global.

Mbembe (2018) ainda adverte que neste novo panorama o próprio mercado será reimaginado como o principal caminho para validação da verdade. Ações humanísticas e iluministas advindos de sujeitos ou grupos racionais deverão ser combatidas e

desacreditadas a qualquer custo, com a finalidade de que a essência humana seja transfigurada e cerceada ao binômio: consumidor e eleitor.

Este processo condicionante pode explicar em parte a crescente posição anti-humanista que traz consigo um desprezo geral pela democracia liberal. Desta feita, a política se converterá em uma guerra de classes, em que pobres e minorias étnicas, religiosas e de gênero serão cada vez mais intensamente alvejados, sem que sua condição humana seja levada em consideração (MBEMBE, 2018).

Esta é uma técnica que se retroalimenta de modo cada vez mais negativo, pois ao se conformarem multidões de sujeitos destruídos e destituídos, que vivenciam um cotidiano de violência e ameaça existencial. Portanto, anseiam genuinamente o retorno a um sentimento de certeza, por meio do sagrado, da hierarquia, da religião e da tradição. Neste contexto, os empreendedores políticos de maior sucesso serão aqueles que discursarem de maneira mais convincente aos perdedores, àqueles homens e mulheres destruídos pela globalização neoliberal. Assim sendo, a esfera política se converterá em luta de rua e a razão já não importará, nem os fatos. A política retrocederá a condição de brutalização, em assunto de sobrevivência em um ambiente tóxico e ultracompetitivo (MBEMBE, 2018).

Sob tais condições Mbembe (2018), nos indica que em um mundo centrado na objetivação de todos em prol do lucro, a secundarização da política pelo capital é ameaça real. A transfiguração da política em negócio coloca em risco de eliminação a própria noção e possibilidade da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da política liberal e da democracia tal qual a compreendemos.

Há de se avultar que a própria ideia sobre democracia representativa, em que o processo eleitoral ocupa um lugar central nesta perspectiva é, relativamente recente, uma vez que democracia e eleições não se confundiam, ou, não estavam implicitamente coligados. Enquanto a democracia se apoia na premissa da igualdade entre os cidadãos, a eleição sugere e contempla uma seleção, implicando na existência de indivíduos melhor preparados para ocuparem cargos públicos específicos. Sendo, portanto, um mecanismo aristocrático e elitista, extremamente vinculado à ideologia capitalista, em que triunfa o princípio da distinção. Nessa direção, Wood (1995), já nos indicava que as instituições representativas não surgiram como sendo a solução para impossibilidade da democracia direta nos Estados, mas sim, foram formuladas, estruturadas e vêm sendo aplicadas em

prol de reduzir a presença popular nas fileiras dos governos, reservando-o aos interesses das classes dominantes.

Novaro (1995) já nos indicava que os principais afetados por esta situação, para além dos cidadãos, eleitores e da sociedade como um todo, são os partidos políticos. Estes não conseguem mais se refugiar em princípios ideológicos para reter seus eleitores e militantes, já que não conseguem agregar interesses legítimos e comuns, frente ao cenário de desarticulação efetiva com as bases populares e orgânicas, o que também reflete e estabelece um abismo entre a população, o Estado, o governo e os representantes eleitos para atuar junto as esferas públicas em seu nome, incitando um afastamento de grande parte da sociedade com relação à esfera política. Estabelecendo, até mesmo, a adoção de atitudes anti-organizativas por parte da comunidade.

Este painel geral ainda empreende e reforça uma condição em que o formalismo associado à democracia representativa, acaba por desvincular-se, por si só, da sociedade. No entanto, é importante apontar que esta esfera política não deveria, de modo algum, estar desconectada da sociedade e que, sem um mínimo de igualdade material e garantia das condições básicas de subsistência, o funcionamento da democracia está gravemente comprometido, estabelecendo um cenário de não representatividade política efetiva em que, pode insurgir um líder tirano, mesmo eleito “democraticamente”, que pode implementar ou favorecer a supressão das liberdades civis, de expressão, sufocamento de embates políticos participativos, prisão sem julgamento justo, tortura, assassinatos, roubos, extorsão e facilitar a prática de peculato por políticos no exercício do poder, que inevitavelmente se tronam “cleptocratas” enquanto a democracia e a sociedade são sumariamente extinguidos (SNYDER, 2017).

Cada qual a sua maneira, Argentina e Brasil, já experimentam este cenário, em que a luta e a resistência passaram a ser cada vez mais difíceis, uma vez que associada a acumulação flexível e ampliada do capital sobre estes países, a acumulação primitiva ainda coexiste e está cada vez mais forte. Superexploração, pilhagem, condições análogas a escravidão ou escravatura, confisco, ingerência externa, tornam a vida de milhões de pessoas uma triste realidade cruel em que o fascismo social não é um esgrimir retórico, é o dia-a-dia (SANTOS, 2016).

Frente à conjuntura descrita, é admissível considerar que perante o contemplar incrédulo, mas inerte de toda uma população subjugada, os grupos de interesse

hegemônicos que atuam em escala mundial têm imposto suas regras e interesses sobre os demais. Não tem havido contestação significativa sobre este estado das coisas ou, que alcance um patamar que faça frente a este quadro. Isso porque, para além da repressão física e uso “legítimo” da força, crescentemente presente no cenário mundial, há uma espécie de violência simbólica, que se disfarça de convencimento pelo melhor argumento ou pelo domínio da narrativa. Desta feita, ao dominarem todas as estruturas de poder e da informação, os grupos privilegiados monopolizam para si os recursos que deveriam ser de todos e abre caminho à sobre-exploração dos fatores produtivos, unicamente em prol de seus interesses ideológicos e lucros, à revelia da grande maioria da população.

Assim sendo, as crises políticas e de representação que se põem ao longo do tempo histórico possuem a particularidade de serem pouco transparentes em termos de dinâmica e de soluções para a população em geral, uma vez que os mecanismos são obscuros. No entanto, os impactos são visíveis e, estes sim, podem mobilizar, gerar indignação e agregar resistências e lutas em prol de algo novo (DOWBOR, 2009).

Circunstância permeada por uma cegueira moral seletiva, o eu se segue é um reforço sobre o exercício de insensibilidade diária frente ao sofrimento alheio, na incapacidade e recusa de compreender os fatos extremos de maneira equilibrada e humana (BAUMAN; DONSKIS, 2014), conformando, neste caso, um panorama em que os efeitos colaterais deste conjunto de ações não são levados em consideração, em que as vítimas das ações políticas e econômicas dos governos neoliberais que aprisionam os Estados são consideradas como sendo perdas naturais do processo. Pior ainda, as próprias vítimas são culpabilizadas por sua exclusão e miséria. Essa naturalização e insensibilização são observadas, sobretudo, na indiferença dos políticos em relação aos homens, mulheres e crianças sacrificados em prol dos interesses de lucratividade de seus patrocinadores e grupos ideológicos específicos, por vezes internacionais (BAUMAN, 2013).

Desta feita, ao chegarmos a este ponto é pertinente indicar que ao longo deste texto não fora nosso desígnio traçar um elenco das tragédias e horrores que nos assolam ao longo do tempo presente, mas sim, trazer em voga argumentos que desnudem a evidente condição em que as crises setoriais e conjunturais vêm representando um amplo colapso de governança local, nacional, regional e, mesmo, planetária. Portanto, as convulsões, conflitos e recrudescimentos dos cenários descritos até o presente representam

oportunidades, para que se organizem ideias e práticas que sejam convergentes em prol de forças sociais e institucionais verdadeiramente interessadas em um novo caminho para o pleno desenvolvimento, que possua em suas características e métodos, viabilidade econômica e, em igual medida, equilíbrio social, por meio de ações efetivas, ajustes progressivos e inclusivos (LAVINAS, 2009).

Com relação específica a atuação dos movimentos sociais e suas redes, a conjuntura dos elementos contemporâneos supracitados é extremamente complexa, crítica e, mesmo, inconveniente. Entretanto, é justamente em cenários como este em que surgem com mais energia e ímpeto construtivo as lutas, as resistências e as articulações de setores sociais e sujeitos oprimidos, dando reinício às fases de oposição, esforço e lide em prol de um futuro menos desigual e opressivo a todos.

Ademais, estabelecer uma narrativa acerca dos **panoramas argentino e brasileiro** é trazer em voga um amplo cenário de símbolos e pragmatismos políticos que seguem pautados à edificação de um cenário comum que se sobrepõe ao longo da história e do espaço geográfico Sul-Americano, tanto na manutenção dos desígnios do MERCOSUL, como em agendas específicas dos Estados (PEÑA; GONÇALVES, 2015).

Por sua vez, a inversão no ciclo político e econômico em toda a região e, em especial, no Brasil e na Argentina, a partir da ascensão de grupos com aporte neoliberal ao governo, nos traz a obrigação acadêmica de pensar, refletir criticamente e problematizar este cenário (DELGADO; GRADIN, 2017).

Assim sendo, esta interessante vista se expõe como uma forma de se criarem vias paralelas à condução política e econômica desses Estados que, deveriam buscar “caminhos livres” para se estabelecerem como atores importantes nas relações internas e, sobretudo, internacionais. Contudo, o quadro contemporâneo tem se professado e se materializado de um modo completamente avesso a estas aspirações e pretensões que beiram a utopia frente à realidade que se impõe com frieza e violência, por meio da eleição de um governo neoliberal na Argentina (JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016) e, com o golpe institucional-midiático no Brasil, em que, também, assume o comando do Estado um governo liberal conservador (GENTILI, 2016).

No contexto deste escrito utilizamos o termo de liberal conservador, assim como também o de direita, ou mesmo conservador, para referir a uma política que busca, por meio de processos coercitivos ou consensuais, justificar e manter a desigualdade social,

baseada na exploração de classes. Frequentemente associa-se o conceito de liberal às ideias conservadoras nas sociedades latino-americanas, visto como o liberalismo na periferia vincula-se a uma inserção subordinada no mercado mundial, e a defesa desses ideais aparece ideologicamente como liberdade de mercado. Sucintamente, referimos direita como a política que naturaliza as desigualdades sociais, promovendo uma suposta meritocracia que se utiliza de métodos crescentemente coercivos para instaurar uma pacificação social, a fim de realizar impunemente a exploração de classes (SILVA *et, all.*, 2014).

Adicionalmente, buscando contextualizar os panoramas políticos, econômicos e sociais que acometem a Argentina e o Brasil contemporaneamente, depara-se com uma infinidade de referências teóricas e midiáticas que explicam estes acontecimentos históricos a partir de um prisma liberal, conservador e repressivo. Este discurso uníssono que explica e justifica os argumentos do fundamentalismo neoliberal, apontam que o elevado custo do trabalho, a alta carga tributária e a corrupção, exclusiva, do Estado, são os únicos responsáveis pelo grande descontentamento “social” que, por conseguinte, fundamentaram e facilitaram a eleição de um governo de direita na Argentina (JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016) e na condução de um golpe de Estado no Brasil, com a execução de um conjunto de processos institucionais conduzidos por agentes com intencionalidades manifestamente contrárias às diretrizes esperadas de uma presidente democraticamente reeleita (GENTILI, 2016).

Desta feita, tornasse pertinente indicar que, enquanto ordem e regime social simbólico e pragmático, o fascismo pode coexistir com a democracia, quando este último termo é desconstruído e desconectado de sua base epistemológica, justamente quando é apropriado pelos agentes das políticas liberais. Assim sendo, em vez de sacrificar e prostrar a democracia aos interesses e exigências do capitalismo global de maneira objetiva, substituindo-a por algum tipo de regime político mais opressor, este nobre conceito é trivializado e subjugado diuturnamente, nas esferas políticas, na mídia e, até mesmo, na academia, até o ponto em que este não se faz mais socialmente necessário ou compreensível em sua plenitude e, por fim, acaba sendo convertido exclusivamente aos desígnios do *mainstream*.

Assim sendo, contemporaneamente adentramos em um período histórico em que as sociedades podem ser consideradas híbridas, ou seja: politicamente democráticas

(forma) e socialmente fascistas (conteúdo), reféns das demandas e especificidades do mercado e seus operadores.

Por conseguinte, retomando a centralidade do debate, em ambos os países, estes cenários enviesados estabeleceram, com o apoio míope das classes médias; dos grupos políticos e econômicos hegemônicos locais e de obscuros interesses internacionais, o atroz sufocamento de governos e políticas públicas voltadas às demandas sociais latentes. No entanto, aceitar, naturalizar e aprovar esta prática que segrega, desumaniza e violenta os já oprimidos, tornando-os indignos de compaixão e respeito por sua humanidade, só interessa aos já favorecidos, que buscam preservar, a todo e qualquer custo, exclusivamente seu *status quo* (JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016).

Contudo, cabe destacar que a manutenção desta situação é objetivamente insustentável, uma vez que os próprios Indicadores de Clima Econômico (ICE)² no Mundo e na América Latina pioram a olhos vistos, mesmo diante de tanta aplicação e força nas tomadas de decisão dos Estados em prol do mercado capitalista e seus agentes econômicos. Por exemplo, em Julho de 2018 o ICE específico da América Latina aprofundou-se em um patamar ainda mais desfavorável, tendo recuado de -5,2 pontos para -21,1 pontos entre abril e julho do ano corrente. O Índice de Satisfação com a Situação Atual (ISA) se mantém em queda e o Índice de Expectativas (IE), que vinha positivo desde julho de 2016, caiu para 24,7 pontos, em abril, atingindo zero ponto em julho de 2018 (IFO; FGV, 2018).

No mundo, o ICE, embora ainda seja positivo caiu de 16,5 pontos para 2,9 pontos. Os indicadores que compõe o ICE recuaram, atingindo seu menor nível desde outubro de 2011. Cabe destacar que a piora nos indicadores englobou quase todas as regiões e países do mundo (IFO; FGV, 2018).

Com relação a Brasil e Argentina, especificamente, é pertinente indicar que ambos se encontram no grupo de países latino-americanos que estão escalonados como estando em condição de piora na avaliação do ICE. Argentina passou de resultado positivo para

² O Indicador de Clima Econômico (ICE) é o indicador-síntese, composto por dois quesitos de natureza qualitativa, o Indicador da Situação Atual (ISA) e o Indicador de Expectativas (IE), que tratam, respectivamente, da situação econômica geral do país no momento e nos próximos seis meses. A partir de janeiro de 2018, os indicadores da Situação Atual (ISA) e de Expectativas (IE) de cada país passaram a ser expressos como o saldo de respostas dos respectivos quesitos qualitativos, conforme a fórmula: $ISA = (([opção]_{+} - [opção]_{-}) * 100) / n$, opção+ = Opção Favorável; opção- = Opção Desfavorável; e n = número de experts que responderam esta opção de pergunta (IFO; FGV, 2018).

negativo, saindo de 10,7 pontos para -51,3 pontos. As dificuldades enfrentadas pelo governo para resolver a questão fiscal, controlar a inflação e o déficit externo frente a um cenário de viés recessivo explica em parte a avaliação (IFO; FGV, 2018).

No Brasil a avaliação do ICE piorou, o ICE passou de -11,4 pontos para -45,9 pontos. A proximidade de uma eleição presidencial ainda indefinida e a revisão para baixo nas projeções do crescimento do PIB influenciou a piora nas expectativas (IFO; FGV, 2018).

O ICE do mundo e das principais economias registram um momento de expectativas desfavoráveis. Do ponto de vista global, o receio do escalonamento de uma guerra comercial (entre os Estados Unidos e a China) está pairando na agenda. Na América Latina, o cenário internacional influencia. No entanto, são as condições econômicas domésticas e, em especial num ano de eleições presidenciais em vários países da região, que explicam os resultados de cada país (IFO; FGV, 2018).

Especificamente, **o Brasil** é sempre um grande desafio, uma vez que este é um país que traz consigo uma singularidade e uma complexidade sem iguais no que tange a construção e, por conseguinte, a narrativa sobre sua formação social, política e econômica e seus entrelaçamentos aos condicionantes de sua própria história e do contexto global. Assim sendo, buscamos qualificar e destacar a importância deste quadro enquanto referência atual, efetiva e fundamental ao enriquecimento dos diálogos acadêmicos daqueles pensadores que se preocupam em adotar uma postura epistemológica crítica com relação ao panorama observado e vivido no Brasil contemporâneo.

As circunscrições simbólicas e pragmáticas que a sociedade brasileira ostenta ao longo de sua história segue de maneira acrítica e compassiva, demonstrando como se fundamentam e se alastram a ideologia e os interesses dos mais ricos do Brasil, em detrimento da exploração do trabalho e da vida do restante da população, permitindo a edificação de uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta (SOUZA, 2015).

Dentre os países para os quais existem dados disponíveis, o Brasil é aquele que mais concentra renda no 1% mais rico de sua população. Segundo o PNUD; IPEA e FJP (2017), o Brasil é o 10º país mais desigual do planeta, em um *ranking* de mais de 140 países, a desigualdade é extrema.

Em relação específica à renda, o 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda renda nacional e, os 5% mais ricos ficam com o mesmo que os demais 94%. Essa enorme diferença e concentração são frutos de um topo que ganha

rendimentos muito altos, mas, sobretudo de uma enorme massa de brasileiros que ganham pouquíssimos rendimentos por meio de seus parcos salários mínimos, quando afortunadamente, os têm (GEORGES; MALA, 2017).

Neste cenário, 80% da população brasileira sobrevive com uma renda *per capita* domiciliar mensal inferior a dois salários mínimos brutos (R\$ 1.908,00). 10% da população vivem com rendimentos per capitas domiciliares brutos de, em média, R\$ 4.510,00 e, o 1% mais rico do País recebe *per capita* mais de R\$ 40.000,00 por mês (MORGAN, 2017).

Há de se destacar que mesmo pensando acerca da estratificação socioeconômica citada, o intervalo de valores e rendimentos declarados estabelece uma faixa demasiadamente larga e heterogênea para ser considerada monoliticamente como sendo uma classe social específica, ungida de atributos e objetivos em comum, mas, não o são, de modo algum. Uma vez que não apenas existem importantes diferenças dentro desses grupos e, nem todos os seus segmentos ou indivíduos possuem o mesmo papel e capacidade na conformação macroeconômica nacional (GEORGES; MALA, 2017).

Paralelamente, a título de exemplo, há também um grupo bastante peculiar e abastado que também traz consigo o estigma brasileiro da assimetria econômica. A OXFAM (2017) os denominou como sendo: “o topo do topo”, na qual os rendimentos médios (a maioria não tributada) são de cerca de R\$ 190.000,00 por mês. Entretanto, nesta ilustre e exclusiva confraria, existem sujeitos que alcançam rendimentos mensais declarados que superam os R\$ 400.000,00. Isso revela em que medida o topo da pirâmide é também muito desigual entre si (OXFAM, 2017).

Ainda, podemos salientar que, no Brasil, a desigualdade de riqueza (bens materiais como imóveis ou propriedades e, ativos financeiros como aplicações e ações) também apresenta um forte traço - ainda maior que a desigualdade de renda. Aquele 1% dos mais ricos concentram consigo 48% de toda riqueza nacional. Em contrapartida, 50% da população brasileira possuem menos de 3% da riqueza total do País (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015; SOUZA, 2016).

Os dados acima foram apresentados com a finalidade de se ilustrar a complexidade da composição socioeconômica do Brasil em termos gerais. Entretanto a cada vez que se analisam os demais dados relativos à composição e diferenças intrínsecas de outras amostras e grupos de sujeitos (homens x mulheres, brancos x negros, por região do País,

etc.), percebe-se que a desigualdade é presente e extremada em todos os sentidos. Isso versando-se especificamente acerca de valores pecuniários, situação em que a métrica utilizada é objetivamente verificável. Ao serem observados os dados referentes a outros tipos de desigualdade, tais como, a oferta e o acesso a serviços essenciais e a infraestrutura, carga de tributos, qualidade do ensino, manutenção de direitos essenciais, corrupção (por parte do Estado e da iniciativa privada), influência excessiva e não representação política; elitização da política e dos governos, as diferenças são cada vez mais abissais, estratosféricas e chocantes. O Brasil é um país de fortes contrastes culturais e, sobretudo: socioeconômicos (OXFAM, 2017).

A implicação deste cenário a classe trabalhadora é que os sujeitos sociais que as compõem estão expostos a toda sorte de exploração em sua existência, inclusive, com o aval e o direcionamento do Estado, uma vez que este tem sido coordenado em função dos interesses exclusivos daquele 1% mais rico do País. Portanto, neste cenário em que as contrarreformas estão em pauta e em fase de implementação, há um retrocesso muito grande no mundo do trabalho. Esta situação afeta de modo direto os trabalhadores, mas, em longo período, a própria sustentabilidade econômica do País. Neste processo histórico de concentração de renda e reinvenção do capitalismo, a perspectiva de perversidade sobre os trabalhadores permanecem em voga (KREIN, 2019).

Adicionalmente, podemos indicar que esta histórica fragmentação social e econômica do País, vem sendo ampliada de modo negativo pelos últimos governos de viés conservador e neoliberal, uma vez que ao contrário de pensar uma sociedade com inclusão e equilíbrio social, a destroçam cada vez mais, utilizando-se dos piores expedientes que o capitalismo lhes serve. Assim, o crescimento da desigualdade e da exclusão social é uma verdade inconveniente. Ainda, essa tendência ocorre em um momento em que há uma nova etapa de inovações tecnológicas, que economizam trabalho e, estas tecnologias estão sendo utilizadas para fundamentar e justificar novas rodadas de contrarreformas, ampliando ainda mais o exercito de reserva, responsabilizando as pessoas pela sua situação no mercado de trabalho e na sociedade, por não terem empregabilidade, empreendedorismo e não serem previdentes para assegurar seu próprio futuro. Neste sentido, pode-se afirmar que o capitalismo é, na sua livre manifestação, destruidor de pessoas, subjugando-as como meras mercadorias (KREIN, 2019).

Este panorama ganha corpo e força a partir do aporte exclusivamente economicista do capitalismo contemporâneo estabelecendo uma abordagem que se desdobra de maneira inequívoca sobre o cotidiano da humanidade e, em especial, dos brasileiros. Indicando como a partir desta perspectiva todo comportamento individual e social passam a serem induzidos e traduzidos por meio de estímulos econômicos, tendo deste modo todas as qualidades humanas sido reduzidas ao potencial das quantidades de “coisas úteis” a serem consumidas (GALVES, 1991).

A naturalização das deformações, distorções e injustiças sociais que acometem o Brasil e como são secundarizadas nos discursos e nas práticas dos indivíduos, das instituições e dos governos, criando e recriando um cenário de antagonismo de classe, estabelecendo que todo mal, político, administrativo e econômico, é derivado da corrupção instalada, exclusivamente, no Estado, ignorando e negando pretensiosamente as responsabilidades da classe burguesa e da iniciativa privada para formatação, reforço e ampliação deste drástico panorama em que vivemos (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014).

Assim sendo, no cotidiano da população se estabelece uma forte influência e presença dos ideais capitalistas que fundamentam hierarquias valorativas e segregativas, a partir de mecanismos ocultos e opacos, que buscam ativamente estabelecer uma violência simbólica e efetiva no contato entre os estratos sociais, conformando uma condição socioeconômica e cultural estamental internamente ao País (MIGUEL, 2016).

Diante da ofuscação que impede os debates brasileiros acerca das severidades que acometem as classes sociais e a esfera política nacional, é relevante destacar que a união entre economicismo e culturalismo conservador turva ainda mais esta análise e a plena compreensão sobre como se dá a estruturação social do Brasil. Sobre esta perspectiva, decreta-se que a luta de classes não existe. Em contrapartida, as classes sociais existem e a opressão de uma pelas outras também, com o objetivo sublime de se estabelecer “duramente” a ordem e a paz social para “todos”. Deste modo, os governos de direita, submissos aos interesses externos, fundam-se nos cárceres o Estado de Direito, neutralizando greves e sindicatos, para proteger a liberdade do capital. Desta feita, as classes dominantes lucram cifras astronômicas enquanto dominam e exploram, ao mesmo tempo em que anunciam enfaticamente o inferno a todos, travestindo-o de paraíso.

Em hipótese alguma, o problema de fundo é abordado de maneira clara e objetiva: o abismo socioeconômico dentre os estratos sociais do Brasil, com suas causas, suas consequências e, principalmente, sobre as formas de transformação radical deste horizonte.

Portanto, um segmento social muito privilegiado garante de sobremaneira uma boa imagem, reforçando seus direitos a obter prestígio, reconhecimento e melhores salários e lucros e, além disso, consegue culpar as próprias vítimas deste processo social que torna invisível a injustiça, a exploração, a miséria e o sofrimento diário, como se fosse possível escolher esta condição de pobreza e humilhação.

Entretanto, com o resultado inegável das eleições presidenciais de 2014, vencidas de maneira legítima e democrática pelo partido da situação (Partido dos Trabalhadores), este fora o estopim da indignação das classes políticas conservadoras que lograram, inclusive, persuadir e contaminar parte importante das classes trabalhadoras ascendentes com seu discurso draconiano, incensadas pela mídia, que a cada dia apresentava um novo escândalo, envolvendo, exclusivamente e seletivamente, agentes do governo e de seu partido (GENTILI, 2016).

A modelagem do processo que chega ao paroxismo com o processo de *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente ao seu segundo mandato foi iniciada logo após a eleição. Diversos mecanismos institucionais, a partir do legislativo e do judiciário, foram convergindo embalados pelos meios de comunicação perenemente oligarquizados e em prol de seus autointeresses.

Mas, dialeticamente, cabe apresentar um argumento importante neste contexto. Ao longo do tempo histórico (2010, 2011 e 2012) em que movimentos sociais disruptivos surgiam ao redor de todo o mundo e, inclusive, na América Latina, o Brasil se mantinha em um ambiente plácido de calma social, dando a entender que era um “oasis” de tranquilidade e progresso. Sindicatos e organizações partidaristas, vinculados ao governo contiveram os protestos urbanos e, desta forma afastaram-se das demandas sociais legítimas e críticas (GONZÁLEZ; BRINGEL, 2015). Quando em 2013, se iniciaram os protestos no Brasil, estes mesmos atores já não tinham vínculos fortes com suas bases e, paradoxalmente, não conseguiram fazer frente à mobilização avassaladora dos setores liberais conservadores que tomaram o poder.

Nesta situação o Partido dos Trabalhadores foi afetado diretamente em pelo menos dois sentidos. Como governo, sua capacidade de articulação política e manutenção da governabilidade e, como partido político, em seu papel histórico de mediador do campo popular democrático brasileiro. Estes condicionantes, em conjunto com a desconexão com relação aos atores sociais que tradicionalmente apoiavam o partido e o governo minaram suas defesas, abrindo espaço para reconquista de poder dos liberais conservadores golpistas (BRINGEL; FALERO, 2014).

Por conseguinte, a sanha e astúcia desses velhos grupos políticos hegemônicos fazem o Brasil e os brasileiros recuperarem a memória da sua dependência externa e do comando subserviente dos seus governos na seletividade e parcialidade com que foram publicamente julgados, não diretamente as suas políticas senão o desprestígio e a vontade irrefreável de jogar os expoentes do progressismo na vala comum da corrupção. Obviamente que a intenção de falência e desautorização social estende-se, arbitrariamente, a toda “esquerda” brasileira (GENTILI, 2016).

A solução deste panorama, segundo os operadores e intelectuais do *apartheid* conservador e da psicose neoliberal, é o enlace ainda mais lascivo e pornográfico aos desígnios do capital e do mercado, com efusivos elogios às práticas da gestão enxuta, do Estado mínimo, do *superávit* primário, da “racionalização” dos gastos públicos, etc. Este panorama aliado à ausência crônica de debates essenciais sobre a realidade brasileira nos espaços públicos, na esfera política ou na mídia, torna um País tão rico e diverso como é o Brasil, com sua grande população e potencial produtivo, social, cultural e intelectual, em uma multidão de sujeitos manipulados e incapazes de perceber os perigos que os assolam diuturnamente. Essa é uma cegueira imposta que condena milhares de pessoas a uma vida indigna, que sentencia toda a sociedade a uma condição amesquinhada e a uma vida apequenada em todas as suas dimensões (SOUZA, 2015).

Acerca do contexto descrito acima, Harvey (2018) nos indica que, apesar de todo aparato teórico metodológico e midiático apontarmos que o sistema econômico capitalista é altamente racional, isso não é verdade. Dado que, na verdade, produz incríveis irracionalidades. Visto como, por exemplo, ao cabo de dois anos do exercício de um governo golpista e ilegítimo, o mantra neoliberal e as ações efetivas de desmonte do Estado e sua infraestrutura de apoio ao cidadão, em função exclusiva dos interesses capitalistas, trouxeram um panorama econômico pífio e, sobretudo, trouxe a reboque um

quadro de total instabilidade no mercado, na política e, sobretudo no campo social. Fenômenos que possuem largo potencial para se manter inalterado, em um futuro presumível, frente as evidências contemporâneas (GUELLATI; MONTEIRO; OLIVEIRA JUNIOR, 2017).

Esta situação se reflete de modo objetivamente verificável nos indicadores de desempenho do País em que, segundo o IBGE (2018a), 13 milhões de pessoas estão desempregadas (em junho de 2018) e o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada já é o menor registrado em série histórica. Paralelamente, há ainda um quadro extraordinariamente grave que é àquele vinculado a condição de desalentado, ou seja, àquele sujeito que nem trabalha e, tão pouco busca emprego, que (em junho de 2018), registrou o número de 26,4 milhões de pessoas, a maior taxa desde 2012 no País, segundo o IBGE (2018b). Esta situação avassaladora empurra cidadãos e trabalhadores rumo à informalidade e a precariedade em seu exercício laboral (PELATIERI et. al., 2018; CAMPOS, 2018), com o aval do Estado. Uma vez que após a forçosa implantação das reformas trabalhista (CAMPOS, 2017), por exemplo, a situação ao invés de melhorar, piorou drasticamente (IPEA, 2018).

Os Índices de Vulnerabilidade Social (IVS)³ atuais se alavancaram, verificando-se a perda da tendência de redução deste índice. Passou a haver um aumento de 2% no computo geral, saindo de 0,243 (2014) para 0,248 (em 2015). Este pequeno aumento de 0,005 pode significar um ponto de inflexão na curva da redução da vulnerabilidade social do Brasil. Nesse cenário cabe destacar que a complexidade dos dados referidos no IVS extrapola as usuais percepções da vulnerabilidade associada à insuficiência de renda, de ativos, de bem-estar ou de qualidade de vida. Contudo, cabe salientar que o aspecto

³ O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários. O IVS é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social do ADH, os quais, apresentados por meio de cartogramas e estruturados em diferentes dimensões, servem de suporte para a identificação de porções do território onde há a sobreposição daquelas situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território, de modo a orientar gestores públicos municipais, estaduais e federais para o desenho de políticas públicas mais sintonizadas com as carências e necessidades presentes nesses territórios. Complementar ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o IVS traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões, a saber, infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, permitindo um mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade social para os 5.565 municípios brasileiros (conforme malha municipal do Censo demográfico 2010) e para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) das principais regiões metropolitanas (RMs) do país (IPEA, 2015).

investigado prossegue a partir de considerações multidimensionais decorrentes de processos mais amplos que informam e dão contornos às desigualdades sociais no Brasil. Os dados indicados e considerados permitem-nos promover uma análise reflexiva a respeito da capacidade (ou não) do Estado em promover um conjunto efetivo de instrumentos e políticas públicas capazes de aprovisionar aos cidadãos os mais diversos acessos que reduzam ou minimizem os efeitos das, historicamente, conhecidas falhas na oferta de bens e serviços a população como um todo (IPEA, 2018c).

Esse panorama se materializa de modo negativo, tornando cada vez mais expressivo o exercício da violência. Já em 2016 o número de homicídios no Brasil superou o patamar de 60 mil por ano (CERQUEIRA, et. al., 2018). Mais alarmante é que estas mortes atingem principalmente homens (92%), jovens (15-29 anos), negros (71%), moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Estes homicídios representam uma séria questão nacional que está sendo negligenciada, uma vez que para além da evidente violação aos direitos humanos, esta condição impede que parte dessa população alcance uma vida plena e, ainda, revela uma inesgotável fonte perdida de talentos para o desenvolvimento do próprio País (BRASIL, 2017).

Esta situação contemporânea (2018) também é reflexo dos desempenhos produtivo e comercial brasileiro que se cristalizaram de modo nulo (zero de variação com relação à produção física) ou ainda, em marcha de retração com relação ao ano anterior (2017). Esse comportamento sugere uma atividade empresarial de expressiva aversão ao risco e extrema cautela produtiva. Incitando uma demora ainda maior no processo de recuperação gradual da economia do País (BAHIA, 2018).

Retrato desta circunstância conjuntural é a constante revisão das projeções de indicadores macroeconômicos por parte do próprio governo federal, sempre em direção a condições estatísticas inferiores e inconvenientes. Foi de 2,5% para 1,6% a previsão de crescimento do PIB em 2018. Já a projeção para a inflação subiu de 3,4% para 4,2% (BRASIL, 2018).

Assim sendo, com relação à esfera econômica que paira sobre o Brasil, é preciso frisar efusivamente que para além do discurso liberal conservador do “novo governo”, não há absolutamente nada de prático e efetivo para o fomento da retomada do crescimento econômico do país. Pura retórica. Os agentes financeiros e produtivos, nacionais e internacionais, são exatamente os mesmos, que seguem aplicando os mesmos métodos de

exploração de sempre. Há ciclos de inflação, queda no consumo, desemprego e, os preços, que deveriam se reduzir ou se equilibrar diante da retração na demanda, escandalosamente prosseguem em escalada, deixando o pobre cada vez mais miserável e o rico, milionário (JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016).

Paralelamente, as crises políticas e a corrupção dos governantes nos diversos níveis são moeda corrente na história brasileira. Mas, nesta conjuntura a corrupção tem sido manipulada midiática e juridicamente para eliminar quem detinha apreço popular, isentando completamente os atores políticos liberais conservadores, detentores dos maiores históricos de corrupção. E, isso nos permite viver na maior cleptocracia da história republicana brasileira sem que exista qualquer pudor (AMORIM, 2015).

Ao mesmo tempo, o moralismo seletivo da classe média no Brasil tem implicado frequentemente em ver o mal sempre fora de si e nunca em suas ações cotidianas de exploração, opressão e alienação. Entretanto, cabe destacar que a inação do governo progressista e das forças da esquerda nas mobilizações de junho de 2013 facilitou a mudança da correlação social de forças. Apresentada por meio de brados retumbantes como sendo uma vontade geral, que se erigia como “apoio popular” aos interesses das elites conservadoras do País. Assim sendo, este seletivo grupo conduziu a nação rumo a uma caminhada acelerada em direção a uma autocracia mais coercitiva (SECCO, 2013; AMARAL, 2016).

Com relação à **Argentina** e ao seu panorama político e econômico atual, podemos descrevê-lo e examina-lo por meio de um largo referencial sobre o incremento das teorias e aplicações políticas e ideológicas da chamada “nova direita”. Esta que possui um eloquente discurso anti-ideologia e, que se apresenta ao público com um conjunto de ideias e narrativas que se segue em um renovado formato, mas, continuam repletas das mesmas antigas prerrogativas liberais conservadoras de outrora (ANSALDI; SOLER, 2015).

Sobre esta conjuntura, podemos compreendê-la como sendo uma reconfiguração das práticas dos grupos de direita que é, tão somente, uma maneira de acomodação e readequação destes ao contexto político-social criado pelos governos de centro-esquerda precedentes. Justamente esta esquerda que floresceu do fracasso dos aportes neoliberais e das crises de representação dos partidos políticos tradicionais e conservadores, mas que, todavia, não conseguiram superar o paradigma dominante da economia, da própria

política e da esfera relativa à globalização financeira e da sublimação dos interesses de grupos privados de atuação transnacionais sobre os anseios da população (ANSALDI, 2014; GIORDANO, 2014). Desta feita, esta situação determina que os interesses e as forças da iniciativa privada se sobreponham a esfera pública, debilitando a construção e reforço de identidades políticas legítimas e suas premências em relação ao Estado (KALTWASSER, 2014).

Contemporaneamente na Argentina, como no restante da América Latina, é evidente que o modelo de produção e acumulação de capital continua a ser fundamentado sobre o modelo primário exportador. Fato que favorece ainda mais os processos de fragmentação social, política e econômica do Estado. Pode ser descrita como sendo uma politização e naturalização das desigualdades. Nesta cena, podemos indicar que partidos e sindicatos foram sendo sumariamente desconfigurados, perdendo sua representatividade com relação às demandas e potencialidades de suas bases políticas-sociais efetivas e, o Estado, por sua vez, seguiu sendo minimizado e subordinado pelos desígnios do capital em função de seus interesses específicos.

Para ampliação e manutenção deste cenário, observamos que há, por parte dos grupos políticos de direita, a busca por uma imposição e padronização ideológica. Para tanto, apelam em seus discursos para o termo da “democracia”, como fonte para legitimação de sua própria ordem política “anti-democrática”. Desta forma, apropriando-se e distorcendo este conceito em prol de sua conveniência e benefício político-econômico imediatos.

Todavia, cabe frisar que, da direita à esquerda, ao longo do tempo pretérito e ainda agora, todos os políticos corruptos têm sido eleitos por meio de votos democráticos, quando não invadem a institucionalidade apeados por forças militares. Perante uma mudança significativa na correlação de forças em âmbito regional e nacionais observamos que os últimos golpes de Estado na América Latina, Haiti, Honduras, Paraguai e, por último, Brasil, têm sido amplamente estribados nos “marcos legais da democracia” (SOLER, 2015). E esta narrativa também incide de maneira direta na condição atual do cenário da Argentina.

Evidentemente, que esta apelação pelo discurso democrático, por parte dos atores políticos da Argentina, já têm sido demasiadamente empregadas ao longo do tempo. Para tanto, com o intuito de garantir suas vontades, lucros e privilégios próprios, estes grupos

de direita têm empregado o uso da violência de maneira deliberada, ostensiva ou simbólica. Sobre este contexto, assistimos a busca da direita por se firmar como legítimo representante das linhas de continuidade ideológica e pragmática da sociedade como um todo; para tanto, empenha-se com toda força em reproduzir, por meio da capilaridade da mídia e redes sociais da internet, suas ideias e, em igual medida, desqualificar os contra-argumentos e as correntes políticas e filosóficas antagônicas.

Paradoxalmente, estes políticos de aporte neoliberal possuem o apoio de grupos econômicos que floresceram e se consolidaram, precisamente à luz e a glória das políticas implantadas pelos governos progressistas pretéritos, em que o desenvolvimento de ações efetivas voltadas à valorização da mão de obra, dos preços dos produtos naturais e matérias-primas locais, do fomento do comércio e do consumo, mediante a aplicação de políticas públicas de redistribuição de renda (GIORDANO, 2014).

Neste cenário, a direita na Argentina vem buscando mobilizar a população e o eleitorado para que se esqueçam deste processo histórico, buscando, legitimar, de alguma forma, a desigualdade social incrustada no cerne da sociedade. Contudo, como os últimos governos de esquerda ainda são recentes e seus discursos e práticas de cunho igualitário ainda figuram no imaginário popular, a direita ainda tem encontrado alguma resistência civil e política. Por essa razão, ainda não tem se atrevido a liquidar certos tipos de direitos sociais que foram conquistados ao longo dos últimos tempos.

É pertinente compreender que estamos vivenciando o final de um ciclo político-econômico global em que há severos impactos em diversas esferas, atingindo desde os modelos de produção e acumulação de capital, aos modos de geração e distribuição de emprego e renda. Inclusive, com evidentes modificações em estruturas produtivas, aparentemente, já consolidadas. Nestes últimos anos os setores neoliberais têm ressurgido dos porões de uma sorrateira oposição e, inclusive, começam a governar a partir de uma sólida campanha ideológica os contextos sociais, políticos e econômicos nos territórios conseguidos pelos governos progressistas, que foram paulatinamente ruindo a sua representação, relacionado, entre outras questões, com as escassas possibilidades de governar na periferia do sistema mundial num cenário hierarquicamente financeirizado, diminuição da participação política das bases sociais que os conduziram ao poder por conta de uma preocupação em sustentar uma governabilidade que, em suma, tem fortalecido os setores aos quais dizia originalmente se opor. Esta também é uma

amarga realidade que acomete contemporaneamente a Argentina e, também o Brasil (GONZÁLEZ; D'URSO, 2018; IPEA, 2017; JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016).

Para quem busca rumos inovadores aos elementos políticos e econômicos nacionais a partir das perspectivas da direita, é preciso explicar e orientar que estes grupos não possuem qualquer tipo de programa diferenciado e viável para superar o “progresso” implantado pelos governos de centro-esquerda. O uso deste discurso retórico é desvinculado da razoabilidade e, é reflexo direto das práticas dos partidos de direita que dominavam a conjuntura dos anos de chumbo. Isso porque os agentes produtivos e econômicos e os atores políticos e sociais que dominam este quadro ainda são, exatamente, os mesmos (ANSALDI; SOLER, 2015).

Além disso, a composição dos grupos e partidos de direita continua a agregar em seus quadros elementos advindos do mundo empresarial e dos tradicionais grupos econômicos do país. Mesmo com a incorporação de novos intérpretes, as premissas relativas ao conservadorismo político, à liberdade econômica e a ingovernabilidade social, seguem se articulando a um discurso desenvolvimentista extremamente impreciso e persistentemente irrealizável.

Assim, uma das práticas políticas desta direita na Argentina, é uma característica peculiar em seus projetos, a ideia do “consensualismo”, que é a noção e a imposição de uma perspectiva de sociedade que segue totalmente desvencilhada de tensões entre os estratos e os atores sociais. Com isso, busca-se empreender uma ordem social, política e econômica bastante específica que lhes garantam a supremacia no poder ao longo do tempo futuro, encerrando qualquer possibilidade de diálogo ou disputa de forças. Para tanto, se utilizam de expedientes excêntricos em seus discursos, indicando ao público e ao eleitorado que são desprovidos de ideologias, que procuram diluir os conflitos sociais de caráter classista, mas que, em última instância continua a polarizar a sociedade, inclusive, criando uma condição favorável para exploração de agentes externos (ANSALDI, 2014).

Portanto, a direita da Argentina tem buscado instalar em seu país a fantasia de que a gestão de assuntos sociais pode ser desenvolvida a partir de aportes unicamente técnicos, em que os problemas deverão ser “resolvidos” e compreendidos como sendo necessidades pontuais. Para tanto, celebram e plantam a proposta e o engodo de uma vida plácida, sem violência ou conflitos sociais. Enunciando que não possuem mais definições

ideológicas incisivas e grotescas como aqueles tradicionais partidos de extrema-direita do passado (GONZÁLEZ; D'URSO, 2018).

De tal modo, proferem que não fazem parte da direita, nem da esquerda, tampouco de centro; bradam efusivamente que não se deve observar o passado, somente procurar o futuro, deixando de lado as ideologias. No entanto, este caricato palavrório acerca da não-ideologia é, precisamente, uma forma encoberta de ideologia, em que se busca representar um personagem idealizado que, todavia, fica muito aquém da realidade objetivamente verificável.

Nesse ínterim e, de posse de dados e de importantes indicadores de desempenho, podemos destacar que a Argentina piorou em sua avaliação do Indicador de Clima Econômico (ICE), passando de um resultado positivo (10,7 pontos) para um negativo (-51,3 pontos). As dificuldades enfrentadas pelo governo para resolver a questão fiscal, controlar a inflação e o déficit externo em um contexto com viés recessivo explicam em grande parte a situação (IFO; FGV, 2018).

A inflação da Argentina que já era alta (24,8% a.a. no fim de 2017) está ainda maior atualmente (47,6% para o acumulado do ano de 2018) (BCRA, 2018). Como já citado previamente, no Brasil a taxa de inflação atual é de 4,2%, por exemplo. Nesse sentido, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) na Argentina registrou uma variação de 3,1%, somente entre novembro e dezembro de 2018, note-se, em desfavor do consumidor, que passou a pagar ainda mais caro para consumir. Com destaque de 3,7% de aumento nos bens e 2,1% nos serviços (INDEC, 2018c) Este quadro, inclusive, destoa significativamente do panorama geral latino-americano em que os processos inflacionários se detiveram e, paulatinamente, amainaram de intensidade (BDE, 2018).

Frente a esta condição o Banco Central da Argentina (BCRA) implantou por meio de sua política monetária a elevação da taxa de juros de referência ao mercado interno a fim de, buscar, equilibrar seus indicadores macroeconômicos nacionais e, desta feita fixou unilateralmente o indicador referente à taxa de juros em um patamar de 45% ao ano (BCRA, 2018). Só a título comparativo, no Brasil, este mesmo indicador é estabelecido em 6,5% ao ano (BCB, 2018).

Ainda, o governo da Argentina passou a levar adiante, a revelia da população, reformas fiscais em que aprovaram, até mesmo, a atualização dos padrões das pensões e aposentadorias, com o discurso de aumentar a sustentabilidade do sistema securitário

público. Ademais, o governo central firmou trato com as províncias (estados) a fim de se limitarem os gastos públicos nos próximos anos (BDE, 2018).

Ainda no campo das finanças públicas, podemos destacar que o governo da Argentina recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para mobilizar um empréstimo de US\$ 50 bilhões de dólares americanos. Esta ação dá mais fôlego ao mercado financeiro e de capitais. Entretanto, mantém quase que inalterado o panorama da economia de base material no País (MOLINA, 2018).

No campo das trocas econômicas internacionais, a Argentina permanece deficitária ao longo do tempo pretérito e presente. Estacionando, em uma incomoda condição que emperra seu dinamismo e potencial de crescimento econômico e social (BDE, 2018).

Constatação deste quadro é que com relação ao mercado de trabalho, é possível indicar que as atuais taxas apontam para os indicadores de 46,7% de atividade econômica; de 42,4% de emprego, enquanto a taxa de desocupação é de 9,1%. Todavia, agregado a este último valor ainda há mais um grupo em estado de ociosidade ou subocupados, que ainda buscam colocações no mercado, estes computam mais 15,3% ao cenário do desemprego, totalizando: 24,4% da população economicamente ativa da Argentina. Deste total, 39,3% busca emprego há pelo menos um ano, sem encontrá-lo. Resultados que representam um significativo aumento na taxa de desemprego com relação ao trimestre anterior do ano corrente. Enquanto que as taxas de atividade econômica e emprego se mantiveram inalteradas (INDEC, 2018a; INDEC, 2018b). Adicionalmente, se verificarmos somente a estratificação deste indicador por meio da segregação geográfica, a região metropolitana de Buenos Aires alcança patamares superiores, nos mesmos quesitos, o que é extremamente ruim, uma vez que esta é a região mais dinâmica da economia Argentina. Por exemplo, 47,7% de atividade econômica, enquanto há 42,7% de emprego, mas, 10,5% de desemprego, adicionados aqueles em estado de ociosidade ou subocupados, que ainda buscam colocações no mercado, estes computam mais 17,9% ao cenário do desemprego, totalizando: 28,4% da população economicamente ativa somente da região metropolitana de Buenos Aires (INDEC, 2018a; INDEC, 2018b).

Esta situação se mantém mesmo havendo indicações oficiais de que os setores econômicos do país ofertaram vagas de emprego e, em vários casos, não tiveram sua demanda efetivada por parte dos trabalhadores (INDEC, 2015). Compreendemos que esta

situação ocorre uma vez que ao longo do tempo a precarização das condições de trabalho e, sobretudo, os baixos salários oferecidos, desestimulam o trabalhador a buscar e a permanecer no posto de emprego, ampliando e aprofundando ainda mais as fases de crise econômica dos países (ILO, 2017), tal qual na Argentina contemporaneamente.

Paralelamente, há de se destacar que o total geral de pobres na Argentina (pobres indigentes somados a pobres não indigentes) subiu de 17,9% para 25,7%, no intervalo de apenas um ano (2016-2017) (INDEC, 2017).

No geral, frente a este somatório de indicadores econômicos ruins e com o quadro social e político interno bastante delicado, a Argentina prossegue sendo a exceção negativa do cenário latino-americano atual, frustrando as expectativas do mercado e, sobretudo, dos cidadãos argentinos (BDE, 2018).

Diante dos **panoramas contemporâneos do Brasil e da Argentina**, em síntese e, do ponto de vista acadêmico, podemos afirmar que a direita da Argentina está produzindo uma inversão qualitativa na construção e condução da democracia no país. No entanto, este exercício de poder significa uma troca na noção e no formato de representação política e social e, mesmo sobre a compreensão do que é democracia, sua episteme, aplicação prática e embates pela sua significação, note-se para pior.

Frente ao aprofundamento da dependência extrema a atores e agentes internacionais que os governos de direita estão a impor às sociedades da Argentina e do Brasil, podemos considerar que estamos adentrando em uma fase histórica de recolonização. Sob o mote da liberalização do mercado, incentivam-se acordos bilaterais ou multilaterais, todavia, secundarizando o MERCOSUL e outras iniciativas de integração regional latino-americanas pretéritas como a UNASUL, por exemplo, que, diferentemente do discurso, aniquila os laivos de autodeterminação e soberania produtiva e econômica de países periféricos como Brasil e Argentina. Marcando um grande retrocesso na política externa estratégica destes países em função da garantia subserviente dos interesses externos, por parte das classes hegemônicas políticas e econômicas, que são a mesma coisa, visto como se compõem pelos mesmos agentes e atores, uma vez que estão entrelaçados em função de seus interesses (FPA, 2018).

Simultaneamente, os potenciais socioambientais destas nações estão sendo explorados de acordo com demandas externas. Para tanto, retornaremos à preponderância do aspecto primário na produção e exportação, mesmo cientes de que os

preços das *commodities* seguirão sendo determinados pelos compradores, reforçando a perpétua condição de submissão política e econômica aos países centrais (JOHNSON, 2013).

Assim sendo, podemos considerar que o sufocamento das economias de Argentina e Brasil, com o apoio de seus governos de direita e seus grupos políticos centrais, prosseguirá a partir dos interesses dos atores financeiros internacionais, que se beneficiam diretamente de uma estrutura econômica sustentada a partir da opressão dos povos, por meio da manipulação das forças do mercado capitalista.

Tanto na Argentina quanto no Brasil, a construção de uma hegemonia denominada como popular no seio da democracia formal busca distrair o aspecto coercitivo da dominação de classe no capitalismo. Visto que, esta forma de democracia e os regimes autoritários, de direita, são as faces da dominação autocrática (FERNANDES, 1981).

Com essas afirmações, buscamos indicar, que os governos de aporte neoliberal e, seus grupos de interesse associados, tanto da Argentina, quanto do Brasil, transformam seus Estados em amplos aparatos burocráticos que lhes garantam a perpetuidade de seus benefícios, em que a ordem e o progresso de poucos se constrói a partir da exploração de muitos. Com relação aos mecanismos democráticos participativos ou deliberativos, é possível asseverar que, até o presente, nestas sociedades, não há qualquer avanço legítimo que se mantenha ao longo do tempo, uma vez que, quando as regras institucionais não os beneficiam, a repressão estatal acaba por assumir o papel direto e imediato para satisfazê-los adequadamente, inclusive, a partir de uma fantasia pseudodemocrática em seu formato (JOHNSON, 2013).

É necessário expor que estas fraturas na composição da democracia levam as sociedades para péssimas condições sociais em que desigualdade, pobreza, exclusão e violência passam a figurar naturalmente no cenário interno dos países, corroendo ainda mais as sociedades e suas instituições, estabelecendo ciclos viciosos de opressão e exploração (SOLER, 2015). Desta feita, a população segue como massa de manobra ou, espectadora dos ardilosos jogos de poder dos grupos políticos e econômicos hegemônicos que buscam a riqueza unicamente para si. Portanto, comparando as realidades atuais de Argentina e Brasil, compreendemos que estas se assemelham, uma vez que a condição de exploração por agentes dominantes da política e do capitalismo global seduzem, sempre, as classes dominantes desses países, relegando o povo à tribulação permanente.

Apesar de termos a emergência dos governos progressistas ainda em perspectiva histórica recente e, da construção de um posicionamento geopolítico mais autônomo para a América Latina. Toda região ainda segue como sendo a provedora de matérias-primas à economia mundial. Portanto, de fato, não houve um reposicionamento estratégico ao longo do processo de transição global. Uma vez que passado o período de ingerência do Consenso de Washington, seguimos pacificamente rumo à adesão explícita do Consenso das Commodities (SVAMPA, 2013), definido pela precificação internacional das matérias-primas e dos bens de consumo. E neste momento histórico atual, com o retorno progressivo dos Estados Unidos a tutela da América Latina, a situação tende a se agravar cada vez mais (TORRIJOS, 2008).

Por conseguinte, este cenário possui efeitos e implicações diretas na nas características da composição da força de trabalho e, portanto, na configuração dos atores e agentes partícipes das lutas sociais, dos movimentos sociais relacionados ao território e, nos conflitos que se geram a partir das formas cada vez mais complexas que se expressam na sociedade (BRINGEL; FALERO, 2016).

Nesse sentido, é pertinente citar que a América Latina como um todo e, Brasil e Argentina especificamente, vivem um momento histórico delicado. Uma vez que os governos de aporte progressista que tinham alguma conexão, mesmo que simbólica, com os interesses e desígnios de sua sociedade e, que foram eleitos com o auxílio de movimentos sociais, não foram capazes de consumir suas tarefas mais disruptivas e, ainda, que em muitos casos, as reprimiram. Outros governos foram substituídos democraticamente nos pleitos eleitorais ou, mesmo, foram destituídos formalmente do poder por meio da desestabilização ou de golpes jurídicos-midiáticos performáticos. Fato é que, neste novo arranjo de forças e do cenário político liberal conservador, as políticas sociais que estavam sendo debatidas com os Estados se encerraram. Mas, vem ganhando espaço, cada vez mais, as argumentações do campo econômico-financeiro, alinhados ao capitalismo global que, apenas reforçam a posição periférica da América Latina no sistema mundial (BRINGEL; FALERO, 2016).

Esta globalização ainda está longe de sua plena conclusão. Mesmo que grandes quantidades de capital foram absorvidos na busca de um ajuste espacial aos problemas de realização por meio da ampliação tanto do consumo final, quanto do consumo produtivo no mercado mundial. Embora pareça que este resultado final não seja mais do

que a reprodução das contradições internas do capital em escala cada vez maior. Este processo vem se desenrolando quase sempre associado a conflitos geoeconômico e geopolíticos desastrosos, em que a população mundial prossegue sua existência imersa em guerras intercapitalistas e em toda sorte de conflitos no interior das estruturas territorializadas do sistema estatal (HARVEY, 2018).

No entanto, mesmo diante de tantos argumentos ásperos, acerca de realidades latentes, ainda podemos pensar e buscar a construção de outro tipo mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual, entre outras, a unidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento. É nessas bases que o grande capital se apoia para edificar a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases podem servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de fundamentos sociais e políticos diferentes (SANTOS, 2001).

Tem havido uma grande mistura de povos, raças, culturas, gostos em todos os continentes. A isso acrescente, graças aos progressos da informação, a mistura de filosofias, em detrimento do conhecimento e verdade únicos. Outro ponto importante deste processo é a urbanização, que traz consigo um importante dinamismo aos pensamentos, cristalizando-os materialmente, podendo ser motores de inovação e de revolução, por meio de novos discursos, novas metanarrativas e, principalmente, novas práticas mais positivas e equilibradas. Assim sendo, mesmo frente a tantas adversidades, sempre é possível a existência de novas possibilidades e da escrita de uma nova história (SANTOS, 2001).

Diante deste contexto e deste espaço geográfico descrito, é importante destacar que tem havido a conformação de novos formatos de interação entre movimentos sociais, governos e Estados em toda América Latina. Há cenários de maior polarização e conflito entre sociedade civil e sociedade política que vêm edificando configurações cada vez mais complexas entre estes atores, que vão variando desde uma confluência virtuosa até as tensões paralisantes dos momentos atuais (BRINGEL; FALERO, 2014). Desta feita, para nos aprofundarmos mais no assunto, no próximo tópico deste trabalho, versaremos acerca dos movimentos sociais e suas redes.

The background image is a faded, high-key photograph showing two individuals from behind, engaged in sorting through a large, messy pile of waste or debris. The person on the left is wearing a light blue t-shirt and dark pants, while the person on the right is wearing a white t-shirt and a dark cap. They are using long-handled tools, possibly sticks or poles, to move or separate the waste. The scene appears to be outdoors, possibly in a waste management or recycling facility. The overall tone is somber and documentary.

Capítulo 3

MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES

Esta parte do trabalho possui importância especial na edificação das bases teóricas e dos argumentos científicos e críticos que buscamos estabelecer enquanto conjunto de elementos que possam se configurar como sendo as diretrizes investigativas fundamentais mais adequadas à compreensão dos temas relevantes ao desenvolvimento pleno desta pesquisa e, por conseguinte, acerca de seus resultados. Isto porque o foco de análise deste segmento de texto carece de um grande esforço intelectual para que se possa adotar uma abordagem oportuna e pertinente acerca dos fatos decorrentes, uma vez que o tema dos movimentos sociais, das redes e dos movimentos sociais em redes, são estudados e pensados por meio de métodos, técnicas e, sobretudo, percepções conceituais diferenciadas que, podem ou, não, serem complementares e adjacentes aos objetivos que buscamos nesta empreita. Assim sendo, especificamente, neste capítulo há dois assuntos sendo expostos, discutidos e articulados entre si: a) os movimentos sociais e b) as redes.

Os **movimentos sociais** podem ser compreendidos como sendo grandes promessas de emancipação social, política e econômica vinculados a modernidade. Estes surgem após a Revolução Industrial, sendo considerados como “movimentos sociais clássicos”, na medida em que conformavam em suas pautas as contradições advindas do regime de produção capitalista. Neste sentido, como o capitalismo expressa seu poder globalmente de modo desigual, assimétrico e heterogêneo, no espaço e no tempo, mas como elemento antagônico à própria lógica perversa que os fazem ter sentido de existência, em termos globais, o pós-segunda Guerra Mundial é o *turning point* para a edificação de um novo imaginário geopolítico que enquadra discursos, intervenções, ações coletivas e, mesmo, práticas contestatórias em boa parte dos países periféricos (BRINGEL, 2013).

Nesta dinâmica, ao longo do tempo histórico, o Estado foi se consolidando como ator central nas relações com os movimentos sociais modernos. Uma vez que o Estado consolidava em si, as prerrogativas necessárias para prover a subsistência às classes subalternas, como também passou a ser o espaço ideal a ser conquistado pelos movimentos sociais, na intenção de se buscarem novos modelos de desenvolvimento. Contudo, o advento das ditaduras instauradas nos países periféricos a partir dos anos 1960/70, marcaram uma ruptura neste processo, colocando o Estado como sendo um inimigo central e frontal de qualquer tipo de movimento social (BRINGEL, 2013).

Adiante, a despeito de periodizações rígidas, a partir da década de 1990 os novos movimentos sociais estabelecem uma compreensão espaço-temporal própria a partir de um amplo aprofundamento da transnacionalização econômica; das reconfigurações geopolíticas que se materializavam; nas relações de poder e de interdependência entre centro e periferia; a emergência de novas tecnologias de informação e comunicação e, ainda, as incertezas inerentes às múltiplas crises ecológicas, sociais, políticas e ideológicas expostas ao mundo no período que se estende do pós-queda do Muro de Berlin até os dias de hoje. Para estes novos movimentos sociais, práticas sociais inovadoras, reticulares e descentralizadas e horizontais, passam a dar o tom de suas atividades específicas (BRINGEL, 2013).

Mais especificamente, pode-se apontar que a atuação de alguns movimentos sociais específicos (rurais ou urbanos), vinculara-se de maneira tão expressiva e intensa com relação ao espaço e ao território, que a Geografia passou a compreender o tema como sendo um fenômeno pertinente e permanente de suas considerações acadêmicas. De tal modo, vem se desenvolvendo convenientes, necessárias e extraordinárias pesquisas e reflexões a respeito do tema em foco. Nesse sentido, vinculado a este assunto adotou-se a recomendação e a premissa de Oliveira (2007), que nos indica que o território é uma categoria importante para análise da Geografia sobre o tema dos movimentos sociais.

Mas, cabe destacar que as políticas neoliberais influenciam nas disputas e resignificações do conceito de território, especialmente para que possam se apropriar deste conceito como forma de dominação explícita, gerando reações e resistências. Nas cidades, nos campos, etc., os territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, gerando complexas conflitualidades. Desta feita, estas disputas buscam estabelecer arbitrariamente as relações sociais e de controle sobre os territórios pelas classes sociais e, estes territórios, compreendidos apenas como espaço de governança são utilizados como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção e a subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados (FERNANDES, 2006).

Pedon (2009; 2013) descreve e analisa a situação dos movimentos sociais a partir da perspectiva exclusiva da Geografia, tornando-se uma notável e imprescindível referência ao tópico. Como diferencial desta abordagem de pesquisa, pode-se observar que os movimentos sociais se dão por meio de uma materialização socioterritorial ou

socioespacial específica justamente conectada aos territórios. A propósito desta condição, pode-se observar e tomar os argumentos do próprio autor para apresentar e elencar algumas de suas considerações acerca do tema.

Um movimento socioterritorial possui como um de seus atributos elementares, a conquista do território. Sua forma de realização dá-se por meio de uma ação efetiva de ocupação. Esta, por sua vez, prossegue compreendida como sendo um processo sociopolítico extremamente complexo, em que se aglutinam elementos de luta popular e de resistência contra as lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade capitalista vigente e, por conseguinte, seus desdobramentos sobre o próprio espaço e território. A ocupação, propriamente dita, desenvolve-se intrinsecamente aos processos de espacialização e territorialização, enquanto são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sujeitos sociais desterritorializados (PEDON, 2009).

Paralelamente, ainda segundo Pedon (2009), a noção relativa a um movimento socioespacial também deve ser compreendida como sendo um processo, notadamente complexo de produção e criação de espaços, assim como, das relações que estabelecem seus limites. Estes constituem-se por meio de ações concretas e reprodução de relações sociais inovadoras, que combinam as múltiplas dimensões da vida social. Logo, a transformação do espaço é, concomitantemente modificação da realidade em caráter material e, em igual medida simbólica, abrangendo alterações nas ordens dos valores, práticas e culturas nos e dos lugares em que o fenômeno se manifesta. Por conseguinte, este espaço é dimensionado, investido e tomado como sendo um território, por meio da sinergia dos próprios elementos sociais transformadores.

Portanto, frente a esta argumentação do autor previamente citado, pode-se compreender que há uma prerrogativa explícita nestas afirmações, indicando que os movimentos sociais e suas ações se dão, exclusivamente, se estiverem associados de modo inequívoco a um determinado território.

Corroboram com o tema a partir desta mesma perspectiva teórica os argumentos de Fernandes (2001), uma vez que este reforça-nos a ideia de que os movimentos sociais edificam espaços políticos, se especializam e promovem espacialidades específicas. Toda esta construção e conquista de territórios incrementadas pelos movimentos sociais podem se sobrepor, desarticular, ou mesmo, destruir outro território pré-existente. Desta

feita, territorialização e desterritorialização se dão de maneira extremamente dinâmica, por meio de conteúdos simbólicos e pragmáticos.

Há de se considerar que esta condição e esta constatação teórica se fundamentam em análises empíricas em que o processo deve ser considerado como sendo um acúmulo de ações de luta, resistência, construções políticas e, em igual medida, violência. Portanto, não são situações propositivas que decorrem do consenso ou da articulação diplomática e dialógica dentre as partes e, sim de combates que se desenvolvem no limiar da razão e da razoabilidade humanas, a custo de muito sofrimento, suor e sangue. A conquista se dá como vitória de um grupo sobre outro, seja ele quem for.

Retomando as considerações de Fernandes (2001), podemos compreender que estes movimentos sociais territorializados estão devidamente organizados e atuam em diferentes lugares ao mesmo tempo. Isso só é possível devido a sua forma de organização política que supera os limites de sua atuação localizada. Portanto, esta territorialização deve seguir para além do seu lugar específico, sempre buscando a construção de uma nova realidade em que se estabeleçam conexões dinâmicas entre o local e o global.

Ainda examinando o binômio território e movimentos sociais, podemos inferir que a atuação do segundo transforma o primeiro, dando-o uma nova significância e implementando uma nova dinâmica, que é regida pelas ações do próprio movimento social, é um exercício de retroalimentação constante.

Portanto, um movimento social ao se manifestar, marchar ou ocupar um determinado espaço traz consigo novos elementos simbólicos e ideológicos, vislumbrando sua materialização efetiva ao longo do tempo e do espaço, por meio de atividades de resistência, conquista, luta, conflitos diretos e multidimensionais, em que se tem em comum os interesses que norteiam o grupo em prol de um objetivo e de ideias compartilhadas. Por sua vez, nessa nova territorialidade, em constante disputa, que é o próprio território que passa a ser apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir da receptividade ou, reatividade, acerca da nova territorialidade em construção (MORAIS, 2011).

Fabrini (2017) indica-nos que existe um sentido doutrinário superior vinculado a moralidade, integridade, ética, etc., que está diretamente associado às lutas dos movimentos sociais e, esta dimensão elevada é percebida e utilizada por estes como sendo portadora de uma virtude inexorável e aglutinadora de forças positivas e propositivas,

uma vez que se constitui como sendo a própria possibilidade de se trilhar um caminho para se alcançar a autonomia, a liberdade, a independência e, de sobremaneira, a soberania plena dos grupos e indivíduos ligados aos movimentos sociais e, ainda, à sociedade de maneira geral.

Fabrini (2017) ainda nos indica que a conquista do território por parte dos movimentos sociais passa a significar a liberdade, a autonomia, a emancipação e o lugar social dos indivíduos que os conformam.

Ainda seguindo Fabrini (2007), a organização plena dos movimentos sociais lhes permite importantes conquistas, tornando-os paradigmáticos na realização de suas lutas e resistências, tanto que podem ser compreendidos como sendo a forma mais eficiente de conquistas sociais.

Assim sendo, a dimensão territorial tem importante sentido ideológico e pragmático. Por analogia, podemos percebê-lo como sendo uma trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista vigente e seus atores. Assim sendo, o território prossegue para além de um simples local e, passa a se constituir como o palco, a condição e a própria possibilidade de existência desses atores e sujeitos sociais enquanto portadores de tais prerrogativas e condições de classe (FABRINI, 2007).

Além disso, nos trabalhos de Mitidiero Junior (2017; 2016) percebemos que o território e sua ocupação também devem ganhar destaque nas análises que visam compreender adequadamente a problemática estrutural do capitalismo e suas formas de crescimento econômico - desigual e contraditório. Este condicionante explicita a essência geográfica no que tange ao entendimento relativo à explosão dos conflitos territoriais, gerados pelo antagonismo das classes sociais e seus modos e interesses de apropriação e dominação do próprio espaço geográfico.

Mais uma vez destacamos que por conflitos e disputas, não nos restringimos àqueles vividos e relatados de modo figurativo ou percebidos no campo simbólico, mas sim, embates e enfrentamentos comparáveis às guerras, em que ocorrem assassinatos; tentativas de assassinatos; ameaças de morte; agredidos; presos; despejos ou expulsões; destruição e vandalismo e, mesmo massacres, em que homens, mulheres e crianças são mais do que oprimidos, são humilhados, torturados e mortos, de modo totalmente desproporcional e, sem o amparo do Estado, da mídia ou da sociedade, que sequer fica sabendo desta situação e, quando sabe permanecesse paralisada, quando, em última

instância, não culpam as vítimas de sua própria desventura, horror e destruição sumária (MITIDIERO JUNIOR, 2017). Denotando inclinações discriminatórias por parte do Estado, que dá fluidez eterna as concessões de privilégios aos já privilegiados e detentores de prestígio e poder político-econômico em detrimento infinito dos sujeitos e atores sociais já historicamente oprimidos e marginalizados e seus movimentos característicos.

Esta situação acaba por ocorrer uma vez que as ações de luta dos movimentos sociais ocupam e se materializam no território do “inimigo” de modo efetivo, rompendo cercas e reclamando ao Estado uma atenção legítima que lhes é negada em favor único dos interesses do capital, nacional e internacional (MITIDIERO JUNIOR, 2017).

Coaduna acerca desta mesma perspectiva Feliciano (2016), que nos afirma que a partir de uma análise de causa e efeito, estes conflitos têm vínculo direto com a luta e as ações praticadas pelos movimentos socioterritoriais mas, essa não é a regra única. Isso porque, contemporaneamente, têm se elevado a violência contra os grupos sociais marginalizados, campo e cidade, mesmo havendo diminuído drasticamente a incidência de ações de subversão, ocupação e conquista dos movimentos sociais.

Agravando este quadro, para além da inclinação conservadora dos atores políticos que dominam a cena atual (Argentina, Brasil no caso), ainda tem havido a criminalização dos movimentos sociais e suas ações características por parte dos Estados. Isso porque há uma constante de concentração e centralização de poder em uma única classe hegemônica, que prossegue sua existência parasitária em comunhão carnal com o grande capital, que busca incansavelmente sobrepor sua ideologia e práticas sobre tudo e todos, desumanizando e deslegitimando a qualquer preço as demandas de atores e sujeitos sociais que não interessam aos seus planos específicos. Assim sendo, esta violência concreta e a total ausência do Estado em prol de uma mediação minimamente equilibrada entre os atores envolvidos neste cenário, conduzem as sociedades ao sombrio caminho em que existe um grande risco de retomada plena da barbárie nas relações sociais que se dão, tanto no campo quanto nas cidades (FELICIANO, 2016).

Esta conjuntura pode ser examinada e compreendida como sendo a síntese efetiva das disputas sobre os territórios pelas diferentes classes de uma mesma sociedade, em uma circulação contínua e contraditória de apropriação e expropriação de formas de vida e reprodução (FELICIANO, 2013).

Sobre o contexto e os argumentos expostos anteriormente, Melo (2016) compreende que o próprio Estado atua como agente inviabilizador da diversidade territorial e dos sujeitos sociais, uma vez que suas ações de controle e gestão do espaço se dão de modo unilateral, somente em prol das classes dominantes e seus empreendimentos, enquanto que a população de modo geral passa a ter sua vida regida por um Estado burguês e, assim sendo, não há outra forma de se modificar esta situação se não por meio da insurreição, luta e articulação de movimentos sociais, que por sua vez, estão cada vez mais oprimidos e obstaculizados, configurando um cenário crítico no que diz respeito à liberdade de uso e ocupação do espaço e dos territórios e, em igual medida, da vida em sociedade.

Retomando e incrementando a argumentação acerca do território enquanto importante elemento de análise, Mizusaki (2017) nos apresenta a ideia e o prisma de que o território já deve pressupor a própria realidade espacial. Justamente enquanto uma totalidade multidimensional e, em movimento ininterrupto, em que as relações de poder concentram em si a característica maior da sociedade capitalista, como já destacado por Raffestin (1993).

Neste fenômeno, as correlações entre sociedade-espaço-tempo produzem e reproduzem contradições importantes a partir das diferentes formas de apropriação e domínio do próprio espaço, revelando desta forma, os interesses antagônicos dados fundamentalmente, mas, não somente, a partir de diferentes pontos de vista acerca das concepções e práticas relativas ao uso do território por determinado grupo. Esta situação revela tensionamentos, conflitos e transformações, que se expressam, em igual medida, por meio das dimensões espaciais.

A contrapartida desta situação é a conformação da cultura da resistência por parte de grupos específicos, normalmente àqueles explorados e marginalizados pela elite dominante, com a finalidade de subsistir enquanto grupo e indivíduos com demandas e características sociais, étnicas, culturais, políticas e econômicas próprias e minimamente autônomas. Desta forma ressignificam sua existência na sociedade de classes, inclusive por meio da organização de movimentos sociais, que trazem consigo os meios de luta, resistência e fé na conquista de uma condição menos desgraçada de vida.

Mizusaki (2017) nos adverte que este quadro se configura quando se pensam nas formas de apropriação do território, uma vez que se deve verificar que o mote principal

está sob sua forma de controle, uma vez que a apropriação capitalista sobre o território dá-se a partir da atribuição de utilidade mercantil ao espaço ocupado. Deste modo, os atores capitalistas imprimem sua lógica territorial específica em um determinado lugar, objetivando a acumulação e reprodução ininterrupta e ampliada do próprio capital, em função de seus interesses e, desta forma colocam natureza e sociedade em cargo de seus desígnios próprios.

Frente a esta dialética, Mizusaki (2017) ainda ratifica que as contraditórias relações espaço-temporais, considerando os movimentos sociais de resistência que buscam a conquista e a retomada de seus territórios possuem - justamente - na dimensão espacial, a intensificação do seu processo de territorialização, que atuam como sendo a antítese à lógica territorial capitalista implementada pelos grupos dominantes.

Nesse sentido, Fernandes et. all. (2017) adiciona mais argumentos indicando que para se considerar adequadamente a condição (material e imaterial) dos grupos oprimidos e suas formas de luta e resistência por meio de seus movimentos sociais característicos é importante estabelecer uma leitura rigorosa acerca das mudanças da conjuntura neoliberal que atingiram especificamente o campo e as cidades da Argentina, do Brasil e do mundo. Desta feita, se torna fundamental compreender como se deu e como se dão as disputas territoriais, por modelos e práticas de crescimento e desenvolvimento tão antagônicos, quanto àqueles estabelecidos dentre os atores deste certame ideológico e pragmático.

Cabe destacar que o fenômeno descrito compreende subordinações, resistências e respostas dos grupos oprimidos, por meio de seus movimentos sociais e organizações políticas em escalas que vão do local ao internacional. Essa situação pode ser percebida e descrita por meio dos discursos, reivindicações e ações coletivas (ocupações, marchas, atos públicos, jornadas de lutas, etc.) que, mesmo frente a um contexto totalmente adverso, ainda se mantém atuantes (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011).

Além disso, é pertinente destacar que as novas configurações de processos sociais, econômicos e políticos orquestrados em escala nacional e internacional ocorrem de forma dinâmica e em via de mão-dupla. Assim sendo, esta tem possibilitado a edificação de novos caminhos no que se refere aos propósitos e ações de organizações, movimentos sociais e demais segmentos da sociedade civil que vêm contestando a matriz político-ideológico, econômica, tecnológica e simbólica expressa pelo capitalismo hegemônico.

Dito isso, compreende-se que a luta tem ganhado novos significados ante o fenômeno da globalização e da ofensiva neoliberal do capital sobre a sociedade. Desta feita, movimentos sociais deparam-se com desafios supérrimos, ao passo que tal circunstância acaba por motivar formas de compreensão e atuação inovadoras por parte destes próprios atores (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011).

Por conseguinte, é preciso mencionar que nessa atual etapa de internacionalização do capital, ajustes estruturais do Estado, novos patamares de exclusão social no campo e na cidade, mudanças nos padrões de crescimento e desenvolvimento econômico mundial, dentre outros fatores sensíveis à população de modo geral, os movimentos sociais têm passado a reelaborar seus projetos, atualizar sua agenda política e reorientar seu campo de conflitos (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011).

Paralelamente, buscou-se em Silva (2012) uma abordagem e uma narrativa vinculada à perspectiva urbana, por meio do qual seus atores anexos se organizam, articulam e mobilizam, tornando-o fundamental à materialização das estratégias de lutas na busca pela construção utópica e idealizada de um território mais cidadão. Por isso, os grupos sociais, ao se organizarem institucionalmente e de forma perene ou, ainda, de modo efêmero, ocupam e se utilizam do espaço urbano, territorializando-o como sendo um ponto de referência à suas próprias demandas, potencialidades e atividades.

Este quadro, do ponto de vista teórico e sob uma perspectiva geográfica, pode ser entendido como um elemento relacional em que se dá e se percebe a escala do cotidiano sobre o território, enquanto meio pelo qual o indivíduo ou o grupo fortalecem sua identidade, reconhecem, forjam e, mesmo, amarguram sua posição social na cidade. Nesse sentido, Andrade (1995), nos indica que a formação de um território dá aos sujeitos sociais que nele habitam a consciência de sua participação e implicação deste sobre eles, provocando a territorialidade que, de modo subjetivo, cria uma consciência de união e unidade entre estes sujeitos sociais.

Martin (1997) traz em voga a descrição da contradição sobre a criação de novas territorialidades no seio da globalização. Uma vez que ao mesmo tempo em que este fenômeno buscou intensamente criar uma homogeneização forçada, inclusive sobre o espaço, fragmentando-o em função da seletividade e utilidade político-econômica do espaço, encerrou por fornecer, paradoxalmente, as condições para conformação, consolidação e atuação de movimentos sociais diversos que questionam esses padrões,

na medida em que se tornam criadores de espaços cada vez mais contrastantes (urbano x rural; rico x pobre; desenvolvido x atrasado, etc.). Isso porque é na escala do local, no território de vida das pessoas, que a força do poder hegemônico se institui e se materializa. Mas, é também nessa mesma escala que, às vezes, com o mesmo impulso, emerge a força contra-hegemonica, sob a forma de movimentos sociais (PEREIRA, 2008).

Com efeito, retomando os argumentos de Martin (1997), essas forças contra-hegêmonicas de resistência surgem em territórios não pertencentes à lógica capitalista de construção da cidade. Nestes, os movimentos sociais buscam reivindicar e tomar o seu lugar a partir de sua capacidade em se espacializar e territorializar sua luta dentro da cidade.

Além disso, os conflitos sociais que se dão vinculados ao espaço, se territorializam com o objetivo de ultrapassarem a dimensão abstrata do cotidiano, alcançando a dimensão espacial e concreta da vida. E, mais especificamente, quando os movimentos sociais alcançam uma dimensão socioespacial de sua luta, deixam de perceber o espaço como elemento externo à sociedade e, do mesmo modo que a dimensão dos conflitos e ações passam a agregarem-se ao próprio espaço, os tornando indissociáveis do ponto de vista teórico e prático.

Acerca desta conjuntura, Soja (2003) relata e confirma que o território e a organização política deste expressam relações sociais e de poder, mas, em contrapartida, coetaneamente trazem consigo elementos de reação contra esta condição. Soja (2003) ainda nos indica que os movimentos sociais são as formas de lutas em prol da emancipação de todos os marginalizados e oprimidos pela lógica impositiva do capitalismo, como os trabalhadores explorados, os povos tiranizados e as mulheres dominadas.

De modo paralelo aos argumentos já descritos preteritamente, Bringel (2007) ainda observa e ajuíza que as resistências, produzidas no bojo de vários movimentos sociais, suas redes, organizações sociais e sociedade civil, contribuem de modo importante para se desmistificarem várias hipóteses relacionadas aos apologistas da globalização neoliberal como único caminho para a ordem e o progresso das sociedades e, desta forma, estes movimentos se tornam responsáveis pelo desenho e proposição de novas sociabilidades e territorialidades. Ademais, introduzem e induzem formas originais

de se entender a esfera política e, por conseguinte, as relações sociais que se dão, de modo dinâmico, sobre o território.

Lefebvre (1991) já mencionava que somente a posse e a gestão coletiva dos espaços, por meio da intervenção dos próprios interessados, pode gerar uma transformação social efetiva e duradoura, a partir de um espaço político e ideológico conformado, modelado e vivido, concomitantemente, por elementos sociais, culturais e geográficos. Portanto, especificamente acerca dos movimentos sociais, pode-se reconhecer e se afirmar sua identidade por meio de suas múltiplas possibilidades de relações com estes espaços e, os sujeitos que nele vivem.

Bringel (2007), ainda destaca e acrescenta que somente a partir deste dinamismo podem-se compreender os movimentos sociais para além de suas formas de organização, podendo-se inclusive vislumbrar os processos que desenvolvem efetivamente, os espaços que constroem, os próprios territórios que dominam ou, pelos quais são aprisionados e dominados. Por conseguinte, os movimentos sociais que lutam por dimensões, recursos e estruturas do espaço geográfico não devem ser estudados sem que exista um enfoque de lugar nas análises, nem em suas práticas de resistências quotidianas, nem em suas experiências de interação com o Estado ou outros movimentos sociais.

Outro ponto importante a ser destacado neste quadro é a questão do trabalho e, nesse sentido Antunes (2018) nos indica que em pleno Século XXI, mais do que nunca, homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias ou, ainda, vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se amplia o contingente de trabalhadores em escala global, há uma redução acelerada nos empregos disponíveis e, aqueles que se mantém empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, em consequência da lógica destrutiva do capital.

A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho em que o empresariado global busca impor uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir, tão pouco, direitos assegurados. Quando há demanda, bata uma chamada e os trabalhadores e trabalhadoras devem estar on-line ou presentes para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam, uma vez que se expande a “uberização”, amplia-se a “pejozização”,

florescendo uma nova modalidade de trabalho que disfarça o assalariamento. Nesse sentido, incontáveis corporações praticam a informalidade ampliada, a flexibilização desmedida, a precarização acentuada e a destruição cronometrada dos potenciais socioambientais locais e globais. A exceção vai se tornando a regra geral, aqui e alhures (ANTUNES, 2018).

Destarte, com salários cada vez menores, jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas que decorrem da burla da legislação social protetora do trabalho, a precarização assume cada vez mais relevo no mundo do trabalho contemporâneo.

Nesse sentido, Antunes (2018) nos aponta que as lutas sociais possuem uma difícil e complexa responsabilidade em criar frente aos desafios impostos as sociedades e, mais especificamente, aos trabalhadores. Assim sendo, os movimentos sociais e políticos de esquerda, deve direcionar seus esforços contra o domínio do capital e de seu sistema, por meio de lutas extraparlamentares e extrainstitucionais. Par tanto, com a expansão do capital em escala planetária, as respostas dos movimentos sociais também devem assumir um sentido universalizante cada vez mais dinâmico e ampliado. Portanto, lutas de caráter nacional devem ser alçadas a escala internacional.

Para tanto, um dos meios para se efetivar tais ações é o desenvolvimento das redes de cooperação e a adesão dos movimentos sociais em redes.

Sobre estas **redes**, cabe-se destacar, que estas se organizam e se empreendem de maneira autônoma ou mediada, por meio físico ou, mais contemporaneamente, digital (via internet). Podem possuir atributos socioterritoriais ou, prosseguir seu exercício desvinculadas de tempo ou espaço, alcançando condições e atuações transnacionais e, até mesmo, metanacionais. Consequentemente, busca-se trazer em voga um contexto de aplicação, as especificidades, potencialidades e fragilidades, conceituais e práticas, relativas ao assunto, a fim de estabelecermos um importante referencial sobre a matéria, construído de modo atualizado e vinculado ao tempo presente.

Nesse sentido, é pertinente destacar que vêm se consolidando um processo de expansão e a ampliação da política, por um lado, a proliferação de intercâmbios políticos advindos de “baixo”, estabelecido por atores que exploram a arena política para além do marco institucional-partidarista, abrindo espaços, identidades e formas de ação coletiva que se desenvolvem a partir da sociedade civil, completamente à margem, mas, de modo complementar a esfera política tradicional. Por outro lado, há a irrupção da política “de

fora”, advinda do âmbito supranacional, transgredindo as fronteiras nacionais e rompendo com a própria territorialidade da política do Estado-nação (BRINGEL; FALERO, 2014).

Neste sentido, as redes e redes transnacionais ganham espaço de destaque neste cenário, uma vez que são portadoras inequívocas das prerrogativas para instrumentalizar estes condicionantes de ordem prática.

Por sua vez, a concepção e o uso da ideia de rede não são algo recente na história da humanidade. Antes de ocupar a posição e o alcance que adquiriu contemporaneamente, o termo foi portador de distintos sentidos e objeto de variadas apropriações em diferentes contextos históricos, incorporando ao longo do tempo e do contexto novas significações na medida em que o mundo vem se tornando mais complexo em decorrência da profundidade e extensão das evoluções e das revoluções sociais, políticas, econômicas, culturais e, sobretudo, técnicas e do desenvolvimento científico (COELHO NETO, 2013).

Frente a este contexto e no que diz respeito à conexão entre redes e movimentos sociais, há uma importante perspectiva teórica e conceitual de Scherer-Wareen (1999), esta que nos indica que deve haver uma compreensão da natureza e do sentido das lutas dos movimentos sociais vinculados à realidade das sociedades globalizadas, informatizadas e multiculturais da atualidade, apresentando a temática das redes como sendo relevante nesta situação.

As múltiplas reconfigurações globais contemporâneas, aglutinadas em transformações vinculadas às relações entre espaço e poder, na interação cada vez mais complexa entre os lugares, os atores e as escalas de ação, estabelecem por meio da conformação das redes de cooperação transnacional uma nova gramática geopolítica, em que os movimentos sociais contemporâneos disputam espaço nas agendas políticas e intelectuais, uma vez que estes tratam de uma articulação de forças sociais diversas que desafiam o imaginário e as práticas hegemônicas que, ao longo do tempo têm sido contestadas ou oprimidas (BRINGEL; VIEIRA, 2015).

Desta feita, Scherer-Warren (1999) ainda estabelece que a noção relativa à conformação de redes de movimentos sociais é apropriada por estes atores e seus grupos sociais de maneira propositiva, com a finalidade de se concretizarem seus objetivos e estratégias de ação coletiva, fundamentados sobre uma cultura em que os atributos

essenciais são os de solidariedade, cooperativismo, horizontalidade e democracia, com o intento maior de se formar uma organização e um tecido social geral mais equilibrado.

Por sua vez, o estudo e a interpretação dos movimentos sociais atuando sob uma perspectiva de redes, obteve seu alvorecer apenas nas últimas décadas do Século XX, ocasião em que este ponto de vista fora apropriado e passou a ser utilizado no discurso político dos próprios atores sociais. Nesse sentido Scherer-Warren (1993) já observou e anotou que houve, na teoria e na prática, uma transição importante nas formas de aplicação das políticas, ideológicas e interpretativas que permeavam os movimentos sociais e as organizações de base, em direção de atuações mais amplas, complexas e profundas, seja nos planos local, nacional e regional, como no mais alto nível transnacional e metanacional.

Refletindo acerca dos últimos argumentos, podemos considerar que os movimentos sociais que atuam em rede se permitem a reafirmação das formas de sociabilidades históricas, de criação de novas formas de sociabilidades trans-identitárias, que articulam dinamicamente os discursos e as estratégias de ação contra as opressões de classe, raça, gênero, dentre outras, com a finalidade de que se edifique, mesmo que utopicamente, um panorama emancipatório, na cultura e na política (SHERER-WARREN, 2013).

Adicionalmente, é possível acrescentar a esta perspectiva os argumentos de Farias (2010) que nos indica que a formação da territorialidade por meio da luta não é apenas um fator de reivindicação cidadã, é um espaço de reprodução de um ideal de vida e do desejo de transformação social, é a espacialização de uma utopia de vida e também da esperança de ser visto não mais a margem da sociedade mas, sim, dentre os cidadãos que conforma o Estado.

Corroborando com esta perspectiva Silva et. al., (2012), que descreve a ideia de que estas redes devem ser pensadas e consideradas como sendo as áreas de atuação pragmática dos movimentos sociais, formada por grupos (pequenos ou grandes) que compartilham uma identidade coletiva, uma cultura de movimentos, que comportam e aglutinam em si mensagens simbólicas que desafiam os padrões hegemônicos. Desta forma, propondo lutas, resistências e inovações culturais em prol do alcance de sua cidadania plena.

Barnes (1987), já nos indicava que as redes descreveriam e aglutinariam em si as formas e conteúdos inerentes às relações entre indivíduos, decorrente das conexões preexistentes no cotidiano (vizinhança, parentesco, amizade, trabalho, classe social, dentre outras), tipificando-as pela condição da intensidade entre os elos desta rede. Adicionalmente, estas redes existem uma vez que são e estão definidos a partir da existência de um campo ético-político comum com relação a um tema específico, notadamente atrelado às demandas de um grupo específico, movimentos social, ou, vários, no qual os atores coletivos com identidades diversas se articulam conformando redes de atuação conjunta, podendo ser de caráter local, transnacional e metanacional, mais recentemente. Estas redes se caracterizam como sendo os meios pelo qual se dão as articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores coletivos.

Cabe destacar que por organizações com atuações metanacionais, compreende-se que são aquelas que desenvolvem suas ações observando o mundo como se fosse uma teia global, integrada e dinâmica em que tecnologia, conhecimento, aptidões e culturas próprias de cada lugar, ainda que espalhados mundo afora, podem ser mobilizados e canalizados adequadamente, ajustando-se estes elementos como uma forma mais eficaz para se alcançar resultados superiores (SANTOS, 2006).

Ainda segundo Santos (2006), as instituições que possuem uma abordagem e característica metanacional são aquelas que têm a capacidade de prospectar e mobilizar agentes e conhecimento dispersos com a finalidade de criar inovações de alcance global, a partir de uma visão estratégica e ações pragmáticas e dinâmicas estabelecidas em função de uma perspectiva efetiva, cosmopolita e que transcende as noções de fronteiras e nações.

Outro ponto importante a elencar é que esta forma de atuação denota que as instituições e seus empreendimentos podem estar em qualquer lugar e, concomitantemente, em lugar algum, uma vez que não há conexão determinada com territórios específicos e, as relações e os objetivos podem se dar exclusivamente por meio virtual (Internet, por exemplo). Estas práticas se dão por meio do exercício e da utilização dos potenciais dos agentes e dos elementos dispersos e diferenciados, de natureza cada vez mais tácita e dependente do contexto, que são contatados e mobilizados por meio de novas estruturas e processos em torno de objetivos comuns, plataformas de comunicação

globais, bem com por meio de uma rede mundial, conectada e funcional em tempo real, eficiente e flexível, que favorece e amplia as parcerias e alianças objetivas.

Contudo, Harvey (2018) destaca que movimentos sociais tradicionais de “esquerda” nem sempre reconhecem a importância dessas alianças e os compromissos necessários para fazê-los funcionar.

Por conseguinte, outro atributo essencial vinculado a este processo é a dispersão geográfica mundial de capacidades, agentes e conhecimentos estratégicos. Uma vez que as aglomerações nacionais passaram a não garantir o acesso a recursos, informações e conhecimentos críticos para as organizações modernas. Por sua vez, uma importante estratégia ao incremento destas ações se configura por meio das redes que criam malhas interdependentes e inter-relacionadas em que cada participante atua de modo incremental, edificando informações, inovações e ações com repercussão e reverberação ao longo de toda rede, buscando alcançar e balizar um objetivo comum (SANTOS, 2006).

Entretanto, para que se exista uma coerência prática neste modo de pensar e agir, essa estrutura deve ser flexível ao longo do tempo, permitindo respostas rápidas e personalizadas face aos problemas e oportunidades surgidos ao longo deste tempo e espaço de atuação da organização. Desta forma, abrem-se os caminhos à captação de experiências acumuladas e incrementa-se a capacidade de adaptação às mudanças das necessidades da organização (ABRANTES; CASTRO, 2005).

Para tanto, atuar no campo transnacional pressupõe, em consequência, lidar constantemente com os processos de resignificação sobre seu próprio âmbito de atuação e, por conseguinte, lutar em um terreno em que se desenrolam disputas de cunho hegemônico. Desta feita, a edificação de redes de cooperação e articulações transnacionais, não deve deixar de ser compreendida como um processo socialmente construído que aglutina em si elementos contraditórios. Visto como pode expor concretamente conexões e lógicas de cooperação entre atores sociais advindos de países diferentes que possuem capacidades desiguais (BRINGEL; FALERO, 2008).

Neste sentido, compreendemos que esta é uma característica que pode ser associada ao pragmatismo dos novos movimentos sociais que se utilizam das redes (ou, redes de redes), para se comunicar, aprender, mobilizar recursos, resistir e lutar por seus ideais e objetivos concretos, de modo ágil, integrado e sinérgico.

Especificamente versando acerca dos movimentos sociais e das redes, pode-se indicar que estes buscam caracterizarem-se e perceberem-se a partir das formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo (SCHERER-WARREN, 1999). Portanto, para esta autora é preciso compreender os movimentos sociais inseridos no contexto atual em que surgem cada vez mais movimentos sociais integrados, atuando em caráter transnacional e metanacional.

Nesse sentido, a edificação destas redes transnacionais auxilia na criação de vínculos entre diferentes realidades sociais e, ainda, facilitam a mobilização de recursos materiais e simbólicos no cenário internacional. Adicionalmente, se estabelece um processo contínuo e dinâmico de difusão de informações e sensibilização cidadã, uma vez que ao incrementar o pluralismo informativo, os movimentos sociais contribuem para compreensão dos problemas globais e, em última instância, ao aprofundamento democrático (BRINGEL; ECHART, 2008).

Ainda segundo a autora Scherer-Warren (2007), estes movimentos sociais emergentes são a síntese articulatória de vários submovimentos sociais identitários que se conectam por meio de redes e são o resultado de todo um processo complexo de aproximação e diálogo entre os sujeitos sociais e suas demandas e, contestações relativas aos interesses e valores de cidadania vinculados a determinado segmento que conformam uma sociedade.

Como resultado efetivo deste processo, se conformam as redes e, estas pressupõe a identificação de que o movimento social se organize em torno de uma identidade, da definição de adversários ou opositores e, de um projeto ou utopia, edificando e dando fluidez a múltiplas articulações que são viabilizadas por meio das redes dos próprios movimentos sociais. No coletivo das redes, os agentes e os grupos sociais organizados percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade e corpo para que possam produzir algum impacto na esfera pública e obter suas conquistas. Ao prosseguirem deste modo, atribui-se legitimidade as esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos e, entre estes e os Estados e outros agentes relevantes (SCHERER-WARREN, 2006).

Scherer-Warren (2011), ainda lembra-nos que por serem multiformes, as redes possibilitam que sujeitos sociais diversificados se articulem na luta contra a opressão e a exclusão social em diferentes dimensões. Grupos historicamente subalternizados se utilizam das articulações em rede como forma de transitar de uma condição de absoluta marginalização e discriminação para uma situação em que passam a ter seus direitos legitimados. Isso ocorre por que as redes aproximam e criam espaços dinâmicos (mediados ou, não) de trocas materiais e simbólicas, de comunicação e debate entre as bases das ações coletivas, os agentes políticos e outras redes diversas. Deste modo, o que interessa é como se processa o equilíbrio entre as diferentes tendências, como se regulam as tensões, como interagem e superam as fragmentações dos próprios movimentos sociais e, ainda, em como se desenvolvem as práticas que levem o grupo em específico à equalização das diferenças em prol de um objetivo comum (SILVA et. al., 2012).

Os movimentos sociais que conformam as redes podem ser qualificados a partir das seguintes configurações:

- a. Associativismo local: como as associações civis, movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos em causas sociais ou culturais do cotidiano ou, voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não governamentais (ONGs), o terceiro setor. Essas forças associativistas são importantes expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada;
- b. Articulação inter-organizacional: são os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si, com a finalidade de empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. É por meio dessas formas de mediação que se dão a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado;
- c. Mobilização na esfera pública: são os frutos das articulações de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e das redes de redes que buscam transcender por meio de grandes manifestações em praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia (tradicional e redes sociais da internet) e efeitos simbólicos aos próprios manifestantes e para sociedade como um todo (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110-112).

Tendo em conta a complexidade de atuação dos movimentos sociais no âmbito internacional, cabe destacar, como traço distintivo das lutas dos movimentos sociais contemporâneos, as convergências de identidades e solidariedades, as novas formas de organização, a construção de subjetividades coletivas que transcendam o marco

referencial local ou nacional. Elas estão unidas a uma nova estrutura de oportunidade política, frente a crescente complexidade da questão territorial por meio, inclusive, da questão territorial que se manifesta por meio das múltiplas territorialidades implicadas nas próprias lutas sociais que imbricam, de diferentes maneiras, o local, o regional-nacional, o regional-internacional, o nacional e o global (BRINGEL; FALERO, 2008).

De frente aos elementos supracitados, podemos compreender que as formas virtual e presencial de comunicação se complementam e permitem as redes de movimentos sociais desenvolverem seus processos articulados de mobilização, buscando visibilidade e impacto midiático para além de seu espaço de atuação local e seu território específico (SILVA et. al., 2012).

Assim sendo, em um mundo globalizado as comunidades subalternas e seus movimentos sociais característicos atuam por meio de suas redes prosseguindo sua atuação para além do localismo. Desta forma, essas redes são constantemente atravessadas pelos valores e pelas relações com atores transnacionais e, em igual medida, as atravessam também, fazendo com que sua realidade vivida seja observada e experimentada, fundindo-se ao amálgama dos conhecimentos e do cenário global.

Desta forma, estão sujeitas a constantes processos de desterritorialização e re-territorialização, re-significando-se social e culturalmente em uma importante dinâmica que se retroalimenta das próprias relações que se dão intrinsecamente a este quadro, trazendo consigo novas oportunidades e desafios para edificação de plataformas mais inclusivas que não reduzam esses atores sociais a uma cidadania genérica e localista.

Para tanto, devem ser consideradas as redes como sendo um meio para que os movimentos sociais vinculados a estas comunidades subalternas estabeleçam um processo atualizado, com a inclusão de diferentes matizes identitárias e de valores autônomos frente ao contexto contemporâneo de formação pós-colonial (SCHERER-WARREN, 2011).

Pelas ações das redes, os atores constroem e aplicam suas plataformas políticas e de significados simbólicos para as lutas, observando-se, por um lado, os direitos a diferença, dentro de determinados limites ideológicos e éticos, e, por outro, a unidade possível na ação, não necessariamente homogênea, mas certamente, complementar e solidária. Para que estas redes se mantenham sustentáveis ao longo do tempo é imperativo que persista um ativismo em prol dos objetivos desta. Não necessariamente

um ativismo revolucionário, um mais ajustado à realidade atual, voltado aos valores intrínsecos à democracia, à solidariedade e à cooperação.

Estas redes de movimentos sociais também geram, a partir de suas relações horizontais, novas sociabilidades, por meio da instituição de outras formas de relações sociais, de vínculos comunitários e afetivos, solidários e de reconhecimento mútuo. Portanto, se desenvolvem iniciativas coletivas intensas criadas e recriadas continuamente nas próprias lutas e, na busca de novos sentidos para as práticas sociais comuns (BRINGES; FALERO, 2008).

Por conseguinte, este ativismo contemporâneo deve buscar protagonizar um conjunto de ações orientadas a defender e trazer em voga os argumentos e as demandas dos excluídos, discriminados, carentes e dominados. Esta nova configuração das militâncias prosseguem por este caminho em que o sujeito está diretamente vinculado às ações em prol de si e dos demais atores que compõem a rede, ou, as redes de redes.

Portanto, as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados dos níveis locais aos globais e de diferentes matizes organizacionais. Possibilita a construção e a manutenção de diálogos multidisciplinares e multidimensionais em que existe a diversidade de interesses e valores, que coadunam uma mesma esfera de ideias, dando força e compartilhando experiências que podem se tornar aplicáveis em novas realidades, maximizando o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos simbólicos e pragmáticos do exercício da cidadania, permitindo aos movimentos sociais estabelecidos em rede que perpassarem da defesa singular de um único sujeito identitário à defesa de um sujeito plural e multifacetado, trazendo em voga uma perspectiva de transversalidade no que diz respeito às formas de luta e resistência dos grupos oprimidos. Esta transversalidade na demanda por direitos e cidadania implica o alargamento da concepção de direitos humanos (de fato) e, por conseguinte, a ampliação da base das mobilizações e das próprias redes de movimentos sociais. Logo, são nesses espaços em que se edificam e se galvanizam o empoderamento político e simbólico das organizações que compõe as redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006).

As redes de movimentos sociais são condição importante para uma ação coletiva eficiente, uma vez que havendo laços fortes e articulados entre os atores sociais, há possibilidade para o desenvolvimento de mobilizações, mesmo em plano transnacional.

Assim sendo, há uma espécie de efeito de irradiação, em que os interlocutores ou aliados se aglutinam e se alinham para o provimento de ações práticas em campo (BRINGEL; FALERO, 2008). Por sua vez, prosseguem de modo híbrido, com a finalidade de que as culturas possam perder um pouco sua relação exclusiva com o território. Possivelmente esta impressão dá-se pela busca da vinculação às demandas globais, mas, ao mesmo tempo prosseguem ampliando qualitativamente e quantitativamente os ganhos com relação a sua capacidade de comunicação, captação e processamento de informações e conhecimentos úteis (CANCLINI, 2013).

Esses exercícios e articulações se tornam cada vez mais possíveis e viáveis, uma vez que há cada vez mais meios técnicos que os viabilizam, notadamente por meio da internet e suas redes sociais. Assim os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais dinâmicos (SCHERER-WARREN, 2006).

Neste sentido, Acioli (2007) considera que a apropriação das novas tecnologias de comunicação, como a internet e suas redes sociais adjacentes, por movimentos sociais em rede faz surgir uma nova forma de ativismo: o ciberativismo. A partir da atuação de indivíduos e grupos em rede pela internet, se torna possível ampliar e aprofundar reivindicações, difundir informações e discussões em busca de apoio para uma determinada causa, organizando e mobilizando elementos e sujeitos para ações *on-line* e *off-line* (de forma cada vez mais indissociável).

Desta forma, a internet tem se constituído com uma peça-chave para o novo ativismo, principalmente aquele desenvolvido por meio de redes (RIGITANO, 2005). Destarte, esses movimentos, ao extrapolar as fronteiras simbólicas e territoriais, vêm constituindo identificações múltiplas e dinâmicas que se configuram a partir de práticas discursivas e de ação política baseados em estruturas transnacionais e completamente desterritorializadas, de modo híbrido, disperso e em rede, caracterizando uma forma inovadora em que se modulam as interações entre os movimentos sociais e seus objetivos, incentivando uma nova onda de engajamento social, notado em várias partes do mundo, que possui por atributo principal a desvinculação do espaço físico, sendo que as relações se estabelecem de modo direto e por meio da mediação tecnológica.

Esta conjuntura dá-se de modo efetivo contemporaneamente, uma vez que se adentra em uma dimensão mais ampliada e aplicada da era digital, em que novos estilos

de comunicação e conexão estão se formando e se tornando cada vez mais utilizados mundo a fora, ainda que de modo fragmentado, mas, suficiente para que o exercício da comunicação via redes sociais de internet, dê-se como estratégia sociopolítica pragmática, utilizada pelos atores sociais de gerações distintas, norteadas por um processo de informação e, acesso a esta, diferenciados e aproveitáveis em contextos diversificados, fundamentando um novo curso e um novo paradigma sócio comunicacional e sociopolítico, expresso a partir das designações: comunicação em rede; mídias sociais e redes sociais (SILVA; PAIVA, 2013).

Por sua vez, as redes sociais da internet têm tido o poder de abrir caminhos para reivindicação de direitos, forjando comunidades de atividade ou interesse, distintas dos grupos tradicionais de opinião da grande mídia (ANTOUN, 2004). Uma vez que nesta modernidade líquida a que estamos sendo inseridos (BAUMAN, 2001), em que tudo parece ocorrer muito rápido ainda existe a necessidade de integração e resistência, por parte dos cidadãos comuns ao processo de organização e participação na esfera pública, seja esta física, orgânica ou, informacional e digital (SILVA; PAIVA, 2013).

Contemplando o intenso fluxo de informações caracterizado pela onipresença e ubiquidade das mídias colaborativas verifica-se que a internet e suas redes sociais, se constituem como sendo um espaço-tempo adequado aos atores e movimentos sociais para se organizarem, estruturarem-se e divulgarem seus objetivos em uma telerrealidade, possibilitada por espaços e tempos integrados em rede eletrônica e associada às noções de desterritorialização, globalidade, distância, espaço planetário, desmaterialização, não presencialidade, televivência e tempo real. Tudo isso é muito recente e os seus desdobramentos e consequências sociais, econômicas, políticas e culturais ainda estão germinando nos substratos sociais contemporâneos e, seus caminhos ou, descaminhos, vão depender da maneira que estas ferramentas serão utilizadas pelos seus usuários ao longo do tempo. Fatos que trazem consigo muitas possibilidades positivas, mas, em igual medida, desafios intensos (SILVA; PAIVA, 2013).

Por conseguinte, a rede permite o estabelecimento de relações inter-usuários que valorizam a participação de indivíduos no meio digital por meio da interatividade. Por meio dela, é possível produzir material a partir de perspectivas multidimensionais, fundamentando um poder coletivo, por meio de diálogos em torno de interesses comuns e ações cooperativas e democráticas. Mais especificamente, a multiplicação de emissores

e receptores de informações produzidas e disponibilizadas em tempo real, fornece e fortalece os movimentos sociais ao caminho do engajamento para produção de uma nova sociedade (DINIZ; CALEIRO, 2011). Produzindo uma nova dinâmica às ideologias hegemônicas e, mesmo, às contra-hegemônicas. Por conseguinte, esta nova configuração do espaço virtual, da internet e suas redes sociais, têm permitido aos movimentos sociais se reorganizarem definitivamente em rede a fim de obter um alcance global aos seus objetivos e formas de mobilização, que incluem a transferência de dados como textos, imagens, sons, vídeos e a utilização de ferramentas que tornem viáveis uma maior divulgação e impacto de suas campanhas, tornando as mobilizações em prol de um objetivo específico cada vez mais eficazes (SANTOS; SANTOS, 2014).

Contudo, é preciso notar que, por essência filosófica, a internet é limitada e ela não faz o movimento só com cliques e trocas de mensagens. Depois de devidamente estruturada e, tendo seus atores mobilizados por meio das redes, é preciso trazer ou levar a ação ao mundo real e presencial; agir organicamente nas ruas, exercitando uma modalidade de comunicação face a face, lutando de verdade, com suor, lágrimas e sangue, com vitórias e derrotas.

Paralelamente a narrativa estabelecida nas últimas décadas, é importante indicarmos uma solene ressalva de ordem estritamente geográfica, fundamentada nos argumentos de Haesbaert (2003), uma vez que ao discutirmos a fluidez das redes e suas potencialidades para alcançar esferas transnacionais e metanacionais, inclusive, apropriando-se da dinâmica tempo/espaço da internet. Esta situação remete a desterritorialização como anulação das distâncias e como desmaterialização das relações sociais, porquanto a mobilidade crescente que rompe a fixidez que tradicionalmente era uma das marcas da territorialidade.

A faded background image showing two individuals, likely waste workers, sorting through a large pile of trash. One person on the left is wearing a blue shirt and dark pants, while the person on the right is wearing a white shirt and a cap. They are using long-handled tools to move debris. The scene is outdoors, with a bright, hazy sky in the background.

Capítulo 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos a este derradeiro ponto do trabalho podemos estabelecer algumas considerações e contribuições sobre o tema pesquisado, diante da interpretação dos dados coletados e da edificação do estudo comparado. Portanto, há um somatório sinérgico de elementos pautados nos referenciais teórico-metodológicos que nos serve de esteio às respostas acerca dos objetivos deste trabalho (geral e específicos), a que nos propusemos a preteritamente.

a. Síntese dos fatos e objetivos

Desta feita, agora, podemos inferir com maior segurança das argumentações sobre qual é a situação geral dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil (BR) e na Argentina (ARG) a partir da atuação de seus movimentos sociais nacionais já instituídos, especificamente e respectivamente, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (FACCyR) e, suas redes?

Nesse sentido, a organização e o desenvolvimento das atividades de um movimento social dão-se, justamente, porque determinado grupo não tem sido atendido ou reconhecido pelo Estado como sendo um ator legítimo ou digno de sua atenção ante as especificidades do cenário social, político e econômico que os acomete. Ou ainda, quando, para além da negligência estatal, este grupo passa a ser alvo de opressão e agressões, simbólica ou pragmática, por parte da sociedade ou do próprio governo, de modo direto ou indireto. Este é o caso referente aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina, como em tantos outros lugares mundo a fora.

Por conseguinte, o histórico de luta e resistência dos referidos movimentos sociais dá-se, justamente, entremeado a cenários e conjunturas desfavoráveis as suas causas. Contudo, mesmo assim estes têm buscado, por meio da mobilização, organização e conformação de redes, manterem-se ativos e propositivos na edificação de propostas que os façam emergirem do ostracismo social e econômico, a qual foram relegados, por meio do exercício digno de sua atividade laboral. Suas formas de atuação política têm buscado edificar diálogos constantes e profícuos com importantes atores do Estado, da iniciativa privada e do terceiro setor, local e internacional. Para que, paulatinamente, seus desígnios

sejam atendidos de modo efetivo, a fim de que o estamento a qual foram encerrados possa ser superado.

Ao longo destas trajetórias de lutas, os métodos e as melhorias vão se dando de modos distintos entre si. Todavia, contemporaneamente, as causas em que estão envolvidos MNCR e FACCyR e, por conseguinte os próprios trabalhadores catadores de materiais recicláveis encontram-se em outro patamar. Evidentemente ainda difícil, mas, com extraordinárias conquistas já alcançadas pelos movimentos sociais em prol dos trabalhadores catadores ao longo do tempo. As batalhas agora prosseguem já com estes sujeitos sociais sendo reconhecidos por seus interlocutores, o que já é uma grande vitória, frente ao perfil antagônico destes.

Especificamente acerca do MNCR, devemos considerar que o Movimento compreende que ainda há pouca organização e formalização do trabalho dos catadores, o que acaba por enfraquecer sua própria luta no geral. Ainda mais frente ao atual cenário de dificuldade econômica e polarização política por que passa o Brasil.

Desta forma, o MNCR tem buscado ampliar a adesão dos trabalhadores catadores informais às bases orgânicas do Movimento. Em igual medida, articular cada vez mais recursos daquelas cooperativas e associações já formalizados. As parcerias entre estas bases e o poder público nas esferas locais de atuação tem sido uma estratégia do MNCR para prosseguir em sua forma de resistência e progresso.

A PNRS traz a perspectiva positiva de que os trabalhadores catadores estarão inseridos nesta de modo efetivo, esta condição tem muito há ver com a luta diária de todos os trabalhadores catadores e, em especial, do MNCR. Fato, inclusive, que se estabelece como sendo um grande avanço no marco legal na situação dos RSU. Entretanto, o MNCR compreende que a Lei ainda permanece “no papel”. Uma vez que suas formas de aplicação, os recursos necessários, as formas de verificação das ações e das parcerias, ainda estão longe de serem considerados como sendo a realidade.

Neste sentido, o MNCR percebe que a própria sociedade ainda não sabe e, também não compreende seu papel na aplicação efetiva da PNRS do Brasil. Incluso nesta acepção a iniciativa privada se mantém reticente em colaborar com os trabalhadores catadores. Mesmo havendo um cenário presumível que aponta a necessidade (mútua), para edificação destas parcerias institucionais e comerciais.

Pouca divulgação à sociedade como um todo e não aplicação por parte do Estado e da iniciativa privada têm sido a tônica que o MNCR percebe no que diz respeito à PNRS, com isso o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e suas organizações prosseguem subalternos nas relações institucionais e sociais que se dão até o presente. A luta do MNCR é alterar e adequar este quadro para uma situação mais positiva aos trabalhadores catadores de todo o Brasil.

Com relação específica a FACCyR, pode-se indicar que em Buenos Aires, a situação é positiva. Uma vez que há reconhecimento do poder público, há participação da população e as ações políticas do grupo têm gerado emprego e renda aos trabalhadores e suas famílias. Contudo, no interior do País a situação permanece em estado de precariedade.

Seguindo em função de identificar as formas de vinculação características entre os movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG) entre si e, com outros atores institucionais do cenário, tais como: governos, instituições privadas, organizações não governamentais, organizações internacionais e outros movimentos sociais, podemos considerar que estes movimentos sociais conformam-se a partir da edificação de redes de cooperação entre os trabalhadores catadores, suas associações e cooperativas.

A sinergia destes elementos é que fazem do MNCR e da FACCyR pontos de referência e aglutinação dos interesses destes trabalhadores. Portanto, as bases orgânicas espalhadas por todo o território nacional é que formam os movimentos nacionais instituídos. Estes, por sua vez, articulam-se com outros movimentos sociais de prisms ideológicos semelhantes, formando redes de redes de movimentos sociais, tanto em escala nacional, quanto internacional, para que se obtenha cada vez mais prestígio e capacidade de mobilização, a fim de negociar com o Estado e a iniciativa privada seus interesses legítimos.

As formas de vinculação com o Estado dão-se por meio de negociações formais e, quando necessário, por meio de protestos. No caso brasileiro, há uma iniciativa em função de cooperar com empresas privadas, na Argentina não existe esta hipótese. Com relação à ONGs, a cooperação dá-se por meio das redes e da injeção de recursos financeiros para a manutenção e o fomento das atividades do grupo; com relação a organizações

internacionais, no caso do MERCOSUL, a ligação é completamente nula, enquanto com outras, esporadicamente, possuem algum contato, quando convidados.

Com relação ao contato entre MNCR e FACCyR, podemos inferir que se dá por meio das redes de cooperação e coletivos de movimentos sociais de escala internacional da qual os dois fazem parte. Contudo, as relações dão-se mais no campo simbólico do que pragmático, visto como ambos os grupos relatam não haver efetividade ou projetos de atuação compartilhada entre os dois movimentos sociais.

Com relação ao impacto das políticas públicas dos Estados específicos e do MERCOSUL na atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG), podemos reforçar que, por parte do MERCOSUL, enquanto organização internacional, não há qualquer forma de interação entre as partes.

No campo das políticas públicas, duas realidades distintas. No Brasil, em que há uma legislação única, há o mínimo de segurança com relação à atuação do MNCR. No caso da Argentina, um mosaico de legislações diferentes entre as províncias emperra o desenvolvimento de um patamar mais equilibrado no que tange a atividade laboral dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no País.

Portanto, legislações e políticas públicas adequadamente ou, minimamente direcionadas possuem grande potencial na conformação das atividades destes movimentos sociais, tanto do ponto de vista positivo, quanto negativo.

Havendo políticas públicas destinadas aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, já é um passo importante que o Estado dá em direção à sustentabilidade socioambiental de seu território e, desta forma contribui de modo direto com os movimentos sociais característicos. Corroborando de modo efetivo para o progresso socioeconômico destes trabalhadores.

Pensando acerca das correlações entre o cenário geral da política e da economia (local e internacional) nos Estados e os desdobramentos sobre a atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG), podemos indicar e reforçar que o cenário dificilmente é plenamente favorável aos movimentos sociais em questão. Todavia, eles florescem, justamente, neste ambiente.

Enquanto no Brasil, o MNCR conseguiu espaço para dialogar junto ao Estado, quando o governo central era composto por práticas e políticas de cunho progressista. Paradoxalmente, a FACCyR trouxe a tona uma perspectiva de realidade diferenciada. Nos

anos de governos progressistas, as lutas dos movimentos sociais como um todo, inclusive, a dos trabalhadores catadores, foram sendo arrefecidas e secundarizadas. Enquanto que frente a um governo de aporte neoliberal. As discussões passaram a dar-se de modo mais contundente, resultando em algumas vitórias aos trabalhadores catadores.

Versando acerca da importância do território a estes movimentos sociais e suas redes. No Brasil, podemos destacar que o espaço urbano, especificamente, porta e remete como significado maior ao grupo, uma vez que representa efetivamente o próprio trabalho. É neste espaço, que transformado em território, se manifestam suas atividades laborais, em que sua fonte de renda se materializa de modo objetivo. Além disso, é neste território urbano em que trabalhadores catadores são vistos e percebidos, enquanto classe laboral e política, pelos demais cidadãos, pelo poder público e, outros movimentos sociais.

No que se refere à territorialização da atuação dos trabalhadores catadores e dos desafios que empreendem neste espaço de disputas cotidianas, é possível destacar que para se evitar a concorrência entre os trabalhadores catadores e suas associações e cooperativa, são estabelecidos marcos territoriais informais entre as partes. Delimitando espaços de atuação e parcerias, mas, sobretudo, com a finalidade de se evitar a sobreposição geográfica de territórios de trabalho.

Na Argentina, é possível estabelecer que as políticas públicas destinadas ao setor estejam atreladas a manutenção da urbanidade da própria cidade. Uma vez que os RSU são gerados no ambiente urbano e, sobretudo, porque a atividade de catação tem se dado por meio do “porta-a-porta”. Desta forma, o sistema e os equipamentos de disposição de RSU (os contentores), seu uso e sua manutenção adequada são fundamentais para a atividade de catação e, por fim, ao sucesso do movimento social como um todo. Portanto, a territorialização destes trabalhadores em função de ocupar e explorar as matérias primas disponíveis faz-se necessária para a própria existência do grupo, enquanto trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

b. Implicações da pesquisa

Os resultados obtidos nesta pesquisa possuem implicações acadêmicas positivas no sentido de contribuir para a construção e ampliação teórica dos estudos multidisciplinares relacionados com o tema relativo aos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis. Este quadro conceitual é reflexo de uma abordagem dedutiva acerca dos temas abordados na revisão bibliográfica e nas pesquisas de campo deste trabalho. Em igual medida, encontram-se formatados e atualizados nos cenários social, político e econômico do Brasil e da Argentina. Para além das reflexões pautadas nos estudos de caso expostos e, no estudo comparado entre o MNCR e a FACCyR.

Em relação à aplicação das políticas públicas voltadas aos RSU e a atuação dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis e seus movimentos sociais instituídos, inseridos neste aspecto, a pesquisa nos aponta na direção de mudanças, nem sempre boas aos trabalhadores catadores.

No caso do Brasil, os agentes públicos ainda têm se furtado repetidamente de aplicar os desígnios das legislações sobre o tema, comprometendo negativamente a sustentabilidade dos potenciais socioambientais do território nacional e, especificamente das cidades. Postergando cada vez mais a possibilidade de construção de um cenário definitivo em relação aos RSU no país. Sobre as políticas públicas, bilaterais e multilaterais, acerca dos RSU nas fronteiras entre Brasil e Argentina, a pesquisa apontou-nos para a inexistência de programas efetivos de gestão compartilhada e sinérgica dos RSU em municípios que compartilham unidades ambientais transfronteiriças (GONÇALVES, 2012). Nesse sentido, MNCR e FACCyR também não têm atuado de modo a edificar tal panorama.

Em relação ao mercado, é possível indicar que na medida em que houver demandas por matérias primas recicláveis ou recicladas, haverá mão-de-obra dos trabalhadores catadores em suas associações e cooperativas dispostos a suprir esta necessidade do mercado. Desta forma, agrega-se renda e dignidade ao exercício laboral em questão. As relações entre estes movimentos sociais e a iniciativa privada que consomem estas matérias-primas provenientes do trabalho dos catadores, no Brasil e na Argentina, certamente são diferentes.

c. Sugestões para novas pesquisas

A fim de ampliar e aprofundar a relevância do tema de pesquisa, novos métodos de levantamento e análises podem ser aglutinados aos resultados já obtidos neste trabalho de maneira complementar, gerando abordagens e reflexões inovadoras sobre o assunto.

Outra sugestão é realizar esta mesma pesquisa em outros países, a fim de se verificar e se ponderar, sobre a possibilidade de repetição dos cenários descritos neste trabalho, ou, se serão encontrados panoramas totalmente dessemelhantes deste e, mesmo inovadores. No intento de formar um quadro científico e crítico sobre a realidade dos movimentos sociais dos catadores de materiais recicláveis.

Sugere-se também, que esta pesquisa seja refeita, com o mesmo método e objetivos e, nos mesmos locais descritos, no momento da efetiva aplicação da Lei 12.305/2010 no caso específico do Brasil e, também, após 10 anos de seu exercício pleno, com a finalidade de estabelecer um amplo estudo de avaliação e monitoramento dos resultados obtidos ao longo do tempo, de modo imparcial e independente, gerando dados e reflexões acerca das práticas de gestão dos resíduos sólidos urbanos e a atuação de MNCR e FACCyR em prol de sua classe laboral.

Uma última sugestão refere-se ao levantamento e formatação de quadros comparativos sobre a atuação de outros tipos de movimentos sociais sólidos nas mesmas condições em que MNCR e FACCyR foram examinados. Instituídos formalmente, atuantes, inseridos em redes transnacionais e, em países distintos. Mesmo que contíguos e, mesmo em Brasil e Argentina. Desta forma ampliam-se os conhecimentos relativos aos potenciais dos movimentos sociais contemporâneos, com destaque àqueles com atuação em redes de cooperação, nacional, transnacional ou, ainda, metanacional.

d. Conclusão

Os movimentos sociais contemporâneos e suas redes de cooperação transnacional constituem-se como sendo um exercício de militância e ativismo dinâmicos que prosseguem sua existência para além das fronteiras dos Estados. Neste contexto, a geopolítica e as convulsões sociais em escala mundial coincidem com o processo

globalização de forma sem precedente na história, sendo considerada como um grave fenômeno colateral aos desígnios neoliberais, uma vez que os meios criados pelo capital para o incremento de suas atividades específicas, também servem àqueles que questionam, resistem e lutam contra estas práticas. De tal forma que processos, estruturas, fluxos socioeconômicos e políticos se interrelacionam de modo ativo, trazendo consigo os conteúdos necessários para articulação contestatória dos atores sociais.

Por conseguinte, esta emancipação do pensamento crítico e das ações de insurgência e rebeldia não surgiu por conta do advento da globalização, mas floresceu frente ao favorecimento da descentralização e da possibilidade de interação, em diversas escalas, de atores sociais distintos, que antes eram subalternos e excluídos, assim como houve um rebaixamento do status dos Estados enquanto únicos atores legítimos nas relações internacionais. Desta forma, por meio da solidariedade transnacional contemporânea, vem se possibilitando a observância de dificuldades e fragilidades comuns e, por conseguinte, a elaboração de propostas de cooperação entre atores sociais em escala global, com a finalidade de alcançarem, juntos, uma condição de vida cada vez mais equilibrada.

Nesse sentido, mais especificamente, respeitadas e preservadas a diversidade cultural, histórica, geográfica e econômica dos Estados, é evidente a necessidade de se conciliar, de modo decisivo, a competição entre as nações com ações de cooperação. Iniciativas imprescindíveis para o enfrentamento e a mitigação problemas multidimensionais comuns, que aportem ao equilíbrio dinâmico da civilização. Para tanto, deve haver um engajamento que supere os limites dos governos em prol da estruturação de estratégias, métodos de gestão inovadores que busquem amparar o desenvolvimento humano orientado para as prioridades da maioria e das futuras gerações. Assim sendo, estas ações de cooperação internacional devem ter como pressuposto basal a ideia da “alteridade”, em que o respeito de um Estado pela existência de outros Estados. Isso no campo institucional, já os movimentos sociais transnacionais devem pressionar organizações internacionais, governos e iniciativa privada transnacional, a fim de que estes atores também ajustem suas práticas a um futuro comum mais auspicioso e sustentável, do ponto de vista socioambiental e, mesmo econômico.

Ainda, há outro elemento que precisa ser pensado racionalmente: a taxa de diminuição de vida útil das mercadorias que são produzidas para durarem cada vez

menos ou, para serem prontamente descartadas. Visto como, mesmo diante da aplicação de políticas públicas relacionadas à adequada gestão de RSU e do possível crescimento dos índices de reciclagem destes, não haverá diminuição da exploração de matérias-primas virgens para confecção de novas mercadorias, ou seja, o meio ambiente permanece sendo consumido em prol do lucro imediato das corporações. Visto que o consumo destrutivo continua a crescer, se utilizando de métodos produtivos igualmente nocivos ao meio ambiente e ao Homem, comprometendo a sustentabilidade global de modo acelerado e certo.

Paralelamente, é possível indicar que contemporaneamente os tempos são de mudanças rápidas, mas, não obstante, os antigos problemas ainda persistem nas sociedades. Frente a um cenário econômico pautado no crescimento e na evidente ampliação da capacidade de consumo da população, contraditoriamente, muitos ainda continuam desesperadoramente pobres e miseráveis. As notícias e os fatos correm mundo a fora em velocidades extremas, por meio das redes sociais da internet e da mídia corporativa, contudo, parte da população mundial segue alijada desta inclusão digital. Entretanto, apesar de toda a tecnologia e desta velocidade, valores arcaicos, crenças irracionais e preconceitos de toda ordem, mudam lentamente, quando se alteram. Novos atores surgem nos cenários políticos locais e internacionais, movimentos sociais, corporações transnacionais e, mesmo metanacionais, organizações não-governamentais e organizações multilaterais desempenham um papel cada vez mais importante no palco das relações internacionais. Todavia, ainda é pertinente destacar que o capital construiu a capacidade, tecnológica e organizacional, para se edificar um mundo melhor. Contudo, o faz por meio de relações sociais de dominação e, não, emancipação. Essa é uma contradição central do sistema capitalista, que foi apontada por Marx (2017) e, citada por Harvey (2018). Diante disso, persiste o dilema filosófico sobre o porquê, enquanto sociedade, não nos utilizamos de toda essa capacidade criativa em função de criar um mundo que é libertador, ao invés de um que é dominador?

Portanto, frente às argumentações apresentadas ao longo do trabalho, podemos observar que os territórios nacionais são cada vez mais espaços da economia internacional. Da mesma forma, é necessário examinar e perceber os territórios como potenciais espaços de convergência de movimentos sociais de diferentes países nos quais é possível concretizar projetos de cooperação. Desta feita, também devemos considerar a

potencialidade e a realidade das conexões das redes transnacionais de movimentos sociais, a fim de evidenciar a eficácia simbólica de conectar propostas de resolução de necessidades alternativas a partir de cenários sociais complexos e diferentes.

Desta feita, a compreensão deste cenário dá-se na medida em que surgem construções acadêmicas a partir de análises críticas e objetivas por meio de estudos como este, em que foram descritos e demonstrado a realidade de um cenário que precisa ser transformado definitivamente para que a vida no planeta transcorra tal qual a compreendemos de modo positivo. Nesse sentido, os movimentos sociais como um todo e, especificamente, àqueles vinculados aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis possuem relevância neste panorama, sendo considerados atores-chave ao desenvolvimento pleno de um mundo mais propositivo e equilibrado socioambientalmente.

Mais especificamente, a aproximação socioterritorial aqui apresentada para pensar as redes transnacionais de movimentos sociais como sendo agentes sociais participantes nessas próprias redes, o espaço social do qual emergem, as práticas sociais e as ações coletivas que realizam, as subjetividades coletivas e as dinâmicas que desencadeiam, a partir de uma perspectiva e uma prática geográfica, que seja capaz de traçar e destacar a convergência transnacional de suas ações, as horizontalidades, sociabilidades e territorialidades construídas, a partir do espaço socialmente produzido em prol de objetivos comuns.

Portanto, os movimentos sociais possuem uma enorme importância para edificar subjetivamente a resolução de necessidades latentes a partir da construção e manutenção de direitos e não apenas como produtos de uma atividade mercantil. Em tal condição, estes atores possuem o desafio constante de incorporar o plano transnacional de atuação de maneira efetiva, a fim de demonstrar e explorar as contradições que aparecem no cenário comum.

Por conseguinte, é uma tarefa urgente, teórica e prática, encontrar uma conexão orgânica entre esses diferentes movimentos sociais, caracterizada por desenvolvimentos geográficos profundamente desiguais, que se baseie na crescente conectividade por meio da internet, mas, sem se esquecer de estarem intimamente vinculadas às bases territoriais. A fim de que estes possam explorar as contradições da agenda neoliberal. A lacuna entre a retórica (em benefício de todos) e a realidade objetiva (em benefício de

uma pequena classe). Nesse sentido, a ideia de que o mercado tem a ver com a competição e a isonomia vem sendo negada ao longo do tempo histórico recente, frente à realidade da extraordinária monopolização, centralização e internacionalização das corporações e do poder financeiro global.

O crescimento alarmante das desigualdades entre classes e, entre regiões, tanto internamente aos países, quanto internacionalmente, constitui um sério problema político que não pode e não deve ser ocultado. A ênfase neoliberal no uso autoritário da força do Estado para apoiar o sistema torna-se o estopim de sérios conflitos e, no cerne destes conflitos, sempre deve haver a esperança da edificação de um mundo melhor, mais igualitário, justo e humano. Os movimentos sociais e suas redes são os atores legítimos e perfeitos para o levante desta resistência e da sublimação desta esperança, mas, a luta é perpétua e, dá-se a cada dia, em cada espaço em disputa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **Norma Brasileira**: ABNT NBR 100004:2004. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **NBR 8419**: Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos - procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ABRANTES, A. C.; CASTRO, R. P. **Nova economia**: o desafio de gerir conhecimento. Porto: Universidade do Porto, 2005.

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**: 2017. São Paulo: ABRELPE, 2017.

ABREU, C. J. Cooperativismo popular e redes solidárias. São Paulo: All Print Ed., 2007.

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Rev. Inf. Inf.** v. 12. 2007.

AGC - ALIANÇA GLOBAL DE CATADORES. **First global strategic workshop of waste pickers**: inclusive solid waste management. Pune: AGC, 2012.

ALVAREZ, G. A. C. Reciclando a luta de classes: estudo do movimento dos catadores. In: V Simpósio Internacional Lutas sociais na América Latina, 2013, Londrina. **Anais**: V Simpósio Internacional Lutas sociais na América Latina, 2013.

AMARAL, M. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

AMORIM, P. H. **O quarto poder**: uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos Direitos Humanos no mundo**: informe 2017/18. Londres: AI, 2018.

ANSALDI, W.; SOLER, L. Derechas en América Latina en el siglo XXI. In.: SOLER, L.; CARBONE, R. (org) **Des-cartes**: Estampas de las derechas en Paraguay. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2015.

ANSALDI, W. De la *vox populi, vox deus*, a la *vox populi, vox mercatus*. La cuestión de la democracia y la democracia en cuestión. **Revista Estudios**. n. 31, pp. 13-31. 2014.

ANTOUN, H. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. **Rev. Fronteiras**. v. 06. n. 02. 2004.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARGENTINA. Territorio. 2019. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/paisdigital/territorio> (Acessado em: 15.02.2019, às 15h26min).

AVINA. Fundação Avina: valor para o impacto. 2017. Disponível em: <http://www.avina.net/avina/pt/nuestro-valor-para-el-impacto/> (Acessado em: 05.09.2017 às 21h51min).

BAHIA, L. D. Desempenho produtivo da indústria brasileira no primeiro trimestre de 2018. **Nota técnica n. 43**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In. FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1997.

BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2016.

_____.; DONSKIS, L. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

_____. **Danos colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.

_____. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2010.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BANCO ALFA. Carta econômica: abril de 2019. Disponível em: https://bancoalfa.com.br/institucional/downloads/Carta_Private.pdf (Acessado em: 21.05.2019 às 22h15min).

BANCO DE ESPAÑA: BDE. **Informe de economía latinoamericana**: primer semestre de 2018. Boletín económico de abril de 2018 (2/2018). Madri: BDE, 2018.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA: BCRA. Comunicado de política monetaria. 2018. (13 de agosto de 2018). Disponível em: http://www.bcra.gov.ar/Noticias/Comunicado_de_Pol%C3%ADtica_Monetaria.asp (Acessado em 27.08.2018 às 14h57min).

_____. Inflación mensual. 2018. (15 de agosto de 2018). 2018. Disponível em: <http://www.bcra.gov.ar/default.asp> (Acessado em 27.08.2018 às 14h57min).

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio do Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BRASIL. Banco central do Brasil: indicadores econômicos consolidados (15 de agosto de 2018). 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp> (Acessado em 20.08.2018 às 20h20min).

_____. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência**: 2017. SNJ. Brasília. 2017.

_____. Relatório de Mercado: expectativas de mercado. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20190418.pdf> (Acessado em: 22.04.2019 às 22h50min).

BRADESCO. Cenário econômico: 08 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/02/Cenario_economico_fev-19.pdf (Acessado em: 21.05.2019 às 21h56min).

BRINGEL, B. M. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da Geografia na teoria dos movimentos sociais. **Boletim Goiano de Geografia**. n. 2. 2007.

_____.; ECHART, E. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. **Caderno CRH**. n. 54. -. 21. 2008.

_____.; GONZÁLEZ, M. A. C. Geopolítica de los movimientos sociales latinoamericanos: espacialidades, ciclos de contestación y horizonte de posibilidades. In.: CORONADO, J. A. P. Anuario de la integración latinoamericana y caribeña. 2011.

_____. Movimentos sociais e desenvolvimento. In.: IVO, A. B. L. (org.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013.

_____.; FALERO, A. Movimientos sociales y gobiernos en América Latina: nuevos escenarios, tipología de relaciones y formas Estado/Movimiento. **Cadernos de Trabalho NETSAL**. n. 5. IESP. NETSAL. 2014.

_____.; _____. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**. n. 53. v. 21. 2008.

_____.; _____. Movimientos sociales, gobiernos progresistas y Estado en América Latina: transiciones, conflictos y mediaciones. **Caderno CRH**. n. 3. v. 29. 2016.

_____.; VIEIRA, F. B. Movimientos internacionalistas y prácticas de cooperación Sur-Sur: brigadas y experiencias formativas de Movimiento de los sin Tierra de Brasil y La Vía Campesina. n. 36. 2015.

_____. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In.: BRINGEL B.; PLEYERS, G. (org.). **Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. CLACSO. FAPERJ. 2017.

CAMARGO, M. H. **A crise da representação moderna**. BOCC, 2011.

CAMPOS, A. G. **A atual reforma trabalhista: possibilidades, problemas e contradições**. Texto para discussão: 2350. IPEA. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho: novas evidências para o debate. In.: CAMPOS, A. G. **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. IPEA. Brasília, 2018.

CANCLINI, N. G. **Cultura híbrida**. São Paulo: Edusp, 2013.

CARRERA, N. I.; COTARELO, M. C. Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de diciembre de 2001 en Argentina. In.: CAETANO, G. (org.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CERQUEIRA, D., et. al. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Rev. Alterjor**. v. 02. ed. 18. 2018.

COELHO, A. P. F.; BECK, C. L. C.; FERNANDES, M. N. S.; FREITAS, N. Q.; PRESTES, F. C.; TONEL, J. Z. Women waste pickers: living conditions, work and health. **Rev. Gaúcha Enfermagem**. n. 37. 2016.

COELHO NETO, A. S. Redes e territórios. **Rev. Mercator**. v. 12. n. 28. 2013.

CREWDSON, J. **The tarnished door: the new immigrants and the transformation of America**. New York: Times Books, 1983.

DAHL, R. A. A democratic paradox? **Political Science Quaterly**. n. 115. 2000.

DA SILVA, M.; AZEVEDO, F. F. Geografia e poder: conflitos, resistências e contra poderes territoriais. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p. 163-184. v. 12. n. 18. Especial GT Anpege. 2016.

DA SILVA, L. C. Memórias de mulheres catadoras: do processo de invisibilidade à construção de novos (re)fazeres históricos. In: MENEGAT, A. S. **Leituras sobre mulheres: o fazer e o refazer de caminhos**. Dourados: UFGD, 2016.

DATAFOLHA. **Índice Datafolha: Confiança**. São Paulo: DATAFOLHA, 2019a.

_____. **Reforma da Previdência**. São Paulo: DATAFOLHA, 2019b.

_____. **Avaliação do Presidente Jair Bolsonaro**. São Paulo: DATAFOLHA, 2019c.

DELGADO, D. G.; GRANDIN, A. Neoliberalismo tardío: entre la hegemonía y la inviabilidad. In.: DELGADO, D. G.; GRANDIN, A. (orgs). **El neoliberalismo tardío: teoría y praxis**. (Documento de trabajo 5). Buenos Aires: Flacso Argentina, 2017.

DIAS, S. M. Waste picker and cities. **Environment and Urbanization Journal**. n. 28. 2016.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. A crise econômica mundial e as turbulências recentes. **Nota técnica: 104**. 2011.

DINIZ, I. G. F.; CALEIRO, M. Web 2.0 e ciberativismo: o poder das redes na difusão de movimentos sociais. **Rev. Cambiassu**. n. 8. 2011.

DOWBOR, L. Navegando na crise: o potencial de mudanças. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. **Rev. Annual Review Anthropology**. v. 30. 2001.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**. v. 14. n. 4. 1989.

FABRINI, F.; CARAM, B. Governo decreta sigilo sobre estudos que embasam reforma da Previdência. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/governo-decreta-sigilo-sobre-estudos-que-embasam-reforma-da-previdencia.shtml> (Acessado em: 22.04.2019, às 22h24min).

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Rev. NERA**. n. 11. 2007.

_____. Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional. **Rev. GEOgraphia**. v. 19. n. 39. 2017.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FARIAS, A. **Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzea de Sousa na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2010.

FEDERACIÓN ARGENTINA DE CARTONEROS, CARREROS Y RECICLADORES: FACCYR. La Federación. 2018a. Disponível em: <http://faccyr.org.ar/federacion/> (Acessado em: 06.09.2018 às 16h31min).

_____. Nuestro oficio. 2018b. Disponível em: <http://faccyr.org.ar/documento-consensuado-entre-las-organizaciones-cartoneras-del-2do-encuentro-de-la-federacion-de-cartoneros-y-recicladores-el-20-de-diciembre-de-2012/> (Acessado em: 06.09.2018 às 16h32min).

FELICIANO, C. A. A prática da violência no campo brasileiro do Século XXI. In.: RAMOS FILHO, E. S.; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

_____. O conflito como elemento chave na construção da região do Pontal do Paranapanema. **Rev. ACTA Geográfica**, 2013.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso a terra. In.: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino Americanos. **Anais: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino Americanos**. Washington, 2001.

_____.; etl all. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**. n. 109. NERA, 2017.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. v. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - FUNASA. **Programas municipais de coleta seletiva de lixo como fator de sustentabilidade dos sistemas públicos de saneamento**

ambiental na região metropolitana de São Paulo: relatório final. Ministério da Saúde. Brasília, 2010.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO: FPA. **Boletim de análise da conjuntura (Maio de 2018).** FPA: São Paulo, 2018.

_____. Lula da Silva é um preso político. Lula Livre! Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manifesto-lula.pdf> (Acessado em 22.04.2019 às 23h12min).

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook:** Growth slowdown, precarious recovery. FMI: Washington, 2019.

GALVES, C. **Manual de economia política atual.** Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1991.

GENTIL, D. L.; MARINGONI, G. Crise econômica e condicionantes internos e externos. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial:** impactos sociais e no mercado de trabalho. Brasília: ANFIP, 2009.

GENTILI, P. (org). **Golpe en Brasil:** genealogia de una farsa. Buenos Aires: CLACSO. Outubro, 2016.

GEOREGES, R.; MALA, K. **A distância que nos une:** um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM, 2017.

GIORDANO, V. ¿Qué hay de nuevo en las nuevas derechas? **Nueva Sociedad.** n. 254, pp. 46-56. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLOBAL ALLIANCE FOR INCINERATOR ALTERNATIVES - GAIA. *About GAIA.* Disponível em: <http://www.no-burn.org/about-gaia/> (Acessado em: 09.01.201 às 11h46min).

GLOBALREC. Aliança global de Catadores: história. 2017a. Disponível em: <http://globalrec.org/pt-br/historia-2/> (Acessado em: 05.09.2017 às 17h12min).

_____. Aliança global de catadores: objetivos. 2017b. Disponível em: <http://globalrec.org/pt-br/objetivos/> (Acessado em: 05.09.2017 às 17h12min).

GONÇALVES, A. H. **Resíduos sólidos urbanos na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia: diagnóstico nas cidades Sul-mato-grossenses de Ponta Porã e Corumbá**. 2015. (Dissertação de Mestrado em Geografia) - UFMS, Três Lagoas, 2015.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2006. (Tese de Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2006.

_____. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **Rev. Pegada**. v. 3. 2002.

_____.; IKUT, F. A.; RIBEIRO, J. C. Sepultados vivos: antagonismos e brechas socioambientais para os trabalhadores catadores perante a produção destrutiva global do capital. **Rev. Pegada**. v. 17. n. 1. 2016.

GONÇALVES, R. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. **Rev. Lutas Sociais**. n. 9. 2003.

GONZÁLEZ, E. O liberal Macri anunciará congelamento de preços para controlar inflação da Argentina. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/16/economia/1555428620_092677.html (Acessado em 00h10min).

GONZÁLEZ, M. A. C.; BRINGEL, B. América Latina en la geopolítica de la indignación global: movimientos-red y corporalidad de la acción. In.: CORONADO, J. A. P. **Anuario de la Integración Latinoamericana y Caribeña**. University Press of the South. New Orleans, 2015.

GONZALÉZ, C. S.; D'URSO, L. Relações laborais na Argentina logo após o Kirchnerismo (2003-2015): entre a participação e o retrocesso sindical. **Rev. Tempo Social**. n. 1. v. 30. USP. 2018.

GRIMBERG, E. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo**. Experiências e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

GUELLATI, Y.; MONTEIRO, C. D.; OLIVEIRA JUNIOR, A. O Brasil em 2035: tendências e incertezas para área social/ Texto para discussão 2348. IPEA. Rio de Janeiro, 2017.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Rev. Boletim Gaúcho de Geografia**. n. 29. 2003.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Rev. Interfacehs**. n. 4. v. 2. 2007.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicação**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. A liberdade da cidade. In.: MARICATO, E. et. al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo. Carta Maior, 2013.

_____. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HEATH, M. Seed of discontent: Argentina's farmers turn cool on their man Macri. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-argentina-election-farmers/seeds-of-discontent-argentinass-farmers-turn-cool-on-their-man-macri-idUSKCN1RY0MA> (Acessado em: 23.04.2018 às 00h12min).

HINKELAMMENT, F. J. Democracia y nueva derecha en América Latina. **Nueva Sociedad**. n. 98. pp. 104-115. 1988.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD Contínua): Principais resultados em junho de 2018a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques> (Acessado em: 20.08.2018, às 16h06min).

_____. Os números do desalento. **Rev. Retratos**. IBGE. 2018.

_____. População brasileira (IBGE). 2018b. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/08/populacao-brasileira-ultrapassa-208-milhoes-de-pessoas-revela-ibge> (Acessado em 20.12.2018, às 20h44min).

_____. Dados geográficos: território (IBGE). 2019. Disponível em: <https://brasiemsintese.ibge.gov.br/territorio/dados-geograficos.html> (Acessado em 15.02.2019, às 14h56min).

_____. Brasil tem novas regiões metropolitanas (IBGE). 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/9868-brasil-tem-tres-novas-regioes-metropolitanas> (Acessado em: 15.12.2018).

_____. PNAD Contínua: Desemprego sobe para 12,4%. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24110-desemprego-sobe-para-12-4-e-populacao-subutilizada-e-a-maior-desde-2012> (Acessado em: 22.04.2019 às 22h48min).

IFO INSTITUTE; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Sondagem econômica da América Latina Ifo/FGV. **Um sinal de alerta:** pioram as avaliações das expectativas no mundo, na América Latina e no Brasil. IFO. FGV. São Paulo. Julho de 2018.

IKEDA, A. A. Reflections on qualitative research in business. **Rev. Gestão USP**. v. 16. n. 3. 2009.

IKUTA, F. A. **Resíduos sólidos urbanos no Pontal do Paranapanema-SP: inovação e desafios na coleta seletiva e organização de catadores.** Presidente Prudente: UNESP, 2010. (Tese de Doutorado em Geografia).

ILO - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The informal economy of e-waste: the potential of cooperative enterprises in the management of e-waste.** Geneva: ILO, 2014.

_____. **Relatório global sobre os salários 2016/17: desigualdade salarial no local de trabalho.** Geneva: ILO, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSUS: INDEC. **Demanda laboral insatisfecha en la Argentina.** Buenos Aires: INDEC, 2015.

_____. **Trabajo e ingresos: mercado de trabajo (tasas e indicadores socioeconómicos: EPH)** Buenos Aires: INDEC, 2018a.

_____. **Cuentas nacionales: cuenta de generación del ingreso e insumo de mano de obra.** Buenos Aires: INDEC, 2018b.

_____. **Índice de precios al consumidor (IPC): Argentina (Julio de 2018).** Buenos Aires: INDEC, 2018c.

_____. **Condiciones de vida: Incidencia de la pobreza y la indigencia en 31 aglomerados urbanos (segundo semestre de 2017).** Buenos Aires: INDEC, 2017.

_____. **Condiciones de vida: incidencia de La pobreza y la indigencia en 31 aglomerados urbanos.** v. 3. n. 59. Buenos Aires: INDEC, 2019.

IPEA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise (abril de 2018).** IPEA. Ministério do Trabalho. Brasília. 2018.

_____. **A nova plataforma da vulnerabilidade social:** primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para série histórica da PNAD (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílios. IPEA. 2018c.

_____. **Brasil 2035:** cenários para o desenvolvimento. Brasília: IPEA: ASSECOR, 2017.

_____. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Brasília: IPEA, 2015.

JOHNSON, G. **A quimera democrática na América Latina:** o Brasil sob o império. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

_____.; SOLER, L; GONÇALVES, A. H. “Virada à direita” na Argentina e no Brasil: diálogos com a América Latina. In: VI Seminário Internacional América Platina, 2016, Campo Grande. **Anais:** Campo Grande: América Platina, 2016.

KALTWASSER, C. R. La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad. **Nueva Sociedad.** n. 254. pp. 34-45. 2014.

KLEIN, N. **A doutrina do choque:** a ascensão do capitalismo de desastre Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KRAH, F. A. **Urban thinkers:** healthy and just cities for children and youth. Geneva: World Vision. World Urban Campaign, 2015.

KREIN, J. D.; PRONI, M. Economia informal: aspectos conceituais e históricos. Brasília: OIT, 2008.

_____. As reformas são a falsa promessa de modernização e crescimento. **Rev. IHU.** n. 535. 2019.

LAVINAS, L. Crise: ocasião para ajustes progressivos e inclusivos. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

LEAL, A. C. JÚNIOR, A. T.; ALVES, N.; GONÇALVES, M. A.; DIBIEZO, E. P. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Rev. Terra Livre**, n. 18. 2004.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LIMA, I. C. C.; AZEVEDO, J. M.; LIMA, E. C. A. A ideologia da salvação na construção da imagem pública de Jair Messias Bolsonaro. In.: IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais. **Anais: IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais**. Campina Grande, 2017.

LOPES, L. **Gestão e gerenciamento integrados dos Resíduos Sólidos Urbanos: alternativas para pequenos municípios**. São Paulo: USP, 2006. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

LUCCA, J. B.; PINILLOS, C. **Política Latinoamericana Comparada**. Rosario: UNR Editora, 2015.

MACHADO, C. F. **Incineração: uma análise do tratamento térmico dos resíduos sólidos urbanos de Bauru/SP**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MAGALHÃES, B. **Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira**. Belo horizonte: UFMG, 2012. (Dissertação de mestrado em Antropologia).

MAIOR, J. L. S. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In.: MARICATO, E. et. al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo. Carta Maior, 2013.

MANNARINO, C. F.; FERREIRA, J. A.; GANDOLLA, M. Contribuições para evolução do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no Brasil com base na experiência Europeia. **Rev. Eng. Sanit. Ambient.** v. 21. n. 2. 2016.

MANSOR, M. T. C. et. all. **Resíduos sólidos**. São Paulo: SMA, 2010.

MARCARIAN, A. Argentine unions, workers stage rainy pushback against austerity measures. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-argentina-protest/argentine-unions-workers-stage-rainy-pushback-against-austerity-measures-idUSKCN1RG1T9> (Acessado em 23/04/2019 às 00h08min).

MARX, K. **O Capital**: edição condensada. São Paulo: Edipro, 2017.

MARTIN, J. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 19, 1997.

MARQUES, L.; HENRIQUE, A.; TEIXEIRA, D. ABÍLIO, L. **Informalidade**: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: FPA, 2018.

MEDEIROS, A. A. A. Estado, crise econômica mundial e a centralidade do trabalho. **Rev. Direito GV**, n. 5. 2009.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H.; CASTRO, F. A. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil (2006 a 2012): estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**. n. 20. 2015.

MELO, T. S. O Estado como agente inviabilizador da diversidade territorial e dos sujeitos: um olhar para as populações tradicionais. **Rev. Espaço e tempo midiáticos**. v. 1. n. 1. 2016.

MESSENBURG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Rev. Sociedade e Estado**. v. 32. n. 32. 2017.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGUEL, L. F. A democracia na encruzilhada. In.: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

_____. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **RBCS**. n. 51. 2003.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DATALUTA**. n. 114. 2017.

_____. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In.: RAMOS FILHO, E. S.; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

_____.; MARTINS, C. C. Los gobiernos federales del PSD y PT, la lucha por la tierra y los asentamientos rurales en Brasil. **Rev. Alternativa**. n. 7. 2017.

_____. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. São Paulo: CRV, 2010.

MIZUSAKI, M. Y. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena. **Rev. NERA**. n. 39. 2017.

MOLINA, F. R. Economia Argentina: Argentina recorre ao FMI após valor do peso despencar (08 de maio de 2018). 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/08/internacional/1525792674_832004.html (Acessado em 27.08.2018 às 15h23min).

MORAIS, L. A crise capitalista contemporânea e suas consequências econômicas e políticas no sistema internacional. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

MORAIS, V. C. **A produção do espaço na perspectiva dos movimentos sociais: um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Gonçalves**. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

MORGAN, M. **Extreme and persistent inequality: new evidence for Brazil combining national accounts, survey and fiscal data (2011-2015)**. WID Working Paper. 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **O que é o Movimento?** 2018a. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/o-que-e-o-movimento> (Acessado em: 02.03.2018 às 16h25min).

_____. **Organização interna**. 2018b. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/estruturas-regionais> (Acessado em: 02.03.2018 às 16h25min).

NOVARO, M. O debate contemporâneo sobre a representação política. **Rev. Novos Estudos CEBRAP**. n. 42. 1995.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: EdUSP, 2007.

ONU. Argentin population. 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/> (Acessado em: 15.02.2019, às 15h08min).

ONYANTA, A. **Privatizing services as if people matter: solid waste management in Abuja, Nigeria**. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2012.

OXFAM. Uma economia para os 99%. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/uma-economia-para-os-99>. (Acessado em 17.08.2018 às 14h59min).

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

_____. **Movimentos socioterritoriais:** uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. (Tese de Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2009.

PELATIERI, P.; CAMARGOS, R. C.; IBARRA, A.; MARCOLINO, A. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In.: CAMPOS, A. G. **Terceirização do trabalho no Brasil:** novas e distintas perspectivas para o debate. IPEA. Brasília, 2018.

PEÑA, F.; GONÇALVES, J. B. **Argentina y Brasil 2015:** construyendo una visión compartida. Buenos Aires: CARI - CEBRI, 2015.

PEREIRA, E. T. Boaventura de Souza Santos e a sociedade civil em tempos de globalização. **Rev. Filos.** n. 26, 2008.

PIASSI, L. M. **Estudo dos programas de reciclagem da USP/São Carlos e da UFSCar através da logística reversa e gestão do conhecimento.** USP. São Carlos, 2008. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil).

PINILLOS, C.; FANELLI, L. SCHREINER, F. La política comparada Lationoamericana en las publicaciones científicas: Cono sur. In.: GEARY, M.; LUCCA, J. B.; PINILLOS, C. **Política Latinoamericana Comparada.** Rosario: UNR Editora, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: PNUD; ISNTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA: IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: FJP. **Desenvolvimento Humano para além das médias:** 2017. PNUD. IPEA. FJP. Brasília, 2017.

QUINA, M. M. J. **Processos de inertização e valorização de cinzas volantes:** incineração de resíduos sólidos urbanos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.

RAFFESTIN, C. Território e poder. In.: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, P. N. **Alheamento decisório eleitoral: o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções eleitorais para democracias representativas contemporâneas**. Brasília: UNB, 2001.

REDE LATINO AMERICANA E DO CARIBE DE RECICLADORES - RED LACRE. Quienes somos: Red Lacre. Disponível em: <http://www.redrecicladores.net/somos/> (Acessado em 09.01.2018 às 14h47min).

_____. **Análisis de políticas públicas para el reciclaje inclusivo en América Latina**. RED LACRE. 2017.

RIBEIRO, R. M.; CLEPS JUNIOR, J. Movimentos sociais rurais e a luta política frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil. **Rev. Campo-Território**. n. 11, 2011.

RIGITANO, M. E. C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. **BOCC**. 2005.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, I. D. **A dinâmica geográfica da camelotagem**: a territorialidade do trabalho precarizado. Presidente Prudente: UNESP, 2008. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília: Inst. Teotônio Vilela, 1984.

RUIC, G. Estados Unidos abandonam o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/estados-unidos-abandonam-o-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/> (Acessado em 21.05.2019 às 21h52min).

SANTOS, B. S. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EdUSP, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, V. L. C.; SANTOS, J. E. As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. **Rev. Holos**. v. 6. 2014.

SCHALCH, V.; LEITE, W. C. A.; FERNANDES JÚNIOR, J. L.; CASTRO, M. C. A. A. **Gestão e gerenciamento de Resíduos Sólidos**. São Carlos: USP, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais: projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 01. n. 01. 2013.

_____. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In. SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**. n. 54. 2008.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In. SILVEIRA, R. L. L.; DIAS, L. C. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Rev. Sociedade e Estado**. n. 1. 2006.

_____. **Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SECCO, L. As jornadas de junho. In: MARICATO, E. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVA, A. B.; BRITES, C. M.; OLIVEIRA, E. C. R.; BORRI, G. T. A extrema-direita na atualidade. **Rev. Soc. Soc.** n. 119. 2014.

SILVA, I. D. F.; PAIVA, C. C. Ciberativismo e democracia nas redes sociais: um espaço de reivindicações e direitos. In.: XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Mossoró, **ANAIS...** Mossoró, 2013.

SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

SILVA, K. S. N. Contribuição teórica da Geografia à compreensão dos movimentos sociais urbanos. **Rev. Movimentos sociais e dinâmicas espaciais**. n. 1, 2012.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SOLER, L. Golpes de Estado em Siglo XXI. Un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). **Cadernos PROLAM/USP**. n. 26. P. 79-92. 2015.

SORROCHE, S. **Gubernamentalidad global y vernaculización en la gestión de residuos: análisis etnográfico desde la experiencia de cooperativas de cartoneros en el Gran Buenos Aires**. Buenos Aires: UBA, 2015. (Tese de Doutorado em Antropologia).

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, P. H. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)**. Brasília: UnB, 2016.

SNYDER, T. **Sobre a tirania**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Rev. Nueva Sociedad**. n. 244. 2013.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In.: MARICATO, E. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

TORRIJOS, G. S. **In the Shadow of the United States: democracy and regional order in the Latin Caribbean**. Irvine: BrownWalker Press, 2008.

TOSIN, G. Subsídios para estudos sobre transcrição de poesia em ambientes digitais. **Rev. Texto Digital**. v. 7. n. 2. Florianópolis, 2011.

VAZ, F. T. Uma contribuição para o debate político sobre a crise de 2008 e as suas consequências. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

VITACHI, J. R. S.; BONI, P. C. Londrina revisitada: a fotografia como registro histórico. In: II Encontro Nacional de Estudos de Imagem, 2009, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2009.

VITTO, D.; COCATO, G. P. Buenos Aires: a brief approach about your space organization. **Rev. Geographia Opportuno Tempore**. Londrina. UEL, 2014.

WESTPHAL, N.; PFEFFER, K. **Decent work in waste management: a base study in the ward contractor system in the city of Windhoek**. Geneva: ILO, 2013.

WIEGO - WOMEN IN INFORMAL EMPLOYMENT: GLOBALIZING AND ORGANIZING. Waste pickers: the right to be recognized as workers. **ANAIS**: 102nd Session of the International Labour Conference, Genève, 2013.

_____. O que é WIEGO? 2017a. Disponível em: <http://www.wiego.org/portugues> (Acessado em: 05.09.2017 às 18h05min).

_____. WIEGO Offices. 2017b. Disponível em: <http://www.wiego.org/contact> (Acessado em: 05.09.2017 às 18h05min).

WOOD, E. M. **The demos versus 'we, the people': form ancient to modern conceptions of citizenship**. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANTA, V. M.; FERREIRA, C. F. A. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos urbanos. In: BORGES, A.C., ET AL. (Org.). **Resíduos Sólidos Urbanos**: Aterro Sustentável para Municípios de Pequeno Porte. 1ed. v. 1, p. 1-18. Rima Artes e Textos. São Carlos SP, 2003.

ZIGLIO, L.; MILANI, I; PASCHOALINO, A. Redes socioambientais transnacionais: Red Latinoamericana de recicladores. **Rev. Geográfica de América Central**. 2011.

SOBRE O AUTOR

Alexandre Honig Gonçalves, possui Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGEO/UEMS); possui Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGGeo/UFMS/CPAQ) (2023); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD) (2019); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGGEO/UFMS/CPTL) (2015), com período de estágio no Centro de Estudos Geográficos, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Lisboa, em Portugal (CEG/IGOT/UL); Especialização em Metodologia e Gestão de EAD pela Universidade Anhanguera UNIDERP de Campo Grande, MS (2012); MBA em Gestão de Projetos pelo Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande, MS (2010); Graduação em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, SP (2008); Licenciatura em Geografia pela UniCesumar (2021).

REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Verificar a situação movimentos sociais nacionais já instituídos e suas redes dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil (BR) e na Argentina (ARG).

Para tanto, buscou-se constituir este juízo por meio dos seguintes objetivos específicos: (a) identificar as formas de vinculação características entre os movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG) entre si e, com outros atores institucionais do cenário, tais como: governos, instituições privadas, organizações não governamentais, organizações internacionais e outros movimentos sociais; (b) verificar como as políticas públicas dos Estados específicos e do MERCOSUL implicam na atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG); (c) analisar as correlações entre o cenário geral da política e da economia (local e internacional) nos Estados e os desdobramentos sobre a atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG).

Autopub Editora
CNPJ 54.303.895/0001-62
Telefone: 9198473-5110
contato@autopubeditora.com
Ed. Rogélio Fernandez Business Center - Tv. Quintino Bo-
caiúva, 2301 - Batista Campos, Belém - PA, 66045-315
www.autopubeditora.com

